

SOCIE DADES SECRETAS

PREFACIO

DO

DR. JOSÉ CARRAL





SOCIEDADES SECRETAS

PREFÁCIO PELO
DR. JOSÉ CABRAL



TELEFONE: 4 8276
151 — RUA DO SALITRE — 153
LISBOA

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE

DE LA
CARRIÈRE



CONTEM ESTE LIVRO:

- I — «DUAS PALAVRAS», PELO DR. JOSÉ CABRAL;*
- II — A LEI N.º 1.901, DE 21 DE MAIO DE 1935, SOBRE SOCIEDADES SECRETAS;*
- III — O PROJECTO DE LEI N.º 2, SOBRE O MESMO ASSUNTO, DA INICIATIVA DO DEPUTADO DR. JOSÉ CABRAL;*
- IV — O PARECER DA CAMARA CORPORATIVA, SOBRE TAL PROJECTO DE LEI;*
- V — O PROCESSO DA SUA DISCUSSÃO E DA SUA APROVAÇÃO, NA ASSEMBLEA NACIONAL.*



DUAS PALAVRAS

Os gulosos de escândalos, — e há muitos, não encontrarão aqui com que satisfazer o seu apetite, a-pesar do título aliciante dêste livro.

A posição que tomei no último episódio do combate às sociedades secretas, impoz-me responsabilidades, que não quero iludir, que aceito na sua plenitude.

É o mesmo que dizer, que não vai esta publicação quebrar a linha de serenidade e de elegância, que em tal combate se manteve.

A maior parte das pessoas que a lêrem, nada ela dirá, que não saiba.

Há, no entanto, muita gente, de estirpe e fala portuguesa, no País e fora dele, que mal conhece as razões do regime a que actualmente estão sujeitas as sociedades secretas, em Portugal.

Os primeiros, encontrarão aqui, reüni-

ma justificação da lei, que a actuação das sociedades secretas, incompatível, por definição, com o conceito do Estado, seja qual fôr a sua organização, seria a negação, pura e simples, da estrutura actual do Estado Português, autoritário e corporativo.

Erram, de boa ou de má fé, os que considerarem a lei, um fenómeno de imitação ou de contágio.

O Estado Português, promulgando - a, quis resolver um problema político nacional, que circunstâncias especiais agravaram.

Se alguns estados europeus o enfrentaram já e outros tiverem de vir a fazê-lo, é que o carácter internacionalista de certas associações secretas, o põe em muitos países, em termos simultâneos e idênticos.

Ninguém dirá, com verdade, que o Estado Português, quando ataca um flagelo que haja avassalado a Europa e galgado por cima das suas fronteiras, — actua, por imitação ou contágio dos que já tiveram de combatê-lo, também.

A lei 1.901 não é afinal mais do que uma das resultantes da nova estrutura do Estado.

Lisboa, Maio de 1935.

JOSÉ CABRAL

dos, elementos dispersos por publicações oficiais, nem sempre fáceis de encontrar e de manusear; os outros, poderão dêste modo conhecer, cômodamente, as determinantes da Assembleia Nacional, ao votar a lei n.º 1.901, de 6 de Maio de 1935, que instituiu êsse regime.

Não se tomem, pois, estas páginas por uma manifestação de sectarismo, ou de paixão, nem se pretenda ver nelas uma agressão a quemquer que seja.

Não são, nem querem ser, mais do que simples colectânea de quanto oficialmente se escreveu e disse, sôbre o problema da existência de tais sociedades.

Êsse problema, que o Estado Português voluntariamente ignorou durante décadas, esteve, por isso mesmo, sem solução positiva.

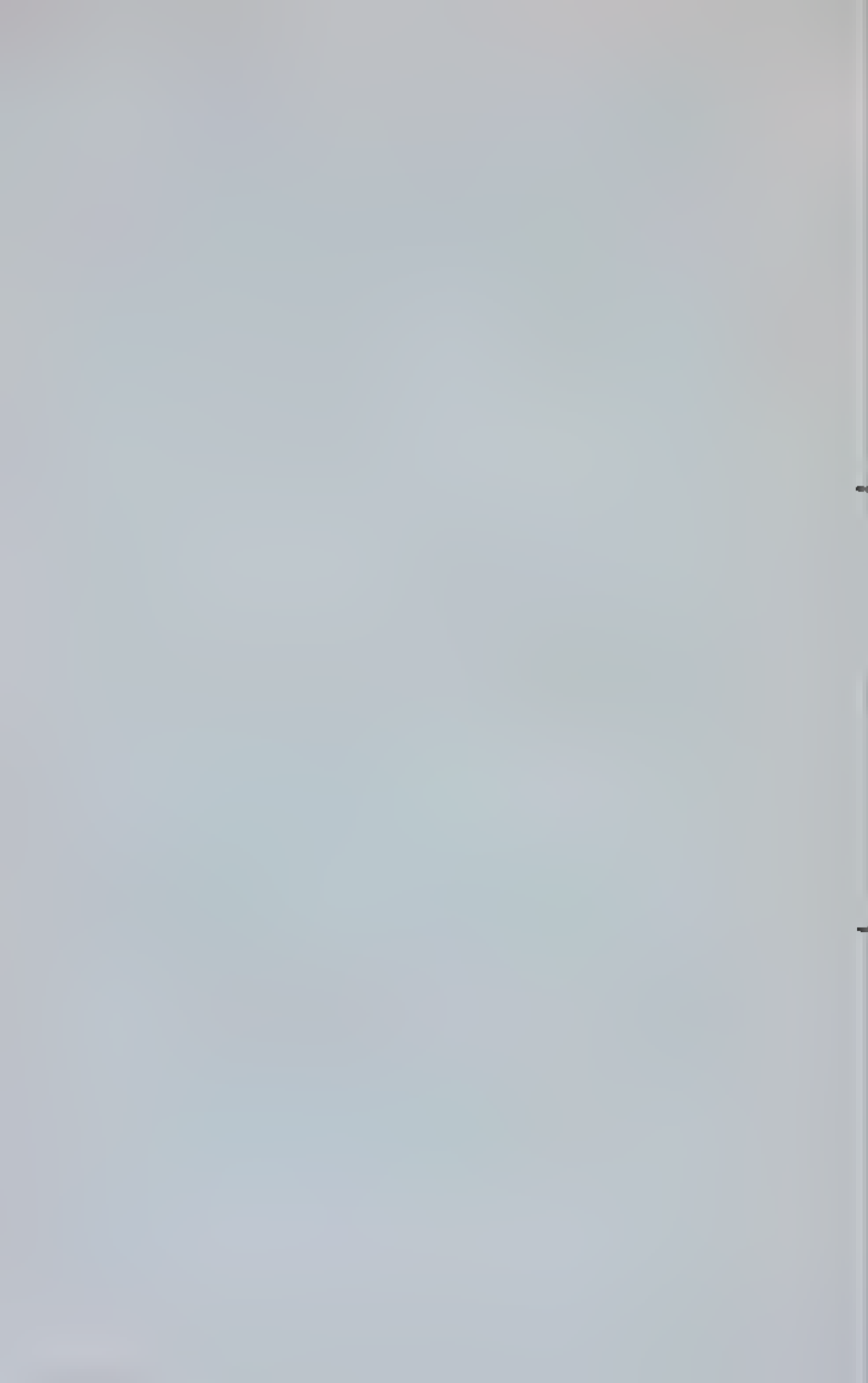
Deu-lha agora a Assembleia Nacional, com a Lei referida.

E, assim, a existência de tais sociedades passou, de problema de direito, que era, a simples caso de acção policial e judiciária.

Arquivam-se, aqui, o estudo e a discussão do assunto e a respectiva votação; isto é, faz-se a história da lei.

A índole desta publicação repugnaria acrescentar o mais que pudesse dizer-se, do muito que o assunto sugere.

Há que acentuar apenas, como supre-



I

LEI N.º 1.901, SOBRE SOCIEDADES SECRETAS

O «Diário do Governo» I série, N.º 115 de 21
de Maio de 1935, publicou a seguinte lei:

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte.

ASSOCIAÇÕES SECRETAS

Artigo 1.º As associações e institutos que exercerem a sua actividade em território português são obrigados a fornecer aos governadores civis dos distritos em que tenham sede, secções ou delegações, copia dos seus estatutos e regulamentos, relação dos seus sócios com indicação dos cargos sociais e pessoas que os desempenhem, e a dar quaisquer outras informações complementares acerca da respectiva organização e actividade, sempre que, por motivo de ordem ou de segurança pública, lhes sejam requisitadas por aqueles magistrados.

§ 1.º As pessoas que exerçam funções de direcção ou representação nas associações ou institutos, referidos neste artigo, são obrigadas a fazer a comunicação, dentro do prazo de cinco dias a contar da data em que tenha sido notificada a requisição.

§ 2.º Os infractores do preceito estabelecido no § 1.º serão punidos com a pena de prisão correcçãoal nunca inferior a três meses, multa não inferior a 3.000\$ e suspensão dos seus direitos políticos por cinco anos.

§ 3.º Se intencionalmente forem prestadas informações falsas ou incompletas, a pena será de prisão correccional não inferior a um ano, perda de funções publicas se as exercer, de pensão de aposentação ou reforma se a tiver, multa não inferior a 6.000\$ e incapacidade para exercer funções públicas pelo periodo de cinco anos.

Art. 2.º São considerados secretos, devendo ser dissolvidos pelo Ministro do Interior:

a) As associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto;

b) Aquelas cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da sua actividade social;

c) Aquelas cujos directores, ou representantes, depois de solicitados, nos termos do artigo 1.º, occultarem à autoridade pública os seus estatutos e regulamentos, a relação dos seus sócios, com a indicação dos diferentes cargos e das pessoas que os exercem, o objecto das suas reuniões e a sua organização interna, ou prestarem intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais assuntos.

§ 1. As pessoas que, mediante remuneração ou sem ela, exerçam funções de direcção, administração ou consulta, das associações e institutos a que se refere este artigo, serão punidas com prisão correccional nunca inferior a um ano, perda de funções públicas, se as exercerem, de pensão de aposentação ou reforma se a tiverem, multa não inferior a 6.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

§ 2. Os simples associados destas associações e institutos serão punidos com prisão correccional nunca inferior a seis meses, perda de funções públicas, se as exercerem, pensão de aposentação ou

reforma, se a tiverem, multa não inferior a 2.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, salvo se provarem que desconheciam o carácter secreto da associação ou instituto.

§ 3.º Os reincidentes nas infracções previstas nos §§ 1.º e 2.º incorrerão nas penas previstas nestes parágrafos e serão expulsos do território da República sem limitação de tempo ou por tempo certo, ou entregues ao Governo, conforme ao juiz parecer mais adequado à situação do infractor.

Art. 3. Nenhuma pessoa pode ser provida em lugar público, civil ou militar, do Estado, ou dos corpos e corporações administrativas, sem ter apresentado documento autenticado, ou termo lavrado perante o chefe do respectivo serviço, com a declaração, sob compromisso de honra, de que não pertence, nem jamais pertencerá a qualquer das associações e institutos previstos no artigo 2.º.

§ 1.º Os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativos são obrigados, sob pena de demissão ou de cessação do contrato, a declarar, dentro do prazo de trinta dias a contar da publicação desta lei, sob compromisso de honra, e por escrito, que não pertencem, nem jamais pertencerão, a qualquer das associações ou institutos previstos no artigo 2.º.

§ 2.º A falta da declaração a que se refere o § 1.º é considerada e punida como abandono do lugar, nos termos do artigo 36.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1913.

§ 3.º As declarações a que se refere o presente artigo e seu § 1.º serão encorporadas no processo de admissão do respectivo funcionário; e, no caso de extravio, serão substituídas por outras nos mesmos termos, e datadas, a primeira, de um dos cinco dias anteriores ao diploma ou acto de nomeação e a segunda de um dos dias do prazo fixado no referido § 1.º.

§ 4. No caso de falsidade das declarações a que se refere este artigo e seu § 1. , aplicar-se-á ao declarante, em processo disciplinar, a demissão, e, em processo penal, a pena cominada no artigo 238.º do Código Penal.

Art. 4. Os bens das associações e institutos dissolvidos, nos termos do artigo 2. , serão arrolados e vendidos em praça e o seu produto reverterá para a assistência publica.

Art. 5.º O Ministro das Colónias applicará às provincias ultramarinas, nos termos preceituados no artigo 28. do Acto Colonial, a doutrina desta lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Rodrigues Junior*.

II

PROJECTO DE LEI N.º 2, DA INICIATIVA DO DR. JOSÉ CABRAL, SOBRE ASSOCIAÇÕES SECRETAS

O deputado, Dr. José Cabral enviou para a mesa da Assembleia Nacional, na sessão n.º 4, de 19 de Janeiro de 1935, o seguinte:

PROJECTO DE LEI

São notórias os malefícios das associações secretas em quasi todo o mundo e desde há séculos. Hoje porém, dada a complexidade da vida económica, política e social, o mal acentuou-se temerariamente. Impõe-se por isso um remédio eficaz e pronto.

Nas nações em que se tem procurado robustecer a autoridade do Estado começou-se por combater impiedosamente todas as organizações dessa espécie.

O processo de combate tem variado, como é natural, em função da maneira de ser de cada povo e das modalidades que a acção dessas associações reveste num ou noutro.

Proibiu-se aqui a sua constituição, cominando-se penalidades contra os seus componentes; perseguiram-se além os seus militantes, como criminosos de direito commum; noutra parte desencadearam-se contra elas movimentos de opinião capazes de determinar um estado de espirito colectivo de repulsão permanente.

Em Portugal adoptou-se aquella primeira orientação.

E, assim, se estatuiu no Código Penal, artigo 283.º, que nenhum cidadão português podia fazer parte de tais associações sem incorrer em determinadas penas.

Verificado esta porém que esse sistema resultou, entre nós, absolutamente platónico.

Ninguém de boa fe pode negar que em todo o território nacional vivem essas associações, contaminando a sociedade nas suas mais essenciais elements, corrompendo o Estado, por uma acção minaz e dissolvente sobre os seus órgãos, e comprometendo por vezes a honra e a vida dos seus melhores servidores.

Urge mudar de rumo em tal combate.

O Estado é, hoje mais que nunca, factor dominante de toda a vida social e condicção indispensavel do desenvolvimento das proprias actividades individuais.

Ha pois que defendê-lo, principalmente, da infiltração de elementos tam perigosamente perturbadores nos seus quadros e serviços.

Tanto se pretende com esta lei.

Artigo 1.º Nenhum cidadão portuguez pode fazer parte de associações secretas, sejam quaes forem o seu fim e organização, e nomeadamente das previstas no artigo 283.º do Código Penal.

Art. 2.º A infracção d'este preceito é punida:

1.º Quanto aos que em tais associações exerçam funções de direcção, administração ou consulta, remuneradas ou não, com prisão correctional nunca inferior a um anno e multa não inferior a 6.000\$;

2.º Quanto aos simples filiados, com prisão correctional não inferior a seis meses e multa não inferior a 2.000\$.

§ unico. No caso de reincidencia, a pena que cober acrescer a de desterro para fora do territorio metropolitano, ou a de entrega ao Governo, conforme ao juiz parecer mais adequado a situação do acusado.

Art. 3.º Não podera ser admitido nos quadros do Estado ou dos corpos e corporações administrativas nenhum funcionario, civil ou militar, sem que, por escrito autenticado por notario, ou lido perante o chefe do respectivo serviço, declare por sua honra que não pertence, e se comprometa a jamais pertencer, a qualquer das associações referidas no artigo 1.º.

§ 1.º Os actuaes funcionários dos quadros indicados neste artigo são obrigados a apresentar, no prazo de trinta dias a contar da data desta lei, declaração escrita nos mesmos termos, e, no caso de terem pertencido a alguma de tais associações, a de que deixaram de fazer parte d'ella.

§ 2.º A falta desta declaração dentro do prazo estabelecido é considerada abandono da funcção, nos termos do disposto no artigo 36.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1910.

§ 3.º Apresentada a declaração, será integrada no respectivo processo de admissão e, se vier a extrair-se, será substituida por outra nos mesmos termos e referida a um dos dias do prazo **fixado no § 1.º**.

§ 4.º Esta declaração não podera determinar para o seu signatario a applicação das penas estabelecidas no artigo 1.

§ 5.º Arrecuando-se que o declarante faltou à verda-

de, será demitido e entregue aos tribunais, a fim de lhe ser applicada a pena do artigo 208.º do Código Penal.

Art. 4.º Todos os alunos matriculados em qualquer estabelecimento de ensino pertencente ou subadunado pelo Estado, ou pelos corpos ou corporações administrativas, bem como os que nêles pretendam matricular-se, são obrigados, desde que tenham dezoissis annos de idade, a apresentar declaração nos termos fixados no artigo 3.º, sob pena de exclusão da matrícula.

Art. 5.º Verificada a existência de alguma associação das previstas no artigo 1.º, todos os seus bens, de qualquer natureza que sejam, serão arrolados e vendidos em praça, revertendo o seu producto para a assistência pública.

Art. 6.º As disposições anteriores são applicadas a qualquer associação, ainda que das autorizadas por lei, se vier a provar-se:

1.º Que dentro dela e fora da disciplina dos seus estatutos se realizam reuniões de elementos, seus ou estranhos, pertencentes a alguma das previstas no artigo 1.º;

2.º Que entre uma e outra existem ligações ou entendimentos de qualquer espécie.

Art. 7.º É applicavel aos que exerçam em tais associações a função de direcção, administração ou consulta, prevista no n.º 1.º do artigo 2.º, a pena comminada neste artigo, agravada nos termos do artigo 97.º do Código Penal.

Art. 8.º A condenação por violação de alguma das precepções desta lei envolve sempre a perda de direitos politicos por cinco annos.

Assemblea Nacional, 19 de Janeiro de 1915. — O Deputado, José Cabral.

III

PARECER DA CÂMARA CORPORATIVA, SÔBRE O PROJECTO DE LEI N.º 2

CÂMARA CORPORATIVA

A Câmara Corporativa, consultada àcerca do projecto de lei N.º 2 (Sociedades Secretas), emite o seu parecer, pelas secções 18.ª e 20.ª

I

DOCTRINA DO PROJECTO

A Câmara Corporativa, pelas secções 18.^a e 20.^a, approva na generalidade o projecto de lei n.^o 2, apresentado pelo ilustre Deputado Sr. Dr. José Cabral na sessão n.^o 4 da Assembleia Nacional, de 21 de Janeiro, embora reconheça que seria preferível resolver o problema das sociedades secretas na lei especial do exercicio da liberdade de associação, a que se refere o § 2.^o do artigo 8.^o da Constituição Política da Republica Portuguesa, e no estatuto jurídico dos funcionários públicos.

Mas a concordância da Câmara Corporativa com a generalidade da doutrina do projecto não a impelle de suggerir aditamentos, substituições, modificações de redacção e eliminações, com o intuito de realizar eficazmente, mas sem exigências desnecessarias, o pensamento que lhe presidiu.

As disposições fundamentais do projecto podem reduzir-se às seguintes:

a) Nenhum cidadão português pode pertencer a associações secretas, sejam quais forem os seus fins e organização, e, nomeadamente, às prevenidas no artigo 283.^o do Código Penal; sanções correspondentes à violação deste preceito (artigos 1.^o, 2.^o, § unico, e 8.^o).

b) Sanção applicada às associações secretas (artigo 5.^o);

c) Nenhuma pessoa pode ser provida em lugar publico do Estado ou dos corpos e corporações administrativos sem declarar por sua honra que não pertence nem jamais pertencera a qualquer associação secreta (artigo 3.^o).

d) Os actuaes funcionarios publicos do Estado e dos corpos e corporações administrativos são obrigados a declarar que não pertencem a associações secretas, e os que a elas tenham pertencido devem declarar que ja se retra-

ram: sanções da falta desta declaração e da declaração falsa (§§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do artigo 2.º e artigo 8.º);

e) Sanções applicaveis às associações autorizadas por lei, seus directores, administradores, consultores e simples associados, se dentro delas se realizarem reuniões ilegítimas ou se tiverem ligações ou entendimentos com associações proibidas (artigos 6.º, n.º 1.º e 2.º, 7.º e 8.º);

f) Os alunos matriculados em estabelecimentos de ensino pertencentes ao Estado ou corpos ou corporações administrativos ou por elles subsidiados e os que nêles pretenderem matricular-se, se tiverem mais de dezasseis anos de idade, são obrigados a declarar, sob pena de expulsão da matrícula, que não pertencem a associação secreta e que jamais entrarão nos seus quadros (artigo 4.º).

Sem entrar desde já na indicação dos aditamentos, substituições, modificações de redacção e eliminações, — o que a proposito de cada artigo mais oportuna e justificadamente se fara —, entende a Câmara Corporativa que o alargamento da competência dos governadores civis poderá concorrer eficazmente para a realização do pensamento do projecto.

Devem esses magistrados ter competência para solicitar, por motivos de ordem ou segurança pública, das associações e institutos que exercerem a sua actividade no territorio português os estatutos e regulamentos, a relação dos socios com a indicação dos respectivos cargos sociais e quaesquer outras informações complementares acerca da organização e actividade colectiva.

As associações e institutos devem ser obrigados, sob sanções severas, a comunicar em breve prazo àquella autoridade os esclarecimentos requisitados.

Este modo organizam-se duas fontes de informação sobre as sociedades secretas que mutuamente se fiscalizam as declarações das administrações respectivas e as dos funcionários públicos.

II

AS SOCIEDADES SECRETAS NO DIREITO PORTUGUÊS

(Séculos XVIII, XIX e XX)

Convém conhecer o sentido da tradição portuguesa quanto ao regime jurídico das sociedades secretas, constante dos textos que a seguir se transcrevem:

No *Código Criminal* intentado pela Rainha D. Maria I, elaborado por Pascoal José de Melo Freire, que não chegou a entrar em vigor, datado de 26 de Novembro de 1786, dispõe-se que «os ajuntamentos ilícitos, ocultos ou clandestinos, parecendo verdadeiramente prejudiciais, se castigarão com a pena de perdimento da casa em que se fizerem, pertencendo o domínio dela a algum dos associados, e com a de prisão das pessoas que nela se ajuntarem com este fim, por trinta dias ou até mercê nossa, segundo as suas circunstâncias, de que os juizes nos darão logo parte» (título XVI, § 11.º).

E nas respectivas *Provas* fundamenta o autor este preceito do modo seguinte:

«Mandam-se também castigar no 11.º parágrafo os ajuntamentos ilícitos e clandestinos, parecendo verdadeiramente prejudiciais. A L. 2 de *colleg. et corporib.* e a L. 1 § 1.º, *ad leg. Jul. Majest.* castigam estes ajuntamentos como crimes de lesa-majestade. Em França o Édito ou Declaração de 18 de Julho de 1724, não falando nos anteriores, ainda é mais forte. Entre nós não há Ordenação particular sobre este artigo, que foi em todos os tempos o pretexto por que se cometeram as maiores tiranias, e de que se serviram sempre nos seus governos os maus príncipes e ministros.

«É verdade que a casa do cidadão deve ser sagrada; mas também é certo que ele peca contra o seu «fidei», dando nela e consentindo ajuntamentos ou assembleas ilícitas e prejudiciais; mas o ponto é que sejam na realidade, e não imaginárias, e esta é toda a dificuldade; e por isso é que eu acrescentei no parágrafo a palavra *verdadeiramente prejudiciais*. Não devia, porém, este crime ser omitido no Código pelas suas consequências; e a pena que se lhe impõe não foi certamente tirada das leis dos governos despóticos e tiranos, mas das leis, e do código da humanidade, combinadas e entendidas com a utilidade e segurança pública.

Os últimos parágrafos não necessitam de illustração alguma». (2).

Sobre as sociedades secretas escreveu o mesmo Melo Freire no *Institutionum Juris Criminalis Lusitani Liber Singularis* de 1794:

«As reuniões nocturnas e clandestinas não devem somente, por serem clandestinas, considerar-se ilícitas, porque

podem ser inocentes, antes de se ordenar a sua dissolução convém vigiá-las com mais prudência do que curiosidade, porque dessas reuniões podem nascer conspirações e a intemperança de mesa que, como observa Cujacio, *di terrima parit, inulcissima et notatissima quæque*. Aqueles que em sua casa falam com mais liberdade de cousas particulares ou publicas, com ânimo de dizer mal, mas sem intenção de o fazer, devem ser tolerados, porque deve ser refúgio irreviolavel para todos a casa, onde é licito tudo o que não traz prejuizo a outrem. Por estas razões não podem considerar-se ilicitas e suspeitas tôdas as reuniões clandestinas. Luz-nos a historia que não poucas vezes os principes se serviram dêsse pretexto para oprimir os cidadãos benemerentes. Os homens loquazes, que, por pendor do seu espirito, a todos ferem com os seus ditos mordazes e a tudo censuram, ou devem ser desprezados, o que às vezes é bastante, ou admoestados, ou levemente punidos pela malicia dos seus ditos ou dos seus actos». (3).

O Alvará de 29 de Março de 1818 declara por criminosas e prohibidas tôtas e quaisquer sociedades secretas, de qualquer denominação que ellas sejam, ou com os nomes e fôrmas já conhecidas, ou debaixo de qualquer nome ou forma que de novo se disponha ou imagine: pois que tôda e quaisquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como fôtas para conselho e confederação contra o Rei e contra o Estado.

E ordena:

Todos aquelles que forem comprehendidos em ir assistir em lojas, clubes, ~~congregações~~ ou qualquer outro ajuntamento de sociedade secreta, aquelles que para as ditas lojas, ou clubes, ou ajuntamentos convocarem a outros, e aquelles que assistem a entrada ou recepção de algum socego, ou ela seja com juramento ou sem elle, fiquem incursos nas penas da ~~Ordemação~~, liv. V, tit. VI, §§ 5.º e 9.º (pena de morte natural e civil além do confisco de todos os bens e posto que tivessem filhos ou outros descendentes, havidos antes ou depois de ter e praticado tal maleficio), as quais penas lhes serão impostas pelos juizes, e pelas formas e processos estabelecidos nas leis para punir os reus de lesa-majestade.

Nas mesmas penas incorrerão os que forem chefes ou membros das mesmas sociedades, qualquer que seja a denominação que tiverem, em se provando que fizeram qualquer acto, persuasão ou convite de palavra ou por escrito

para estabelecer de novo, ou para renovar, ou para fazer permanecer qualquer das ditas sociedades, lojas ou clubes ou comités dentro dos meus reinos e seus domínios; ou para a correspondência com outras fora deles, e ainda que sejam factos praticados individualmente e não em associação de lojas, clubes ou comités.

«Nos outros casos serão as penas moderadas a arbitrio dos juizes, na forma adiante declarada. As casas em que se congregarem serão confiscadas, salvo provando os seus proprietarios que não souberam, nem podiam saber que a esse fim se destinavam. As medalhas, selos, sinnetos, estampas, livros, catecismos ou instruções, impressos ou manuscritos, não poderão mais publicar-se nem fazer-se deles uso algum, despacharem-se nas alfândegas, venderem-se, darem-se, emprestarem-se, ou de qualquer maneira passarem de uma a outra pessoa, não sendo para immediata entrega ao magistrado: debaixo da pena de degrado para um presidio de quatro até dez annos de tempo, conforme a gravidade da culpa e circumstancias dela.

«Ordeno outrossim que neste crime, como excepto, não se admita privilegio, isenção ou concessão alguma, ou seja de fóro, ou de pessoa, ainda que sejam dos privilegios encorporados em direito ou os reus sejam nacionaes ou estrangeiros, habitantes no meu reino e domínios, e que assim abusarem da hospitalidade que recebem, nem possa haver seguro, fiança, homenagem ou fiéis carcereiros sem nunha especial autoridade. E os ouvidores, corregedores e justiças ordinarias todos os annos devassarão dèste crime na devassa geral. E constando-lhes que se fôr loja, se convidam ou congregam tais sociedades, procederão logo à devassa especial e à apreensão e confisco, remetendo os que forem reus e a culpa à Relação do distrito ou ao tribunal competente. e a copia dos autos será tambem remetida à minha real presença».

E no referido Alvará justifica-se a repressão com as seguintes palavras:

«Que, tendo-se verificado pelos acontecimentos, que são bem notorios, o excesso de abuso a que têm chegado as sociedades secretas, que com os diversos nomes de ordens ou associações se têm convertido em conventiculos e conspirações contra o Estado; não sendo bastantes os meios correcionais, com que se tem ate agora procedido segundo as leis do reino, que proibem qualquer sociedade, congrega-

ção, ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que elas sejam primeiramente por mim autorizadas e os seus estatutos aprovados; e exigindo, por isso, a tranquillidade dos povos, e a segurança, que lhes devo procurar e manter, que se evite a occasião e a causa de se precipitarem muitos vassallos, que antes podiam ser úteis a si e ao Estado, se forem separados deles, e castigados os perversos, como as suas culpas merecem».

A Carta de lei de 20 de Junho de 1823 ordena o seguinte:

«1 Tódas as sociedades secretas ficam suprimidas, quaisquer que sejam os seus institutos ou denominações, e nunca mais poderão ser instauradas».

2 Fica subsistindo o meu Alvará de 30 de Março de 1818, pelo qual fui servido declarar que tódas as sociedades secretas fôsses consideradas como conselho e confederação contra o Rei e Estado, comutando, porem, para conciliar os efeitos da minha real clemência com a devida execução das leis, a pena de morte cominada no dito Alvará contra os seus transgressores em degrêdo para África, que nunca será menor de cinco annos, e em multa pecuniaria maior de cem mil reis para o cofre das obras pias, quando se nao provar efectiva conspiração e rebelião, único caso em que terá lugar a pena estabelecida no mencionado Alvará.

3 Sendo necessario evitar que os empregados públicos, civis ou militares, estejam ligados por outro qualquer juramento, que não seja aquele que lhes prescrevem as leis, ordeno a tódas as autoridades ecclesiasticas, civis e militares, das diversas repartições do Estado, que no prazo de oito dias, depois de haverem conhecimento desta lei, apresentem ellas mesmas e exijam de todos os seus subordinados uma declaração especial escrita, pela qual se obriguem a não pertencer desde a data daquella promessa em diante a nenhuma sociedade secreta, ficando sujeitos todos os que se recusarem a assinar semelhante declaração ao perdimento dos seus postos ou empregos.

4 Para o futuro nenhuma pessoa será provida em lugares públicos, assim ecclesiasticos, civis, como militares sem assinar previamente a declaração exigida no artigo 3.

5 Os empregados públicos que depois de assinarem a referida promessa a quebrantarem, provando-se que tornaram a frequentar as mesmas sociedades ou a alistarem-se nelas, serão condemnados no dôbro da pena, que segundo o artigo 2 sofriam

6.º Não podendo ser a minha real intenção impedir as sociedades que, sem se esconderem aos olhos, do público, se dirigem a fins lícitos, e até louváveis, mas querendo atalhar o abuso que dessas mesmas sociedades se pode fazer, alterando e pervertendo com o andar dos tempos seus originários institutos, ordeno que nenhuma das ditas sociedades se possa abrir, sem que os seus estatutos sejam vistos e primeiramente aprovados por mim, sob pena de serem consideradas como sociedades secretas e de se proceder contra seus membros na forma prescrita por esta lei.

Estas providências são justificadas nos termos seguintes:

«Sendo notórios os gravíssimos danos que tem causado a tôdas as nações o estabelecimento e propagação das sociedades secretas dos chamados pedreiros-livres, qualquer que possa ter sido o seu primitivo destino, assim como dos carbonários, comuneros ou de outras associações de igual natureza; considerando que nos últimos tempos se multiplicaram extraordinariamente debaixo de várias denominações semelhantes sociedades, chamando a seus ajuntamentos homens de tôdas as classes para formarem uma conjuração que tem por fim a ruína dos altares e dos tronos; considerando outrossim a necessidade, já reconhecida por varios governos ilustrados da Europa, de afastarem de si um perigo tam manifesto e de suprimirem essas sociedades secretas, cuja existência é incompativel com a segurança do Estado; atendendo sobretudo à notória e indubitável influência que em Portugal exerceram as mesmas sociedades secretas nas maquinações que precederam e seguiram a revolução de 1820, pelas pomposas promessas com que exaltaram os espíritos e alucinaram os povos, promessas que em breve se reduziram a severas calamidades; e desejando adoptar os meios efficazes para evitar a renovação das desgraças que têm afligido estes reinos e consolidar a tranquillidade futura e a felicidade de meus amados e fiéis súbditos».

Dez dias depois de publicada a Carta de 20 de Junho de 1823, o Bispo de Coimbra, D. Frei Francisco de S. Luiz, ordenou por Pastoral de 30 de Junho, de conformidade com o artigo 3.º da citada Lei, aos Ministros da sua Mesa Ecclesiastica, Encarregados do Governo do Bispado, que, além de lhe mandarem as suas proprias declarações especiaes dentro do termo assinado no citado artigo, passassem immediatamente as ordens precisas para que as pessoas do Bispado comprehendidas na Carta de lei, suas subordinadas, lhe mandassem igualmente as suas, as quaes, sendo

entregues à Mesa Eclesiástica, lhe seriam sem perda de tempo remetidas, à proporção que se fôsem recebendo, para as dirigir à Secretaria de Estado competente.

O Assento da Casa da Suplicação de 27 de Abril de 1824 sôbre a genuína interpretação do Alvará de 30 de Março de 1818 e da Lei de 20 de Junho de 1823, decidiu:

que a Lei de 20 de Junho de 1823 era declaratória do Alvará de 30 de Março de 1818, na parte em que proibia ou suprimia tôdas as sociedades secretas, quaesquer que fôsem seu institutos ou denominações; porque na disposição do § 1. nada mais fêz do que ratificar o que naquêlê Alvará estava já determinado a respeito das ditas sociedades. E era revogatoria na parte em que mitigava, ou comutava, a pena de morte no dito Alvará imposta; porque a essa pena substituiu outra melhor, como a de degredo, e multa pecuniaria. Vindo portanto a mesma Lei na parte declaratória a ter effeito retroactivo até à data do Alvará declarado, porque nada innovou, e a não regular senão para depois da sua publicação, na parte revogatoria; porque a êsse respeito estabeleceu nova regra, minorando as penas nos outros crimes, que não são os de efectiva conspiração e rebeldia provada». (4)

O Decreto de 5 de Junho de 1824 perdoa todos aquelles que possam ser accusados de terem pertencido às sociedades secretas até à data da lei de 20 de Junho de 1823, «devido todos os Ministros encarregados de vigiar sobre a segurança publica inquirir com a maior efficacia, delatando da mais severa responsabilidade, se existem ou têm existido tais associações, depois da publicação da dita lei, para serem irremissivelmente punidos com todo o rigor das penas, que na mesma se declaram».

O Código Penal do Dr. José Manuel da Veiga, que vigorou desde 4 de Janeiro a 27 de Abril de 1837, dispõe que nenhuma associação de mais de dez pessoas se pode fazer, para que se reunam todos os dias, ou em certos e determinados dias, no mesmo lugar, em modo de assemblea ou conventículo, para serem tratados ou discutidos quaesquer assuntos religiosos, políticos, civis, economicos e outros, sem que se obtenha da respectiva autoridade a previa approvação dos seus planos e estatutos, — que não se contarão no número das pessoas os moradores da casa onde se fizer a reunião» (artigo CCLXVI) —, que aquelles que fizerem tais reuniões sem a dita approvação da autoridade,

ou que, tendo-a obtido, infringirem as condições com que lhes foi outorgada, sendo chefes ou directores delas serão punidos com a multa dos delictos, e os sócios com a das contravenções», — e que «a sociedade será dissolvida» (artigo CCLXVII).

O professor de Coimbra, Dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, nas Prelecções de direito criminal adaptadas às *Instituições de Direito Criminal Portuguez*, de Melo Freire, feitas no ano de 1844 a 1845, referindo-se especialmente ao citado § VI do tit. IV das *Instituições*, disse:

«*Divergem a este respeito as opiniões.*

«*Querem muitos que os ajuntamentos nocturnos sejam inteiramente prohibidos, por isso que quem busca as trevas e o segredo recua a luz, e por consequência tem fins criminosos que pretende occultar. Neste sentido foi publicada a Lei de 30 de Março de 1818, que proibiu todas as sociedades clandestinas de qualquer denominação que sejam, lojas, clubes ou comites, punindo os transgressores como criminosos de confederação contra o Rei e contra o Estado, na conformidade da Ord., liv. 5, tit. 6, §§ 8.º e 9.º, e punindo tambem com as mesmas penas os que aliciarem para estas sociedades.*

«*Querem outros que não sejam absolutamente prohibidas, mas que se permitam aquellas que tivessem estatutos aprovados pelo Governo, sujeitando-as, portanto, a uma espécie de censura previa. Nestas ideas se publicou a Lei de 20 de Junho de 1823, que continha a mesma disposição da de 30 de Março, modificando, porem, as penas. Estabeleceu que todos aqueles que pertencessem a alguma sociedade de pedreiros-livres, comuneros, carbonarios, ou qualquer outra fossem desterrados para Africa por cinco anos pelo menos e pagasse 100\$000 reis de multa. Permittiu, porém, as sociedades que tivessem estatutos aprovados pelo Governo, considerando como secretas todas as que os não tivessem.*

«*É esta uma questão semelhante à da liberdade de pensamento: todos conhecem que se pode abusar dela; variam, porem, quanto ao modo de se conceder o seu exercicio, querendo uns que haja censura previa para a regular, querendo outros que se punam os abusos, quando os houver, e que não exista aquella.*

«*Podemos, porém, conciliar a doutrina de Melo Freire com as referidas leis e mesmo com a legislação franceza nos artigos 291.º e seguintes do Código Penal e lei de 10 de Abril de 1834, que ampliou o artigo do Código, proibin-*

do tôlas as sociedades que não fôsssem aprovadas pelo Governo e impondo penas pecuniarias aos que assistissem a tais reuniões ou para elas dessem casa. Para isto devemos fazer distincão entre simples reuniões e sociedades, pois que aquellas não têm um fim certo e determinado com unia especie de governo; estas sim. Portanto as citadas leis so dizem respeito a estas e não áquellas, e das simples reuniões e que Melo Freire fala, por isso que, sendo casuais e temporarias, não se dá tam grande receio de que possam perturbar a tranquillidade pública, o que não acontece assim com as sociedades propriamente ditas, que podem machucar contra a ordem de cousas estabelecida, de modo que quando se queira dar providências já seja tarde, e por isso sem remédio.

Portanto, como das simples reuniões pouco se pode recear, não deve exigir-se que elas não possam ter lugar sem previa autorização da competente autoridade — mesmo porque, se tal se exigisse, as mais das vezes não poderiam ter lugar. Tais reuniões são de ordinario feitas entre parentes e amigos em virtude de circunstâncias momentâneas, e não permanentes, e por isso nem sempre haveria tempo nem vontade para pedir semelhante autorização, e deste modo acabaria na sociedade um dos melhores meios de dar ao espirito o desafogo de que necessita e deixaria de existir uma das suas principais delicias. Consequentemente, ainda que algumas vezes possam ser perigosas, nem por isso se devem proibir; á policia cumpre vigiar que não degenerem em abuso. E desta maneira o perigo fica prevenido e qualquer pode gozar livremente de sua liberdade, enquanto se não desmandar da vereda que deva seguir.

Adverte, porém, Melo Freire que se vigiem com prudência e não com curiosidade — *prudenter non curiose*. Para nos convencermos de quanto é sensata e necessaria esta reflexão, bastaria attender ás lições da experiência a este respeito, aos meios incertaes de que a policia se tem servido para conseguir o seu fim. Suponhamos que ela estabelece regras inertes para que ninguem possa admitir em sua casa qualquer pessoa sem dar parte á autoridade — seria sem duvida uma nimia curiosidade, que tolheria a liberdade de tais reuniões. Suponhamos que suborna os criados da casa ou nela introduz espíões para saber o que se passa — por ainda, temos a immoralidade de fazer denunciar o chefe da casa por aquelles mesmos em quem elle depositava sua confiança — e por isso envenena a felicidade domesticca. Logo, é verdade, abusar-se algum tanto da policia, por não receber soffrer este mal menor do que empregar tantos meios inertes. Não é fora de propósito o que

a este respeito dizia um filósofo: que a lei deve vigiar o homem enquanto está fora da porta de sua casa; dentro dela, deve deixar-se à religião e à moral». (5).

Inspõe o Código Penal de 1852: «É ilícita e não pode ser autorizada qualquer associação cujos membros se impuserem com juramento, ou sem elle, a obrigação de occultar à autoridade pública o objecto de suas reuniões ou a sua organização interior; e os que nela exercerem direcção ou administração serão punidos com prisão de dois meses a dois annos. Os outros membros com metade desta pena» (artigo 284.º). «São punidos como cúmplices aquelles que consentirem que a reunião tenha lugar em toda ou em parte da casa de que disponham» (§ 1.º). «Se qualquer membro da associação declarar espontaneamente à autoridade pública o que souber sobre o objecto ou planos da associação, ainda que não declare os nomes dos outros associados, será isento da pena» (§ 2.º).

Não é diversa a redacção do correspondente artigo 283.º e §§ 1.º e 2.º do Código Penal de 1886

O comentador Dr. Levi Maria Jordão, esclarecendo o artigo do Código Penal sobre as sociedades secretas e referindo-se de modo particular à origem da franco-maçonaria, escreveu:

«Para combater abusos era mister trabalhar em segredo para evitar os suplicios com que as ideas da epocha faziam fulminar as innovações politicas; hoje, com a liberdade de imprensa e com todas as mais garantias constitucionais, as sociedades secretas não passam de uma inutilidade e de um contra-senso.

O legislador não podia deixar de as incriminar, porque toda a sociedade que se esconde ao publico, que recusa se divulgar suas leis ou estatutos, esta por sua mesma natureza indicando que o seu fim é mau e tendente a subverter a ordem social.

O caracter ou elemento constitutivo que torna secreta qualquer associação e o terem os seus membros obrigação de occultar à autoridade publica o objecto das suas reuniões ou a sua organização. Este segredo constitue a criminalidade da sociedade pelo alarme que causa no Estado.

Sabendo-se que nessas sociedades costumam ser votados à morte os socios que reciprocamente se descobrirem,

a lei não deve expor inútilmente a vida daquele que vier declarar à autoridade o objecto e planos da associação, exigindo a declaração dos crimes dos outros associados; por isso mesmo que, conhecendo-se esse objecto e esses planos, já se pode prevenir qualquer perigo que esteja iminente à causa pública». (6).

O comentador Silva Ferrão, anotando o citado artigo 283.º, escreveu:

«O artigo não declara ilícitas as sociedades secretas em geral, mas somente aquellas cujos membros se impuserem, com juramento ou sem elle, a obrigação de occultar à autoridade publica o objecto de suas reuniões ou a sua organização interior; e são somente estas as que não podem ser autorizadas.

«Logo, a contrario sensu, são licitas e podem ser autorizadas todas as sociedades secretas cujos membros se não imponham, com juramento ou sem juramento, a obrigação de occultar o objecto das suas reuniões ou a sua organização interior.

«Podem, portanto, ellas existir com todo o mysterio e segredo proprio da sua natureza e instituição se ~~é~~ mysterio e segredo não existir com respeito à autoridade local encarregada da policia preventiva

«Neste caso ficam reduzidas aos termos das sociedades particulares; assim, e por este artigo, combinado com o antecedente (sobre sociedades ilícitas), carecem ellas de autorização do Governo se o numero de membros da associação exceder o de vinte pessoas, e somente ficam constituídas na necessidade ou de eliminarem do seu juramento ou promessa a obrigação de guardar segredo para com a autoridade local ou de, para maior cautela, dar parte à mesma autoridade, antes que haja algum procedimento judicial ou de policia, sempre que o referido numero não exceda ao de vinte.

«É esta em parte a doutrina do Código do Brasil, artigo 282. «A reunião de mais de dez pessoas em uma casa, em certos e determinados dias, somente se julgara criminosa quando fór para fim de que se exija segredo dos associados e quando neste ultimo caso se não ~~comunicar~~ *comunicar* em forma legal ao juiz de paz do distrito em que se fizer a reunião».

«O mesmo Código, porém, é providentíssimo acêrca dos termos da declaração, ordenando, no artigo 283.º, que ella contenha o fim geral da reunião, o protesto de que se não opõe a ordem social, local e tempo delu, nomes dos di-

rectores, e a assinatura dos declarantes dentro de quinze dias depois da primeira reunião.

“No artigo 284.º previne o caso de serem falsas essas declarações, determinando que se as reuniões tiverem fins opostos à ordem social, o juiz de paz, além de dispersar a sociedade, deve formar culpa aos associados.

“O livre direito de associação e de reunião é um direito sagrado, é um direito natural do homem em sociedade, é um direito constitucional.

Reprimir ou proibir o uso por causa do abuso é em si mesmo um abuso do Poder. É prevenir a possibilidade de um abuso com a realidade de outro abuso. *Neminem laedere* é o preceito de direito natural e da religião que obriga povos e indivíduos. Se estes têm o dever de não ofender os direitos da sociedade também a sociedade tem o dever de não ofender os direitos dos cidadãos.

“Antes dos direitos da sociedade estão nos indivíduos os direitos do seu pensamento, vontade e acções, considerados ou isoladamente ou em comunicação com a sua família, com os seus amigos, com os seus parentes e com outros indivíduos a quem os arrastam a analogia de pensar, de obrar ou de interesse: foi para proteger e não para oprimir esses direitos que a ordem publica social se acha instituída.

A sua base, o seu objectivo, o seu fim é o exercício desses mesmos direitos, o dever de os conciliar, para que não pugnem entre si, para que se não invadam reciprocamente. Primeiro está a sociedade que os indivíduos, diz-se: *la société avant tout*; é um erro, se não é antes um contrasenso, pois que a sociedade não existe essencialmente senão de indivíduos e para os indivíduos. Erro fatal, sustentáculo da tirania, que tem dado causa a grandes crimes sociais, predominando ainda hoje em todos os códigos penais do mundo; mas erro que vai caindo em pedaços e que um dia há-de cair de todo, porque a verdade e a civilização devem triunfar um dia.

“Mas a circunstância do *segredo* não deve tornar ilícitas as associações?” “Se os associados querem o bem, querem uma coisa moralmente boa, porque se escondem?”

“Este é o grande argumento com que são combatidas as associações secretas.

As lojas maçônicas já não fazem sombra nem aos reis nem aos papas. Esse tempo passou. Hoje já não podem considerar-se senão como estabelecimentos de beneficência e de auxílio recíproco; não podem portanto oferecer,

nem por sombras, objecto de incriminação, sem preterição de todas as regras do honesto e do justo.

«O segredo é uma circunstância accessória que não muda, que não converte em mau um objecto que é essencialmente inofensivo.

«Pelo contrario, o segredo, quando se trata da beneficência ou de socorro mutuo, exalta, purifica a pratica desta virtude, porque lhe evita o perigo da hipocrisia e da ostentação e lhe presta o maior de seus incentivos, que é o de encontrar a recompensa só no prazer do exercicio do bem.

«A inviolabilidade da promessa do segredo firmada com juramento ou so com palavra de honra é um sentimento nobre que habitua os homens à lealdade, à fidelidade e que os torna inimigos da traição e da alevosia.

«A lei penal, que deve ser sempre fundada na verdade moral, não pode hoje combater de frente estas verdades. A conjuração para a virtude nao pode mais ser equiparada à conjuração para o crime.

«Mas a maçonaria tem degenerado da sua primitiva instituição, tem-se misturado em cousas politicas, tem servido de sustentaculo e degrau a munto ambicioso. A lei penal não trata so dela, mas em geral das sociedades secretas, e muitas ha, muitas têm havido, muitas ainda podem levantar-se em que se conspire contra a segurança do Estado.

«A sociedade não pode ficar desarmada na presença de tamanho perigo, e vale sempre mais prevenir o mal na sua origem que ter de o punir depois de praticado.

«São sempre estes os argumentos substanciais com que a tirania ou o medo justificam o emprêgo das medidas que restringem a liberdade do homem.

«Reconhecida como verdadeira tanto a existência e a possibilidade dos factos como a procedência dos argumentos, a falsidade, e portanto a injustiça, esta na conclusão que tira o legislador, mais ampla que a que se deriva dos mesmos factos e argumentos. «A condenação do uso por causa do abuso!

«Em primeiro lugar, o meio único de impedir que as sociedades secretas tomem importância politica é o de se governar com justiça e com equidade, de se protegerem todos os direitos do homem, é o de se renunciar, de uma vez para sempre, ao absolutismo ostensivo ou disfarçado.

«Em segundo lugar, ou car às sociedades secretas toda a consideração, permitindo, insinuando mesmo, que as pessoas mais influentes na governança do Estado e mais amigas da ordem publica se afilem e tomem a direcção dessas

sociedades, quando benéficas e inofensivas, ou não lhes dar importância alguma, permitindo-as francamente, só com a obrigação de se fazer declaração, perante a autoridade pública, do objecto, local, tempo, organização e nomes dos directores das mesmas sociedades, como exige simplesmente o Código do Brasil.

«São estes os únicos meios preventivos do mal que pode resultar das sociedades secretas, e a autoridade pública a quem se confiar o segredo deve protegê-lo, adoptando-se as cautelas necessárias para que as declarações sejam guardadas em lugar reservado. O Governo pode, quando precise, ter a todo o momento as informações *confidenciais* que tiver por conveniente, para tomar as medidas de prevenção ou de repressão que forem necessárias.

Pela sua parte, as sociedades secretas, quando inocentes, não têm motivo plausível para subtraírem a sua existência ao conhecimento da autoridade publica». (7).

O Projecto do Código Penal Português de 1861 (Dr. Levi Maria Jordão) dispõe no capítulo II, *Associações ilícitas*, o seguinte:

«Artigo 370.º São associações ilícitas, por abuso da liberdade de associação. 1. As constituídas com o fim manifesto ou oculto de cometer qualquer infracção; 2. As constituídas com fim immoral; 3. As que, a-pesar de constituídas com fim legítimo, delz degenerarem para cometer infracções ou se tornarem immorais; 4. As que impuserem a seus membros a obrigação de occultar à autoridade publica os seus estatutos, o seu fim ou a sua organização interior.

«§ único. Toda a associação que não esteja nos precisos termos d'este artigo e permitida sem restrição, mas deve, antes da sua primeira reunião, participar ao Governo a sua criação e a época e local das suas reuniões, e remeter-lhe copia de seus estatutos logo que estejam formados, a fim de que, pela assistência de qualquer funcionario administrativo a essas reuniões, ou por outro qualquer meio, se possa verificar se a associação é ou vem a tornar-se ilícita. A infracção d'este dever sera punida com a reclusão de 2.ª classe alem da dissolução que o Governo possa decretar.

Art. 371. As associações ilícitas serão punidas com a reclusão de 1.ª classe.

§ 1.º A associação para cometer qualquer infracção considera se organizada, alem da prova directa da organização, logo que a sua existencia se manifeste pela corres-

pendência entre os associados, pela convenção sôbre a partilha ou distribuição de efeitos resultantes de infracções já cometidas ou por quaisquer actos preparatorios da infracção a cometer.

§ 2º É applicável às associações ilícitas o disposto no § unico, n.º 2, do artigo 28.º (isto é, a revelação da sociedade ilícita à autoridade publica exime de responsabilidade ao respectivo participante)».

A justificação dos preceitos transcritos encontra-se no relatório da comissão. A liberdade de associação, essa grande e poderosa alavanca do progresso social, atacada na sua essência pela legislação actual, que faz depender o seu exercicio da previa licença do Governo, que é para essa liberdade o mesmo que a censura previa para a liberdade de imprensa, a liberdade de associação, dizemos, foi completamente desembaraçada de todos os estorvos que a tolham. Punam-se as associações, mas só quando forem criminosas ou imorais, ou se tornarem tais degenerando do seu fim». (8).

Por Decreto de 15 de Junho de 1870 foi regulado o exercicio do direito de associação nos termos seguintes:

Artigo 1º Todos os cidadãos que estiverem no gôzo dos seus direitos civis e politicos podem constituir-se em associações para fins electorais, literarios, artisticos, de recreio e para fundação de moraes de piedade ou montepios, independentemente de licença da autoridade publica.

Art. 2º Os chefes ou promotores dessas associações deverão participar immediatamente à respectiva autoridade policial o fim da associação e sua organização interna.

Art. 3º Sob nenhum aspecto pode ser tolhida a entrada e assistência da autoridade às reuniões da associação para exercer o direito de inspecção.

Art. 4º A transgressão, por qualquer forma, do disposto nos artigos antecedentes fica sujeita à penalidade prevista nos artigos 282 e 283 do Código Penal, sem prejuizo de pena mais grave que corresponda à natureza do delicto.

Nos termos da Lei de 14 de Fevereiro de 1907 todos os cidadãos no gôzo dos seus direitos civis podem constituir-se em associação para fins conformes às leis do País, sem dependencia de licença ou approvação dos seus estatutos pela autoridade publica sempre que essa approvação não seja exigida por lei, uma vez que previamente participem ao competente governador civil a sede, o fim e regime interno da sua associação (artigo 1º)

«O preceito constante do artigo 1.º da lei de 1907 não prejudica as faculdades ordinárias de inspecção e de polícia das competentes autoridades, e as associações que se opuseram ao exercício destes direitos serão dissolvidas pelo Governo, applicando-se o disposto no artigo 283 do Código Penal aos sócios responsáveis pela infracção» (§ 1.º).

«A nenhuma associação é lícito funcionar fora da respectiva sede nem envolver-se na discussão de matérias alheias aos fins constantes da participação a que se refere o artigo 1.º, se o fizer sera pela primeira vez advertido quem a representar, e repetindo-se a infracção a associação será dissolvida e os socios infractores sujeitos às penas do artigo 282.º do Código Penal».

O vigente regime jurídico-penal quanto às sociedades secretas consta do artigo 282.º do Código Penal, cujas disposições devem completar-se com as da lei de 14 de Fevereiro de 1907, que, a-pesar do disposto no artigo 7.º do decreto de 8 de Outubro de 1910, revogou o artigo 282.º do Código Penal.

Esta prevenida apenas no artigo 283.º uma especie de associação secreta — aquella cujos membros se impuserem, com juramento ou sem elle, a obrigação de occultar à autoridade publica o objecto das suas reuniões ou a sua organização interior.

Não está prevenida como associação secreta a associação que efectivamente occultar à autoridade publica o objecto das suas reuniões ou a sua organização interior, se os seus membros não se tiverem imposto, com juramento ou sem elle, a obrigação de os occultar, como acertadamente julgou o Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 24 de Julho de 1858, em contrario do despacho de pronúncia do juiz de direito da comarca de Estremoz. (9).

Do mesmo modo não está prevenida como associação secreta a associação cujos membros se impuserem, com juramento ou sem elle, a obrigação de occultar à autoridade publica a relação dos seus associados.

Ainda convem, para evitar duvida, alias sem fundamento serio — porque, por exemplo, o Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, é uma associação irregularmente constituida, cujos socios se impuseram com juramento ou compromisso a obrigação de occultar à autoridade publica o objecto das suas reuniões e a sua organização interior — comprehender claramente como associação secreta a asso-

ciação que, embora constituída nos termos legais, exerça parte da sua actividade publicamente, dentro do seu regime estatutário, e a outra parte, a mais ou menos importante, por modo occulto e fora dos seus estatutos.

O Grémio Lusitano tem existência legal. É uma associação de recreio. Os seus estatutos foram aprovados por despacho do governador civil de Lisboa de 23 de Maio de 1878 e alvara de 24 do mesmo mês e ano. Tem personalidade jurídica.

Os fins do Grémio Lusitano são: promover e cimentar a união entre os associados, estabelecendo entre elles as melhores relações e proporcionando-lhes um passatempo honesto, instrutivo e civilizador por meio de reuniões diurnas e nocturnas para conversação, leitura, prelecções *et coetera* (artigo 2.º).

Mas, se esta associação exerce parte da sua actividade publicamente, de conformidade com os seus estatutos, a parte mais importante e exercida por modo secreto, fora dos seus estatutos, por intermédio do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, que, pela estatística de 1 de Julho de 1920, compreendia 164 oficinas, subdivididas em 9 consistórios, 24 areopagos, 41 capitulos, 70 lojas e 14 triângulos (10), dispersos por cidades e vilas de Portugal continental e colonial, com 5 264 membros activos das lojas e 71 triângulos (11).

Se atendermos aos nomes dos socios fundadores do Grémio Lusitano, desde o grão-mestre Cande de Paraty e A. M. da Cunha Resm até José Pinheiro de Melo, e ao significado mysterioso da expressão — *et coetera* do artigo 2.º dos estatutos, em que se indicam os fins do Grémio, convencer-se-á logo de que o Grémio Lusitano pretendeu ser apenas a forma jurídica do Grande Oriente Lusitano Unido.

A unificação das forças maçônicas portuguezas successivamente realizada, em 7 de Novembro de 1867, pela fusão do Oriente de Portugal e da Confederação Maçonica no Oriente Portuguez e em 19 e 20 de Outubro de 1869 pela fusão do Oriente Portuguez e do Oriente Lusitano no Grande Oriente Lusitano Unido, correspondeu o designio de legalizar a situação criada.

Ao presidente do conselho da gerência e da assembleia geral do Grémio corresponde o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.

A direcção do Grémio, o supremo conselho do Grande Oriente,

A assembleia geral: a Grande Loja.

As secções e grêmios do Grémio Lusitano: as lojas e triângulos.

O Grémio Lusitano é uma associação regularmente constituída nos termos do Código Administrativo de 1873, artigo 18.º, n.º 14, e exerce parte da sua actividade publicamente e dentro do seu regime estatutário, e a outra parte, a mais importante, por modo oculto e fora dos estatutos.

Para fazer desaparecer as dúvidas que porventura possam existir no tocante às relações entre o Grémio Lusitano e o Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, transcreve-se a Declaração a fazer e enviar à loja ou câmara ritual competente para todos os maçons:

«Eu abaixo assinado declaro que todos os livros, brochuras, documentos, diplomas, fitas, joias e mais objectos moveis relativos à maçonaria, e que após o meu falecimento sejam encontrados em residência ou casa minha, ou no meu espólio, pertencem ao Grémio Lusitano, secção , que, por meio da pessoa que esta apresentar, os pode reclamar, sendo lhe entregues sem mais formalidades ou delongas. Em fe do que escrevo esta, que dato e assino.

..... de de 19...

F..... (bem legível)

(Tem de ser reconhecida por tabelião): (12).

Como fica dito, não estão evidentemente abrangidas na nossa lei penal tô-las as modalidades de associações secretas, e, por exemplo, aquelas em que a organização aparente é publica e anódina, mas o funcionamento e em grande parte secreto e ilegal. E o que se da entre nos tem respeito à sobreposição de uma associação legal, como é em principio o Grémio Lusitano, ao funcionamento legal e secreto do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.

III

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES SECRETAS NA ITALIA

O regime jurídico das sociedades secretas na Itália consta do Decreto de 6 de Novembro de 1926, n.º 1848 (Segurança pública), artigos 214.º a 218.º, que substituiu a Lei de 26 de Novembro de 1923, n.º 2.129. São estas as suas disposições:

Artigo 214.º As associações, entes e institutos constituídos ou que exerçam a sua actividade no reino e nas colónias são obrigados a comunicar à autoridade de segurança pública o documento da sua constituição, o estatuto e os regulamentos interiores, a lista dos cargos sociais e socios e quaisquer outras informações acerca da sua organização e actividade sempre que, por considerações de ordem ou segurança pública, sejam requisitados pela referida autoridade.

A obrigação de dar tais informações respeita a todos aqueles que exerçam funções de direcção ou de representação das associações, entes ou institutos, nas sedes centrais e locais, e deve ser satisfeita dentro de dois dias a contar da data em que tenha sido notificada a requisição.

Os contraventores serão punidos com prisão não inferior a três meses e multa de L. 2.000 a L. 6.000.

Quando intencionalmente forem prestadas informações falsas ou incompletas, a pena será de reclusão não inferior a um ano e de multa de L. 5.000 a L. 10.000, além da incapacidade para exercer funções publicas pelo periodo de cinco anos.

Em todos os casos de omissão ou de informação falsa ou incompleta as associações poderão ser dissolvidas por decreto do prefeito.

Art. 215.º Sem prejuizo do disposto no artigo 214.º, o prefeito tem a faculdade de decretar a dissolução das associações, entes ou institutos que se achem constituídos ou funcionando no reino, quando desenvolvam qualquer actividade contraria à ordem nacional do Estado.

No decreto pode ser ordenado o confisco dos bens sociais.

Na resolução do prefeito pode recorrer-se para o Ministro de Interior, da resolução do Ministro não cabe recurso, nem sequer por illegittimidade.

Art. 216.º Sem prejuizo das sanções a que se refere o artigo 214.º, os funcionarios e empregados do Estado,

civis e militares, de qualquer ordem e grau, e os funcionários, empregados e agentes das provincias e das comunas ou de institutos sujeitos por lei à tutela do Estado, das provincias e das comunas, que pertencerem como membros sócios a associações, entes ou institutos constituídos no reino ou fora dele, e que exerçam, embora so parcialmente, a sua actividade por modo clandestino ou occulto, ou cujos socios estejam vinculados pelo segredo, serão demittidos ou mudados de categoria ou situação ou licenciados.

«Os referidos funcionarios, empregados, agentes civis e militares são obrigados, quando assim lhes seja especificadamente requisitado, a declarar se pertencem, embora como simples socios, a associações, entes e institutos de qualquer espécie, quer se achem constituídos ou funcionem no reino, quer fora dele. Esta declaração sera presta-la ao Ministro quando se trate de funcionarios, empregados ou agentes dependentes do Estado, e ao prefeito da provincia em todos os demais casos.

«Os mesmos funcionarios, empregados, agentes civis e militares que nao responderem a essa requisição no prazo de dois dias a contar da notificação respectiva incorrerão na suspensão de vencimentos por tempo nao inferior a quinze dias nem superior a três meses.

«Quando sejam intencionalmente prestadas informações falsas ou incompletas será applicada a pena de suspensão de vencimento por tempo nao inferior a seis meses.

«Art. 217.º O que usar indevida e publicamente a divisa ou os distintivos de associação, ente ou instituto constituídos ou que exerçam a sua actividade no Estado, sera punido com a multa de L. 100 a L. 1.000.

«Se esta infracção fôr determinada por motivo politico contrário às organizações nacionais constituídas no Estado, a pena sera de reclusão por três meses a cinco anos e multa de L. 3:000 a L. 10:000.

«Art. 218.º Sob o nome de associação comprehendem-se os partidos, grupos e, de modo geral, as organizações politicas, embora temporárias».

Convém observar que, nos termos da 1.ª alinea do artigo 2.º da Lei de 26 de Novembro de 1925, os funcionarios, empregados e agentes civis e militares eram obrigados a declarar se pertenciam ou tinham pertencido embora como simples socios, a associações, entes ou institutos de qualquer espécie, constituídos ou que exercessem a sua actividade no reino, ou fora dele, se tal solicitação fôsse requisitada. Mas, por disposição do artigo 216.º do Decreto de 8 de Novembro de 1926, apenas são obrigados a declarar se pertencem. As palavras *se appartennero* o *appar-*

tenham da Lei de 1925 foram substituídas no Decreto de 1926, artigo 216, por *si appartengano*.

A obrigação dos funcionários, empregados, agentes civis e militares fazerem declarações sobre o seu passado, se para tanto fossem solicitados, levantou seria opposição na Câmara dos Deputados e no Senado.

Objecto da proposta de emenda apresentada pelo Deputado Martire em sessão de 19 de Maio de 1925, imediatamente aceita pelo Ministro da Justiça, Roeco, essa obrigação foi seriamente atacada na Câmara, e sobretudo no Senado, por Gamba, Masca e, de modo especial, pelo eminente professor da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Turim, Francesco Ruffini (13).

Ainda convém notar que no regime jurídico italiano são equiparadas às associações e institutos, menos para o efeito de dissolução, as próprias sociedades civis e comerciais (*enti*) que exercereis, embora parcialmente, por modo clandestino, a sua actividade, como se deduz das declarações do Ministro da Justiça, Roeco, feitas em sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Maio. (14).

IV

AS SOCIEDADES SECRETAS EM ESPANHA

Referem-se às associações ilícitas os artigos 198.º, 199.º e 200.º do Código Penal de 1870, que continuaram em vigor por disposição expressa do artigo 8.º do Código Penal de 1928 e depois até da revogação deste Código pelo Decreto-lei de 15 de Abril de 1931.

Artigo 198.º Consideram-se associações ilícitas:

1.ª A que, por seu objecto ou circunstancias, sejam **contrárias à moral pública**;

2.ª A que tenham por objecto cometer algum dos crimes punidos no Código Penal.

Art. 199.º Incorrem na pena de prisão correccional nos graus mínimo e médio e multa de 12.º a 1.200 pesetas:

1.ª Os fundadores, directores e presidentes de associações que se estabelecerem e estiverem comprehendidas em algum dos ramos do artigo anterior. Se a associação não tiver o grau de constituir-se a pena pessoal sera a imediatamente inferior em grau;

2.ª Os fundadores, directores e presidentes de associações que se estabelecerem sem ter levado ao conhecimento

da autoridade local, pelo menos oito dias antes de se reunirem, o objecto e estatutos respectives, o lugar da reunião ainda quando tenha sido substituído;

3.º Os directores ou presidentes de associações que não permittirem à autoridade ou seus agentes a entrada ou assistência à sessão;

4.º Os directores ou presidentes de associações que não levantem a sessão depois de intimados duas vezes pela autoridade para esse efeito.

Art. 200. Incurrem na pena de prisão maior:

1.º Os simples socios de associações comprehendidas no artigo 198.º. Se a associação não tiver chegado a constituir-se as penas serão as de reprehensão publica e multa de 125 a 1.250 pesetas;

2.º Os simples associados que tiverem cometido o delicto comprehendido no n.º 3.º do artigo anterior;

3.º Os simples associados que não se retirarem depois de intimados duas vezes pela autoridade ou seus agentes para suspender a sessão».

Regula o exercicio do direito de associação para fins religiosos, artisticos, de beneficência e de recreio ou quaisquer outros licitos que não tenham por único e exclusivo objecto o lucro, e ainda os grêmios, sociedades de socorro mutuos, previdência, patronatos e as cooperativas de produção, credito e consumo a Lei de 30 de Junho de 1887. cujo artigo 10.º dispõe:

Toda a associação apresentará à autoridade, quando esta o exigir, o registo dos nomes, apelidos, profissões e domicilios de todos os associados, com indicação dos indivíduos que na associação exercerem cargos de administração, governo ou representação.

«Tambem será obrigada a apresentar o livro ou livros de escrituração em que, sob a responsabilidade dos que exercam cargos administrativos ou de direcção, forem registadas todas as receitas e despesas da associação, com a indicação inequívoca da procedencia daquelas e da inversão destas.

A falta de cumprimento do preceituado neste artigo será punida pelo governador da provincia com a multa de 50 a 1.000 pesetas imposta a cada um dos directores ou socios que exercam na associação cargo de governo, isto sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal».

Apesar do disposto no artigo 10.º da lei de 1887, as sociedades secretas em Espanha, especialmente a Franco-Maçonaria, não têm sido nos ultimos anos efectivamente

reprimidas, se exceptuarmos alguns episódios avulsos da ditadura de Primo de Rivera. Pode até dizer-se que a Franco-Maçonaria espanhola influir soberanamente sobre todos os acontecimentos políticos dos últimos anos daquele país até à reacção eleitoral de 1931, e ainda neste momento faz sentir o seu poder oculto (14).

O Grão-mestre Morayta podia profetizar em 1894: «O povo seguiu sempre a política do rei. Esse tempo passou. A Republica em Espanha é um progresso necessario e proximo».

Não foi em vão que a assembleia geral extraordinária do Grande Oriente Espanhol, reunida em Madrid em 20 de Fevereiro de 1932 e nos dias seguintes, deliberou:

«Artigo 7. As lojas e os triângulos organizarão uma ficha para todos os filia-los, em que se indique a sua occupação actual, os empregos que servem ou serviram no Estado ou nas empresas particulares; e a actual fôlha de serviços com os seus merecimentos e trabalhos maçonicos. Essa ficha sera muito especialmente completa e minuciosa quando diga respeito a filia-los que occupem posição politica devida a eleição popular ou a nomeação do Governo, conselhos, deputados, etc....

Na ordem politica será bom que esta assembleia ratifique a nossa fe, representada pela divisa: «Liberdade, Igualdade, Fraternidade», fe liberal e democratica incompativel com a ditadura, tirania ou despotismo de qualquer origem». (16).

Nos termos do Decreto de 19 de Julho de 1934 os militares, de qualquer categoria, pertencentes ao exército activo e os generais na situação de reserva não podem pertencer, como socios, filia-los ou adherentes, a centro, partido, grupo ou sociedade que possua caracter politico, nem a organização ou ente colectivo de índole sindical ou social.

Todos os militares foram obrigados a declarar por escrito, dentro do prazo de um mês, que não pertenciam a nenhum dos organismos a que se refere o decreto.

A seguir, em 27 de Julho, o general que comandava a 8.ª divisão pediu explicações sobre a extensão do decreto. Deviam considerar-se abrangidas nos seus preceitos as associações que tivessem certo aspecto social ou politico, como as de caracter religioso e as maçonicas?

A esta consulta respondeu o Ministro da Guerra, Hidalgo, em 1 de Agosto. O alcance do artigo 1.º está determinado pela significação das suas proprias palavras, de facil interpretação, pois indica claramente as duas es-

pécies de entes colectivos aos quais, por virtude do mesmo decreto, não poderão pertencer os militares de qualquer graduação, enquanto estiverem no activo, nem os officiaes generaes e particulares (*oficiales generales y particulares*) na situação de reserva. Uma classe compreende centros e partidos, grupos ou sociedades que tenham carácter politico; a outra, as organizações de natureza sindical ou social, independentemente do seu carácter politico. Quanto às primeiras, o carácter politico deve deduzir-se da denominação, estatutos e, em tôdas as hipóteses, do que resultar da sua actividade, circunstâncias que as pessoas abrangidas pelo decreto não devem ignorar se, na verdade, pertencerem a essas organizações ou entes collectivos».

De conformidade com a declaração feita em nome do Governador pelo Ministro de Estado, Rocha, na sessão do Congresso de los Deputados de 27 de Fevereiro de 1935, o decreto de 19 de Julho de 1934 continua em vigor (17).

O problema da Maçonaria foi recentemente levantado no Congresso dos Deputados.

O Deputado Cano Lopez apresentou, na sessão de 15 de Fevereiro de 1935, uma proposta não de lei, com o pedido de que o Congresso declarasse que nenhum membro das forças armadas podia pertencer à Maçonaria. Em justificação da Proposta disse, que a Maçonaria era uma associação secreta de carácter politico, que recrutava os seus membros com o voto de obediência, — que os poderes públicos sempre afastaram a força armada da intervenção politica, — que a Maçonaria era responsável pela campanha internacional determinada pela morte de Ferrer e pela greve de 1917, — que se os politicos podem ser maçons outro tanto não sucede com o exército, — que a Maçonaria é uma associação politica que tem por objecto a revolução internacional.

O Ministro da Governação, Eloy Vaquero, disse que somente pode denominar antipatriótica a Maçonaria por ser internacional, quem esquecer que a Igreja Catolica é universal, — que é para estranhar ver homens da monarchia atacar a Maçonaria, que é anterior à República, — que o Deputado proponente, por não ser maçã, não pode provar que são maçãs os chefes e officiaes do exército, pois que a Maçonaria é uma sociedade secreta, — que condena tudo o que possa haver no exercito contra a pátria, mas duvida que pertençam a associações antipatrioticas generais que tam heróicamente se bateram pela patria, — que no actual momento a Maçonaria espanhola nao possui autoridade politica e exerce a sua actividade com tibieza e

falta de meios, — que se o Deputado propoente alguma coisa tem contra os militares despoje-se das suas influencias parlamentares e acuse-os perante os tribunais, — que o Governo não carece de estímulos para cumprir o seu dever, e que não deve impor-se à Câmara a flagelação, que para ella representaria a dívida sobre o seu patriotismo, a em de que nem por um momento pode vacillar se sobre a honra dos gloriosos militares de Espanha.

O Deputado Gil Robles declarou: «Temos uma inéquívoca posição católica que, criticando, não nos imbe de explicar a nossa orientação doutrinal e neste debate Vámos reflectir-nos exclusivamente ao aspecto politico».

«As palavras lá pouco pronunciadas pelo Sr. Cano Lopez indicam claramente que a sua proposta não significa veto de censura ao Governo, mas apenas o desejo de que a Câmara defina o seu criterio. Se a proposta tivesse o primeiro significado, votaria contra o Sr. Cano Lopez. Não a entendemos, porém, nesse sentido e cremos que do mesmo modo pensa o Ministro da Governação».

Por outro lado, sejam quais forem as palavras pronunciadas, não está no espirito de ninguém a idea de censura colectiva ao exercito, que todos respeitamos.

O sentido que todos quisemos dar à proposta é este: deve ser tão apertada a disciplina do exercito que seja incompativel com qualquer outra sujeição dos militares. Se é isto o que o Sr. Cano Lopez quer dizer, não é diverso o criterio do Governo. E, compreendida assim, também nós votamos a sua proposta. Entendemos que o nosso criterio coincide com o do Governo, porque todos nos interessamos pela perfeita disciplina do exercito, afastado de qualquer agrupamento politico».

O Ministro da Governação concorda, quanto ao essencial, com a doutrina de Gil Robles. O Governo não consente nada que possa magoar o patriotismo do exercito. E, quanto às particularidades da proposta, não é necessária ulterior deliberação, pois todos deixam ficar satisfeitos com as declarações do Governo. Disse o Sr. Gil Robles que, se houvesse necessidade de adoptar providências para sanear o exercito, o Governo estava disposto a fazê-lo; mas não o faria sob a coacção que representaria a votação da proposta.

O Deputado Cano Lopez diz que retira a sua proposta se o Governo declarar que a Maçonaria é um partido politico incompativel com o exercito. Na hypothese contrária insiste pela votação.

A seguir, o Deputado Gil Robles pondera que, se a proposta tem por fim afirmar que no exercito não deve ha-

ver intromissões políticas, o próprio Governo não pode deixar de lhe dar o seu assentimento, porque não adiante a política no exército. E se o proponente não mais quere não é necessaria qualquer votação, que poderia dividir a maioria.

O Deputado Cano Lopez insiste em pedir que o Governo declare que a Maçonaria é incompativel com o exército, e o Ministro da Governação mais uma vez concorda com as declarações de Gil Robles.

Depois da votação, que, por insuficiência de *quorum*, não ficou válida, perseguiu o debate.

O Deputado tradicionalista Marglano explicou o voto da sua minoria, dizendo que se publico o facto de um chefe do exército ter ido a Bruxelas dar conta à Maçonaria internacional do seu proceder durante a revolta, — que a Maçonaria salvou um chefe do exército que tinha sido condenado e que a Câmara negou a promoção de um general que o Governo depois concedeu.

O Deputado Goicoechea afirma que o clamor universal da opinião julga haver incompatibilidade entre a disciplina militar e a Maçonaria e não é he to duvidar que, depois de 6 de Outubro, a Maçonaria vive e actua.

O Deputado da Uniao Republicana, Marco Miranda, interveio para dizer que uma das suas maiores honras é ter sido admitido na ordem maconica. Declara que está disposto a fazer a defesa da Maçonaria, porque são injustos os ataques que lhe têm sido feitos. A maçonaria não é uma associação politica, embora não possa evitar-se que em suas assembleas um ou outro homem fale de politica. A Maçonaria é uma reunião de homens de boa vontade, e maçons têm sido e são homens eminentes.

Depois de o Ministro da Governação ter declarado que o Governo não punha a questao de confiança e de Cano Lopez ter aceite o criterio de Gil Robles, foi aprovada a proposta por 82 votos (Ceda, tradicionalistas, monarchicos da renovação, agrarios e independentes) contra 26 (radicais).

Na sessão de 27 de Fevereiro voltou ao Parlamento espanhol o problema das relações entre a Maçonaria e o exército. Provocou o debate a proposta n.º 1.º assinada por catorze Deputados para que a Câmara solicitasse do Governo uma declaração explicita sobre os seguintes pontos:

1.º Providências que tomou ou pensa tomar, nos termos da proposta do Deputado Cano Lopez, aprovada em sessão de 15 de Fevereiro, para impedir que os membros dos corpos armados da Nação pertençam à Maçonaria,

2.º Razões que tem para conservar nos altos comandos militares os nomes de alguns generais que evidentemente estão compreendidos no texto da proposta aprovada na citada sessão.

Depois de ligeiras considerações feitas por alguns Deputados, a Câmara deliberou, por 112 votos contra 28, não proceder à votação da proposta, por confiar que o Governo executará a deliberação parlamentar que aprovou a proposta de Cano Lopez.

O Deputado Gil Robles colocou o problema da Maçonaria de conformidade com o decreto de 19 de Julho de 1934 e a consulta do Ministro da Guerra de 9 de Agosto do mesmo ano, nos termos seguintes:

«Ao exercito esta prohibida de modo preciso toda a intervenção de character politico. O Deputado Cano Lopez considera a Maçonaria uma ordem de actividade politica que pode prejudicar de qualquer maneira a disciplina dos elementos militares. Portanto, para nós, está plenamente demonstrado que há incompatibilidade entre o facto de ser militar e o desenvolvimento de actividades politicas no seio da Maçonaria ou de qualquer outra colectividade».

V

PROIBIÇÃO DAS SOCIEDADES SECRETAS INDEPENDENTEMENTE DA SUA DOU- TRINA

Não devem ser autorizadas no regime civil do século XX as sociedades secretas, sejam quais forem o conteúdo da sua doutrina e os seus processos. Somente têm o direito de viver a vida social nos seus diversos aspectos as associações com capacidade para responderem plenamente pelos seus actos. Aquelas que se colocam em situação de não poder assumir essa responsabilidade não têm direito de existência.

As sociedades, como quaisquer outras expressões de actividade na vida social moderna, devem viver a sua vida, aberta, à plena luz do sol. As que receiam afrontar-lhe a claridade tornam-se suspeitas. Alguma coisa de perigoso disfarçam com os seus esoterismos. A nação tem o direito e o dever de se defender. E, como são secretas, contra elas existe apenas uma defesa eficaz — não as deixar viver.

Têm necessariamente de succumbir as sociedades que sejam incapazes de viver sem segredo. E não pode lamentar-se a sociedade que desapareça por não ser capaz de viver no terreno legal comum a todas as demais sociedades.

Nunca se poderia compreender que, para os fins exclusivamente humanitários que amiúde se invocam, se constituíssem e mantivessem em segredo, e com infracção da lei, quaisquer sociedades, nem que os seus associados se vinculassem por juramento a que naturalmente anda associada a idea das vinganças criminosamente exercidas contra os que a elle possam faltar.

Somente por ironia ou cándida ingenuidade podem defender-se as sociedades secretas dizendo-se como Silva Ferrão, que são órgãos de beneficência e de socorro mutuo e que o segredo exalta e purifica a pratica destas virtudes, evita o perigo da hipocrisia e da ostentação e faculta aos associados o maior dos incentivos, qual o de encontrar a recompensa somente no próprio exercicio do bem. (18).

Não é necessária a sociedade secreta para que fiquem na sombra os nomes das pessoas benificentes, para que se livrem, portanto, do perigo da hipocrisia e da ostentação e encontrem a recompensa das suas virtudes somente no exercicio do próprio bem.

Nem é essa a orientação da Maçonaria Portuguesa a que se refere Silva Ferrão.

O § único do artigo 318.º do regulamento geral citado na Circular do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido expedida em 20 de Junho de 1913, dispõe o seguinte:

«Só a grande secretaria da Ordem pode comunicar à imprensa profana notas sobre assuntos maçonicos. Assim, são declaradas apocrifas todas as publicações feitas no mundo profano que não tenham emanado ou sido autorizadas por esta repartição maçónica. E', *porém, permitida a publicação na imprensa profana dos domínios para os efeitos de beneficência e dos nomes dos doadores*».

Esquecem-se, portanto, facilmente as necessárias cautelas contra o perigo da hipocrisia e da ostentação dos doadores, que bem podem, como tais, e de conformidade com as normas maçonicas, ver desvanecendo-se os seus nomes publicados na imprensa profana!

A mais modesta concepção do Estado é incompatível não somente com a existência, mas com o próprio conceito

de sociedades secretas, sociedades que escondem, total ou parcialmente, a realização do Poder a sua doutrina, os seus actos, os seus processos, o elenco dos seus socios.

As sociedades secretas representam a desagregação do Estado, a fraqueza da Nação, o equívoco político, a degenerescência da vida pública, a desorientação dos espiritos, a sobrevivência do humilismo e das ideologias do século XVIII.

Nem a repressão das sociedades secretas significa perseguição do exercício do direito de associação, lesão de liberdade, mas sim condição necessaria da liberdade da Nação, exercício normal dos direitos do Estado e, em ultima análise, simples providência de policia ordinaria.

Não se trata de perseguir certas associações. Não se lhes proíbe a organização e funcionamento. Exige-se apenas que se constituam e funcionem como as demais, sem isenção ou privilegio que nenhuns motivos justificariam, e seria imoral em si mesmo e perigoso para o proprio Estado. Tudo se reduz a uma simples condição indispensavel para o direito da associação se exercer sem perturbações politicas e sociais.

Não ha lesão, mas so limitação de liberdade.

Todo o direito envolve essencialmente a idea de limite. Onde não ha limites desaparece o direito e triunfa a anarquia.

Ao contrario, a repressão das sociedades secretas representa regime necessario para a liberdade da Nação, que ha muitos anos vive inquieta, agitada às vezes por forças misteriosas e clandestinas que denunciam subterrâneos centros de aglutinação de homens das mais diversas classes sociais, para a realização de fins abertamente contrarios ao bem comum.

Não se comprehendia que o Estado, que regula as sociedades no proprio campo do direito privado, deixasse de submeter a um regime legal tôdas as associações no campo politico e social.

O Estado não pode deixar de reprimir as sociedades secretas. "Se as não reprimisse reconhece-las. Já não? E como pode o Estado reconhecer o que desconhece?" "Que conhece o Estado das sociedades secretas?"

Tem ainda hoje flagrante oportunidade este argumento do relator do Conselho de Estado de França ao ser discutido o processo em que Napoleão III pretendia fazer reconhecer por esse alto corpo politico o Grande Oriente de França.

VI

AS SOCIEDADES SECRETAS, ESPECIALMENTE A MAÇONARIA PORTUGUESA, E A SUA DOCTRINA (19)

Merecem absoluta reprobção as sociedades secretas, independentemente até do estudo especial das respectivas doutrinas. A sua própria natureza clandestina e presunção, que o legislador deve considerar *per se et de jure*, da sua incompatibilidade com os fins do Estado.

Mas o estudo da doutrina das diversas sociedades secretas só vem confirmar a necessidade publica da sua repressão. Ocioso seria falar aqui de certas sociedades clandestinas, de intutos comunistas ou outros manifestamente criminosos, porque a reprobção é, quanto a elas, geral.

A outra sociedade clandestina, a Maçonaria, entende a Câmara Corporativa dever referir-se por haver ainda quem pretenda a todo o transe defender-lhe e até exaltar-lhes os fins e processos.

Não existe o prurido de a conhecer integralmente na sua doutrina, método de trabalho e recrutamento de seus prosélitos. Trata-se de sociedade cuja vida consta apenas de documentos secretos, litografados ou impressos, expedidos exclusivamente para os associados. Entre tanto a divulgação accidental de alguns documentos dessa ordem em livros e jornais estrangeiros e nacionais e o conhecimento de outros documentos ainda não divulgados no mundo profano permitem fazer-se idea exacta da Maçonaria e em especial da Maçonaria Portuguesa.

Muitos documentos dirigidos exclusivamente às lojas e triângulos maçonicos caíram com efeito no *mundo profano*. E, como se vera, não se trata de documentos que não interessem à Nação e ao Estado.

Se nem tôdas as *pranchas*, a que se fara referência, estão em vigor, tôdas elas traduzem o espirito da Maçonaria Portuguesa, que é permanente.

A Maçonaria, e especialmente a Maçonaria em Portugal, deve ser reprimida, porque pretende substituir a civilização crista pela civilização maçónica, aspira à dominação do Estado e possui organização exagerada e perigosamente internacionalista.

A) A MAÇONARIA PORTUGUESA PRETENDE SUBSTITUIR A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ PELA CIVI- LIZAÇÃO MAÇÔNICA

A Maçonaria pretende substituir a civilização cristã em que Portugal se constituiu, desenvolveu e felizmente vive, pela civilização maçônica, de ideal igualitário, sem superioridades sociais, sem distinção de classes, baseada no racionalismo ateu dos materialistas, ou na religião humanitária da razão e da natureza herdada nas antigas tradições pagãs esotéricas, transmitidas pela cabala judaica.

Destruir a cidade cristã e edificar a cidade maçônica — eis o ideal constante da Maçonaria em todas as épocas e nos mais diversos países.

Não vai longe desta aspiração a Maçonaria em Portugal.

A cidade maçônica é a *sociedade melhor do futuro*, construída pelos *transformadores sociais criados nas lojas pelos meios educativos tradicionais que o ritual ensina e a que se refere o artigo do Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido de Janeiro de 1913.*

Esta criação dos *transformadores sociais* é o verdadeiro trabalho das lojas, porque a liturgia, a prática das cerimônias rituais é apenas o símbolo ou a imagem do verdadeiro trabalho das lojas.

Diz-se no citado *Boletim*:

«Em primeiro lugar quem diz loja diz unidade de acção maçônica no sentido militar da palavra *unidade*.

«A loja é um organismo que transforma a *acção construtiva*. Como todo o órgão, ela não existe senão em face do trabalho que é chamada a executar.

«Que trabalho é este? É a liturgia, o cumprimento das cerimônias rituais? Não, isto não é senão o símbolo ou a imagem do verdadeiro trabalho. Este orienta sobre a *transformação efectiva dos indivíduos destinados a tornarem-se transformadores sociais*. A loja tem por fim formar mações pelos meios educativos tradicionais que o ritual nos ensina. Mas o ritual não tem valor senão pelo que significa. Não basta praticá-lo segundo a sua letra morta, porque somente o seu espírito nos deve interessar.

«A loja efectiva é um potencial de luz, formidável, que nenhuma conspiração obscurantista saberia paralisar-lhe a acção. Ora em presença das calamidades que se preparam são precisas verdadeiras lojas, porque só estas da-

rão centros de cristalização, em tôrno dos quais *se edificará a sociedade melhor do futuro*.

A cidade maçónica é a cidade construída pelas ideias novas, sobretudo pelo livre pensamento, a que se referem os artigos 316.º e 317.º do regulamento geral acêrca da propaganda e política maçónica de 1907 e os artigos 1.º, 3.º e 4.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido de 30 de Dezembro de 1911.

Dispõe o Regulamento geral de 1907:

«Artigo 316.º A Maçonaria, instituição essencialmente humanitária, compete a função mais elevada de *iniciar, elaborar e propagar ideias novas*, apostolizando desinteressadamente as grandes reformas e procurando realizar as melhores condições de vida social.

«Art. 317.º A Maçonaria Portuguesa tem o dever de *promover e auxiliar o desenvolvimento do livre pensamento*, que amplia e completa a sua acção na luta contra o clericalismo. Da mesma forma compete à Maçonaria a *propaganda das ideias pacíficas*

«Nestes termos, as oficinas *devem esforçar-se por instituir grupos do livre pensamento* e núcleos de propaganda da paz e arbitragem, cujos trabalhos relatarão anualmente, por escrito, à Grande Secretaria Geral da Ordem».

Prescreve a Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido:

«Artigo 1.º A Maçonaria é uma instituição essencialmente humanitária, procurando realizar as melhores condições de vida social.

«Artigo 3.º A Maçonaria é livre pensadora na essência, mas deixa livre aos seus adeptos qualquer opinião política ou confissão religiosa.

«Art. 4.º A Maçonaria exige o máximo altruísmo, o sacrifício de quaisquer interesses materiais e morais ao bem-estar dos semelhantes e procura a *abolição gradual de tôdas as fórmulas que denotem superioridades sociais ou distinção de classes*».

Nem todos os maçons conhecem a obra em que trabalham, nem até muitos iniciados nos mais elevados graus. Cada um exerce a função que lhe é designada junto dos ministros, parlamentares, sacerdotes, magistrados, forças de terra e mar, professores, estudantes e massas populares. Mas esses núncios da ideia maçónica ignoram completamente o lugar que a sua função ocupa no plano geral.

E não poucos fervorosos apóstolos da civilização cristã

Quanto ao ideal igualitário da cidade maçónica e à eliminação da superioridade e distinção de classes que a caracteriza, a que se refere o artigo 4.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, medite-se atentamente, enquanto é tempo de o fazer, no sentido esotérico da seguinte decisão tomada na assembleia geral extraordinária do Grande Oriente espanhol, reunida em Madrid no dia 20 de Fevereiro de 1932:

«E quanto à ordem social entendemos que a Maçonaria deve tomar posição com aquela superioridade e largueza de vistas que dominou a sua atitude política»

«O nosso ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade não pode tolerar que o homem seja espoliado pelo homem, que uns vivam na opulência e na ociosidade e outros na miséria sujeitos a duro trabalho. É o problema que hoje divide o mundo. A Maçonaria não pode desinteressar-se dele se quiser viver e continuar a trabalhar na construção do templo ideal. A Maçonaria deve formular uma declaração de princípio que condene a injustiça do regime económico em que vivemos, e, do mesmo modo que lutou pela conquista da liberdade política, deverá lutar pelo estabelecimento de um regime de verdadeira justiça».

As decisões dessa memorável assembleia foram publicadas na *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, de 15 de Dezembro de 1933. (22).

; Não está historicamente averiguado que nos dias da Comuna de Paris, em 26 de Abril de 1871, 55 lojas e mais de 1 000 franco-maços, dirigidos pelas respectivas dignidades, revestidos de suas insígnias, se dirigiram processionalmente às fortificações de Paris para nelas arvorar as suas 62 bandeiras?!

; Não é certo que o franco-mação Tiriforque, saudando no Hotel de Ville o poder revolucionário, exclamara diante dos amotinados: *La commune est la plus grande révolution qu'il ait été donné au monde de contempler!*

; Não se exagera, pois, dizendo que a Maçonaria pretende substituir a civilização cristã em que Portugal se constituiu, desenvolveu e felizmente vive, pela civilização maçónica, que, pela força da sua ideologia, até pode ir muito mais longe!

B) A MAÇONARIA PORTUGUESA ASPIRA À DOMINAÇÃO DO ESTADO

No aspecto político a Maçonaria Portuguesa defende o Estado aberto aos ideais e aos programas dos partidos,

todos donados, absolutamente dominados, pela Maçonaria, contra o Estado nacional e autoritário.

No Congresso Maçónico de 1913 definiram-se de modo claro as pretensões da Maçonaria Portuguesa dominar absolutamente o Estado.

Irmãos congressistas sustentaram com aplauso geral do Congresso:

—que a interferência da Maçonaria devia estender-se ao alto cargo político da Presidência da Republica, aos cargos políticos de nomeação presidencial (Ministros) e governamental, que tenham o caracter de lugares de confiança, como directores gerais, chefes de repartição, representantes em países estrangeiros, comandantes militares, etc., aos cargos legislativos de eleição (deputados e senadores), aos administrativos de nomeação (governadores civis) e administrativos de eleição (juntas gerais, câmaras municipais, etc.);

—que os Ministros deviam escolher nas lojas os seus secretários e empregados de confiança;

—que o Grande Oriente Lusitano Unido devia preparar-se para a eleição de obreiros seus, não so para intervir no importante corpo da governação, mas, ainda, para corrigir a péssima educação nacional;

—que não devia ser perfilhada nem reconhecida a eleição de candidato que não estivesse de acôrdo com o programa da politica maçónica e disposto a coadjuvalla, quanto possível, no mundo profano;

—que, se o candidato fôsse o grão-mestre ou outro obreiro de bastante evidência, devia haver a certeza da sua eleição;

—que o Grande Oriente Lusitano Unido tinha de intervir colectivamente na aprovação dos projectos de lei que interessassem ao País, ou a parte dele, segundo o programa maçónico de melhoramentos morais e materiais, e demonstrar aos legisladores mações as vantagens ou os inconvenientes dos projectos para que êles, antes das discussões e votações, e quanto em suas consciências coubesse, influíssem pessoalmente nos grupos a que pertencessem, a fim de que as decisões do parlamento e as providências do Govêno atendessem exclusivamente aos interesses nacionais;

—que a influência maçónica, para ter tódã a sua effcácia, devia exercer-se, simultaneamente em tódãs as forças da direcção social; govêrno, politica, commercio, industria, defesa militar, imprensa, diplomacia, educação, assistência,

—que os Ministros de Estado ou outras entidades offi-

cerias, bem como os gerentes ou proprietários de casas comerciais, fábricas, associações, etc., quando mações, deviam ser obrigados a dar preferência ao deferimento de petições caso se refiram a cargos públicos, concessões, etc., aos maçons, em concorrência e igualdade de circunstâncias com outros que o não fôsse;

que a Maçonaria devia ser ouvida em todas as reformas que o Governo entendesse realizar; que, principalmente, nas questões de educação nacional o Grande Oriente Lusitano Unido devia ser consultado e atendido para que não houvesse mais esquecimentos, e que esta declaração devia ser dada pelo Governo, e de todas estas resoluções deveria ser dado conhecimento aos Irmãos que estavam no Governo Provisório,

que se nomeasse uma comissão de vigilância para acompanhar todos os trabalhos governamentais e se fizesse constar ao Governo e as autoridades constituídas os pontos em que houvesse divergência por parte da Maçonaria com a indicação do critério democratico que lhe inspirasse as opiniões.

A que minúsculas proporções ficaria reduzido o Estado, não já o Estado nacional e autoritário, mas a própria ideia de Estado, se vingasse o mínimo destas audaciosas reclamações?

C) A MAÇONARIA TEM ORGANIZAÇÃO EXAGERADA E PERIGOSAMENTE INTERNACIONALISTA

Os mações consideram a Maçonaria uma família universal com unidade de fim, objecto, luz, doutrina, filosofia e religião. A família maçónica, para eles é uma corporação, uma instituição, uma fraternidade, uma ordem, um mundo.

A Maçonaria Universal é o prelúdio da Internacional Humana.

Afirma-se na *Grã-Maçonaria*: «o caracter da Maçonaria é o internacionalismo» (2.)

Diz-se no artigo 7.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, de 1911:

«Sendo universais os fins da Maçonaria, os mações de todos os países formam uma só família, dando-se entre si o tratamento de irmãos, sendo iguais perante a lei, sem nenhuma distincção de raça, nacionalidade, classe, sexo ou idade».

Chega a considerar-se em documento oficial a família

maçonica um organismo *simplex*, um *super-organismo*, que, além de estar vinculado por laço psicológico e moral tem personalidade que lhe imprime o carácter de Estado. (24).

Corolário desta doutrina é o 14.º *Leodiparis*, principio fundamental da Ordem, expresso nestes termos: «O direito do mação visitar todas as lojas regulares e nela permanecer».

Tem-se estudado mesmo nos Congressos da Maçonaria a Liga Maçonica Mundial, a República Maçonica Universal, concedendo pelos Estados Unidos da Europa, um Super-Estado de que a Maçonaria seria soberana.

Consta do *Bulletin du Bureau International des relations maçonniques*, de Abril de 1914, p. 496, que se estudava com muito interesse um organismo maçónico mundial.

Com esse intuito foram convidadas as Maçonarias aliadas e neutras para o Grande Congresso, que reuniu em Paris nos dias 28, 29 e 30 de Junho de 1917. Ficaram notáveis, a varios respeito, os votos e os resultados do Congresso.

Nêle esteve representado o Grande Oriente Lusitano Unido.

A assembleia geral dos delegados do Grande Oriente de França, reunida em Paris em 1924, e, sobretudo, os *Convents* (assembleia dos delegados das lojas) desse ano e de 1926 e 1928 decidiram que os delegados dos diversos países à Sociedade das Nações, não deveriam ser representantes dos governos mas representantes directos do povo, eleitos por sufrágio universal. (Disponiam assim, deliberou-se no *Convent* de 1924, nas suas atribuições limitadas aos negócios internacionais, de influência que obrigaria os governos de todos os países a inclinar a sua politica nacional em direcção mais harmonica com os interesses gerais e as circumstancias, outras tantas garantias suplementares da paz. (25).

É esta a directriz da actividade maçónica internacional. E o leal cumprimento de tudo o que diz respeito à actividade maçónica internacional constitue o primeiro dever do mação, isto sem necessidade de declaração explicita.

Dispõe o Regulamento geral de 1907

Art. 207.º A promessa de fidelidade ao Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, e o leal cumprimento de tudo o que diz respeito à actividade maçónica internacional constitue, sem dependência de declaração explicita, o primeiro de todos os compro-

missos contraídos em todos os graus da hierarquia maçónica».

«Quais são as ideias fundamentais dêsse organismo internacional?»

Responde o *Convent* do Grande Oriente de 1932:

Entre outros: «a fiscalização constante ou a substituição das concentrações económicas pela colectividade; a constituição de um Conselho Técnico Internacional; a fiscalização internacional dos maquinismos; mais justa repartição do trabalho humano; estabelecimento de um organismo internacional capaz de dirigir a economia do mundo».

E nesse *Convent* se acrescenta que, se a Maçonaria fez a emancipação publica do mundo, deve também orientar este movimento de emancipação económica e social (26).

«Onde fica no meio desta organização maçónica internacional socialista o Estado Nacional e Autoritário, o mais modesto Estado Nacional Independente?»

Mas esta conclusão sera ainda mais candente se tivermos presente o princípio de que a ordem maçónica em Portugal apenas reconhece a soberania do povo maçónico e os precedentes da intromissão das forças maçónicas internacionais na vida interna do Estado.

Sobre a origem da soberania dispõe a Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido de 1911, artigo 19º: «A ordem maçónica em Portugal só reconhece a soberania do povo maçónico. Esta soberania exerce-se pelos meios estabelecidos na presente Constituição».

Exemplo classico da intromissão das forças maçónicas internacionais na vida interna dos Estados fornece-o a Hungria.

Depois da malograda revolução judaico-bolchevista de Bela-Kun, o Governo húngaro dissolveu em 1920 as lojas Franco-Maçónicas e publicou-lhes os arquivos que demonstraram a sua cumplicidade na revolução de Outubro de 1918 e no comunismo de 1919.

Os franco-mações húngaros pediram socorro aos seus irmãos do mundo inteiro, sobretudo às grandes-lojas norte-americanas. Todos responderam. A America, em cujas praças a Hungria negociava um empréstimo, fez sentir-lhes que não podia pensar-se em tal operação enquanto as instituições juridicas não fóssem restabelecidas na Hungria, alusão clara à proibição da Franco-Maçonomia. O Governo húngaro viu-se obrigado a conferenciar com o ex-grão-mestre a quem propôs a liberdade dos trabalhos maçónicos se os profanos pudessem entrar nas lojas. A proposta não foi aceite. (27).

O grão-mestre italiano Torrighiani conseguiu em Ge-

nebra que os governos de tôdas as potências maçônicas fizessem pressão sobre a Hungria em favor dos seus irmãos oprimidos. M. Barthelot, em nome dos franco-mações da França, escreveu em 1920 uma carta ao Conde Albert Apponyi, chefe da delegação húngara para a paz, a pedir-lhe que decidisse o Governo húngaro a reformar a sua decisão. E os membros da missão diplomática inglesa de Viena e de Budapest fizeram diligências análogas. Mas o Governo húngaro, a-pesar-de tudo, respondeu sempre que não podia considerar de novo o restabelecimento dos antigos privilégios dos franco-mações. (28).

A pesar de todos os perigos, a Maçonaria Portuguesa caminha dentro desta orientação, e para a realizar celebrou já pelo menos uma reunião dos «garantes da amizade» (órgãos internacionais, embaixadores).

Diz-se na Mensagem à Grande Dieta do grão-mestre, de 1931:

«Um movimento, porém, se está produzindo actualmente em todo o mundo, no sentido de ligar entre si intimamente as diversas nações, de abolir fronteiras de diversa natureza, tanto espiritual como economica, e de estabelecer penetrações de varios interesses, intelectual e material.

Deve a Maçonaria seguir este movimento e aproveitá-lo para em tôrno dele e de outros aspectos da vida da humanidade, que terão de ser sempre patrimonio comum, procurar reconstruir aquella universalidade do século XVIII que tantos beneficios produziu. E por essa razão compete à Maçonaria Portuguesa, como elemento marcante de uma nação, cuja historia é uma sucessão de iniciativas, dar os primeiros passos sem esperar que outros os dêem.

Tem sido esta a orientação dos Conselhos da Ordem e nada de possível execução se tem deixado de fazer para o estreitamento de relações com as potencias maçônicas. Fizemo-nos representar no ultimo *Convent* da Associação Maçônica Internacional, e continuamos a receber de muitos Orientes claras manifestações de aprêço e estima. Resolveu o Conselho da Ordem convocar os garantes de amizade para se tratar do importante assunto a que me venho referindo. Já teve lugar a primeira reunião e em breve se realizará outra». (29).

Este o exagerado e perigoso internacionalismo da Maçonaria Portuguesa.

Parecem completamente esquecidos os protestos que levantou o artigo 3.º do Tratado de aliança e mútuo auxílio, celebrado em 12 de Janeiro de 1872 entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Grande Oriente de Espanha, e que permitia aos dois Orientes estabelecer oficinas em ambos os países sujeitas à jurisdição do Oriente fundador.

Via-se então nessas combinações um desnacionalizador reflexo das tendências ibéricas.

VII

AS SOCIEDADES SECRETAS, ESPECIALMENTE A MAÇONARIA PORTUGUESA, NO REGIME DO ESTADO NOVO

1. Mas como pode compreender-se a simples existência de sociedades secretas no regime do Estado Novo?

As sociedades secretas, de modo especial a Maçonaria Portuguesa, são incompatíveis com os princípios do Estado Novo. A Mensagem à Grande Dieta do Grão-mestre, de 1911, que representa oposição irreductível à Revolução Nacional, provocou excepcional actividade do Grande Oriente Lusitano Unido, cuja orientação e influência não podem ser indiferentes ao Estado Novo.

A) INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS SOCIEDADES SECRETAS, ESPECIALMENTE A MAÇONARIA PORTUGUESA, E OS PRINCÍPIOS DO ESTADO NOVO

Um dos princípios fundamentais da nova ordem de cousas em Portugal é a subordinação aos supremos objectivos da Nação, com seus interesses próprios, de todas as pessoas singulares e colectivas, que são elementos constitutivos do seu organismo (30). „Como se assegura a subordinação, aos supremos objectivos nacionais, de quaisquer pessoas colectivas cuja existência, objecto, condições de trabalho e vida internacional se pretendem sistematicamente ocultar”

Outro princípio basilar da nossa Revolução Nacional é um Estado Forte, na ordem interna e na ordem internacional, tam forte que não precise de ser violento. (31). 1. Mas pode, porventura, ser forte o Estado Novo, se no seu território viver outro Estado, invisível e irresponsável,

verdadeira potência soberana e independente, com a sua constituição, o seu parlamento, as suas leis, os seus decretos, os seus tribunais, o seu corpo diplomático, e que tem apenas por fim dominar a vida legislativa e administrativa da Nação, exercendo uma suserania oculta sobre a sociedade portuguesa?!

B) MENSAGEM A GRANDE DIETA DO GRÃO-MESTRE DA MAÇONARIA PORTUGUESA, DE 1931, CONTRA A REVOLUÇÃO NACIONAL

1. Pode, porventura, admitir-se a existência, contra as leis do País, da sociedade secreta Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, que, desde os primeiros dias da Revolução Nacional, tem sido, embora a ocultas e fora de qualquer fiscalização, o seu mais irredutível adversário, opondo aos princípios do 28 de Maio, à Nota oficiosa de 21 de Janeiro de 1931, e aos discursos proferidos pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar, ao tempo Ministro das Finanças e hoje Presidente do Conselho, especialmente ao de 3 de Julho de 1930, as Mensagens dirigidas à Grande Dieta, a todos os maçons, lançando a perturbação no espírito de tantos cidadãos bem intencionados, organizando homens *para o último combate?* (12).

Na Mensagem ao povo maçónico de 1930 disse o Grão-mestre que por virtude da Revolução Nacional a República pouco mais era do que uma palavra a que nenhuma realidade correspondia, e que a vitória dessa Revolução faria cair sobre a Pátria calamidades cuja ameaça era necessário desviar. (33)

A Mensagem do Grão-mestre da Maçonaria, de 21 de Março de 1931, é a mais injusta e acerada crítica da *Nota oficiosa da Presidência do Ministério*, publicada nos jornais de 21 de Janeiro do mesmo ano, do discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar em 30 de Julho de 1930 na Sala do Conselho de Estado perante o Governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do País e, ainda, das próprias bases da União Nacional.

2. Não denomina a Mensagem de 1931 — *estado absoluto, dominador e despótico, reminiscência dos estados imperiais e teocráticos da Índia Mediu* — o Estado unitário e indivisível que a Revolução Nacional se propôs organizar? (31).

No dizer da Mensagem, a acção do Estado absoluto, que se pretende impôr ao País, será exercida pelo partido único, mediante a reacção e a ignorância. (35).

Procurando determinar a razão por que o Chefe do Governo, nos termos da sua *Nota oficiosa*, repeliu qualquer idea de entendimento para a formação do Ministerios chamados de transição, escreveu o Grão-mestre estas palavras. «Onde reside a força oculta e inteligente que esta a impelir portugueses para a realização de tal atentado contra as liberdades publicas, contra as características democraticas da nossa nacionalidade? Bem sabemos nos que essa força está no Vaticano. Tudo nos indica que foi essa força oculta que fez fracassar tentativas de uma transição pacífica, mas digna, da Ditadura para a Republica laica, democratica e parlamentar» (36).

Sobre o discurso proferido pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar em 30 de Julho de 1930, observa a Mensagem que esse discurso reaccionário não tem paralelo em toda a história de Portugal. (37).

A concepção do Estado Corporativo defendida nesse discurso, observa o Grão-mestre, é mais tenebrosa do que a que presidiu à formação dos outros Estados ditatoriais.

Tudo se escreveu na Mensagem e tudo fez o Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, contra a Revolução Nacional. Chama a atenção de todos os maçons para tam grave perigo. Ordena a propaganda constante no mundo profano, quer verbal, quer escrita, quer de individuo para individuo, quer de individuo para as massas, que mostrem claramente a todos os cidadãos e a todas as classes sociais o que se está «tramando» contra a liberdade (39).

E termina: «É necessário conseguir com esforço e o espirito maçonico a liberdade que nos roubaram, o engrandecimento da Patria, que vejo minguado, e principalmente o bem da humanidade, que em Portugal, como noutras nações, sinto prejudicado por manejos e cabalas que aspiram a conduzi-la a épocas medievais. (40).

«E o que se tera escrito nas Mensagens que o Grão-mestre, por força do § 1.º do artigo 48.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, deve ter enviado à Grande Dieta nos anos de 1932, 1933 e 1934? Infelizmente apenas a Mensagem de 1931 saiu fora do «Templo».

C) ACTIVIDADE DA MAÇONARIA PORTUGUESA DEPOIS DA MENSAGEM DE 1931

Não se julgue meramente platónica a proclamação do Grão-mestre de 1931. Contra a Revolução Nacional, que

na técnica do Grande Oriente Lusitano Unido é expressa pelas palavras *reação, acção reaccionaria, elementos reac-cionarios*, foram empregados pela Maçonaria *todos os meios pacíficos e dignos para desviar da Patria as calamidades que a ameaçavam*.

Por Decreto n.º 14, de 28 de Março de 1921, expedido sete dias depois da data da Mensagem pelo Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, do Grande Oriente Lusitano Unido, foi criada uma comissão de instrução que permitisse à Maçonaria intervir nos diversos graus e ramos de ensino.

Compete a essa comissão:

1.º Organizar o recenseamento de todos os irmãos que sejam professores dos diferentes graus e ramos de ensino, tanto do oficial como do particular, e bem assim o de tôdas as escolas e colégios oficiais e particulares, procurando saber do espírito liberal ou reaccionário dos seus professores;

2.º Promover a infiltração da Ordem Maçónica e a propaganda dos seus princípios nas escolas, no professorado e funcionalismo das estações oficiais de instrução;

3.º Promover e dirigir no mundo profano, designadamente por meio de influências e da imprensa, a justa campanha contra todos os diplomas que possam favorecer a acção reaccionária no ensino público e particular;

4.º Estudar a actual legislação sobre o ensino, organizando um plano de instrução e os projectos de decretos indispensáveis à sua execução, como complemento do consignado na alínea anterior;

5.º Estudar e elaborar o projecto de um *grande colégio liberal* para opor-se eficazmente aos colégios reaccionários.

Esta comissão, composta de sete membros, é presidida pelo secretário geral da Ordem e funciona junto do seu Conselho.

A circular n.º 2, expedida vinte e três dias depois da mensagem, em 21 de Abril de 1921, pelo Supremo Conselho da Maçonaria portuguesa a tôdas as oficinas da obediência, chama a atenção para alguns pontos de cuja inteira observância resultará mais forte e mais harmónica a colaboração das oficinas e dos obreiros com o Conselho da Ordem para a solução dos grandes problemas maçónicos, políticos e sociais.

Alguns desses pontos basilares:

3. A selecção rigorosa do recrutamento dos obreiros, atendendo-se principalmente às virtudes, saber e firmeza de convicções liberais de que tenham dado provas.

5.ª A perfeita actividade das oficinas, produzindo trabalho útil que possa contribuir para o estabelecimento no mundo profano de uma verdadeira Democracia e Fraternidade.

7.ª Actuação no mundo profano contra os elementos reaccionarios e contra os inimigos da Ordem por meio de um plano previamente combinado com os poderes centrais.

E terminava a circular:

«Nenhum destes pontos carece de qualquer esclarecimento ou explanação da parte do Conselho da Ordem. Eles impõem-se por si próprios à consciência de todos os maçons, por isso que se fundamentam nas leis que nós próprios fizemos e livremente aceitamos».

O decreto n.º 21, expedido em 21 de Abril de 1931 pelo Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa do Grande Oriente Lusitano Unido, autoriza o poderoso Irmão Giordano 25.º activo da respeitável loja António José de Almeida, n.º 499, a ir ao Vale de Fafe instalar um triângulo no Vale de Seia.

D) PODER POLÍTICO INVISÍVEL, AS VEZES CONSIDERÁVEL, DA MAÇONARIA PORTUGUESA

É imprudente considerar inofensiva esta singular actividade da Maçonaria Portuguesa. O compromisso e o juramento, o segredo e a obediência, e, ainda, a organização hierárquica dos seus graus facilitam por vezes à Maçonaria avultado poder político que lhe tem permitido dominar a administração pública e os seus serviços, fomentar e auxiliar revoluções e instituir poderosas organizações internacionais.

Sem nos referirmos aos graus do rito francês ou moderno, nem aos da Maçonaria da adopção, limitamo-nos aos do rito escocês.

Existem sete classes de graus:

1.ª classe: 1.º aprendiz, 2.º companheiro, 3.º mestre, com o complemento *Past Master*. Estes três graus constituem a Maçonaria inferior ou Maçonaria azul.

2.ª classe: 4.º mestre secreto, 5.º mestre perfeito, 6.º

secretário íntimo ou mestre por curiosidade, 7.º preboste e juiz ou mestre irlandês e 8.º intendente dos edificios, ou mestre em Israel.

3.ª classe: 9.º mestre eleito dos nove, 10.º ilustre eleito dos quinze e 11.º sublime cavaleiro eleito.

4.ª classe: 12.º grão-mestre architecto, 13.º real arco (de Enoch), 14.º grande escocês da aboboda sagrada de Jacques VI ou grande escocês da perfeição ou grande eleito antigo mestre perfeito e sublime mação

5.ª classe: 15.º cavaleiro do oriente ou de espada, 16.º príncipe de Jerusalém, Grande Conselho, chefe das lojas, 17.º cavaleiro do oriente e occidente e 18.º soberano príncipe Rosa Cruz.

6.ª classe: 19.º grande pontífice ou sublime escocês, chamado o de Jerusalem celeste, 20.º veneravel grão-mestre de todas as lojas, soberano príncipe da Maçonaria ou mestre *ad vitam*, 21.º noaquita ou cavaleiro prussiano, 22.º cavaleiro do real machado ou príncipe do Libano, 23.º chefe do tabernaculo, 24.º príncipe do tabernáculo, 25.º cavaleiro da serpente de bronze, 26.º escocês trinitario ou príncipe de Mercy e 27.º grande comendador do templo ou soberano comendador do templo de Salomao.

7.ª classe: 28.º cavaleiro do sol ou príncipe adepto, cavaleiro adepto ou Querubim, sublime eleito da verdade, 29.º grande escocês de Santo André da Escocia ou patriarcha dos cruzados, cavaleiro do sol, grão-mestre da luz, 30.º grande inquisidor, grande eleito, cavaleiro Kadosch, cavaleiro da água branca e negra, 31.º grande inspector inquisidor comendador, 32.º sublime príncipe do real segredo, 33.º soberano grande inspector geral. (41).

Dêites graus, os 31.º, 32.º e 33.º são administrativos e de direcção.

O primeiro dever do mação de qualquer grau fora do templo é observar o segredo maçónico.

¿E como é assegurada a observância do segredo maçónico?

Na circular do Conselho da Ordem expedida do *Vale de Lisboa*, em 20 de Junho de 1913, a todas as officinas da obediência diz se, a proposito do dever do mação observar o segredo maçónico:

«Infelizmente nem sempre assim succede, sendo frequente continuarem os irmaos, depois de terminadas as sessões nas lojas, em conversa mais ou menos acalorada, a discussão do assunto tratado no templo, o que é absolu-

tamente contrário ao espírito da Ordem e às leis estabelecidas. Mas quando a falta de cumprimento daquilo deve mais se manifesta é quando nos jornais aparecem notícias relativas à Maçonaria ou artigos com carácter maçónico, a que não só as tradições da Ordem, cujo trabalho deve ficar secreto, se opõem, mas também a lei formalmente proíbe, como é expresso no n.º 5.º do artigo 28.º da Constituição e artigos 121.º e 318.º do regulamento geral, que para melhor entendimento transcrevemos:

«Art. 28.º São obrigações dos obreiros da Federação:

5.º Guardar inviolavelmente os segredos da Ordem e outros que lhe sejam confiados.

«Art. 21.º É absolutamente proibida às oficinas qualquer manifestação no mundo profano, por escrito ou por qualquer modo salvo quando para tal hajam obtido autorização do grão-mestre, expressa em prancha do grande secretário geral da Ordem, a quem para tal fim dirigirão os seus requerimentos assinados pelo venerável mestre.

«§ único. A oficina que transgredir esta disposição será multada na medalha de 5\$ a 20\$, conforme a gravidade do caso, e, se reincidir, será, por simples decreto do Grão-mestre, suspensa de seis meses a um ano.

Art. 318.º É rigorosamente interdita aos maçons e às oficinas toda e qualquer publicação maçónica ou que possa atribuir-se à Maçonaria, no meio profano, sem expressa autorização do Grão-mestre, comunicada em prancha da grande secretaria da Ordem»

E na citada Mensagem do Grão-mestre à Grande Deputação, de 1931, repete-se: «A disciplina maçónica consiste na íntima ligação de todos os irmãos, no respeito fraternal de irmão para irmão, numa orientação comum (« neste aspecto da disciplina maçónica insisto principalmente), na veneração consciente dos corpos superiores, na satisfação resultante do cumprimento dos deveres maçónicos e na rigorosa observância do sigilo maçónico. (42).

¿E até onde vai o sigilo maçónico?

Das actas do Conselho da Ordem Maçónica consta que foi lida uma «prancha» de irmãos das lojas Fiat Lux e Madrugada com o pedido de autorização para publicar um jornal destinado a ventilar assuntos que interessem à Maçonaria.

«Resolveu-se autorizar que a sede do jornal seja no Grande Oriente se fôr órgão para circular exclusivamente entre maçons e indicar-se que é órgão de algumas ofi-

cinas ou de determinados irmãos. *No caso de dever circular no mundo profano não deverá ser indicada no jornal a nossa sede, nem que elle é órgão de entidades maçônicas.*

Foi lida ainda outra «prancha» da loja Liberdade participando que, poucas horas depois de ter finalizado a reunião de Veneráveis, *ja no mundo profano se tinha conhecimento que essa reunião tinha sido para o Conselho se ocupar dos acontecimentos ultimamente havidos, pedindo providências para evitar que se dêem factos desta gravidade».*

Na organização da Maçonaria Portuguesa o segredo possui importância capital. A Maçonaria, que se propõe derramar a luz, exige sob a honra dos seus adherentes o segredo de tudo o que a ella se refere. Todos os neofitos, antes da sua filiação, são obrigados ao compromisso do segredo.

Depois do ceremonial na Casa das Reflexões, antes da iniciação, o candidato ao grau de aprendiz presta o seguinte compromisso: — Eu, abaixo assinado, de minha livre e espontânea vontade e sem coacção alguma, prometo, pela minha honra, guardar sigillo acêrca de tudo o que vi e ouvi quando me conduziram a este lugar e também nada revelar do que vir e ouvir depois, seja ou não admitido na Ordem Maçônica». (43).

O futuro maçã assina um cheque em branco.

Depois de admitido ao seio da Ordem Maçônica o candidato ao grau de aprendiz presta a promessa de fidelidade à Ordem. Pela minha honra, perante esta respeitável loja, de minha livre e espontânea vontade, muito solemne e sinceramente me comprometo a occultar e nunca revelar os segredos e mistérios da Maçonaria, actualmente meus conhecidos ou que de futuro venha a conhecer ; a não dizer nem por qualquer forma divulgar o que puder ver e ouvir ou acidentalmente descobrir, dentro ou fora das assembleas. Tudo isto prometo cumprir — e consinto, se faltar à minha palavra, em ser expulso de toda a sociedade de homens de bem, que não deverão ver em mim senão um ente vil sem honra nem dignidade». (44)

Por este processo a Maçonaria cria uma verdadeira religião do segredo. A cada ascensão de graus renova-se o mesmo compromisso, levemente modificado.

E a obediência maçônica?

Medite-se no significado do ritual do 9.º grau escocês, *mestre eleito dos nove ou eleito secreto*. Depois de o candidato ter feito o juramento do segredo e da vingança exercida sobre os falsos irmãos por estas palavras: Juro

molhar em sacrificio aos manes de Hirão os falsos irmãos que revelarem qualquer dos nossos segredos aos profanos», é intimado a apunhalar a figura do traidor Abibala, assassino de mestre Hirão. Trazem-no, com a cabeça de Abibala numa das mãos e o punhal tinto de sangue na outra, junto do presidente, que figura Salomão. O candidato ajoelha. Diz-lhe Salomão: *«Que fizeste, desgraçado? Eu não o tinha mandado matar. Clamam todos os assistentes, pondo um joelho em terra: ¡Perdão para êle, muito soberano! Foi o zêlo que o arrastou. Perdão! Perdão! Responde Salomão: ¡Seja perdoado como desejais, respeitáveis irmãos! Levantai-vos e ajudai-me a recompensar a dedicação e firmeza dêste irmão»* (todos se levantam). *E vós, meu irmão, levantai-vos também (o candidato obedece) e sabeis que tudo o que acubais de fazer é uma imagem das obrigações que contraís. Segue-se a entrega do punhal symbolico e a instrução em que se afirma que a tração não deve ficar impune, a vingança é um acto de virtude desde que é ordenada por um poder legítimo; a consciênci de um mação é inflexivel e o grande architecto do l universo o seu único juiz.* (45).

A vingança é um acto de virtude desde que é ordenada por um poder legítimo: ja consciênci de um mação é inflexivel e o Grande Architecto do l universo o seu único juiz!

O juramento e a declaração de honra, o segredo e a obediência maçônica, conjugados com uma especial organização esotérica, criam por vezes o grande poder político da Maçonaria.

Na verdade, se um mação é nomeado para grau superior, fica nesse grau definitivamente. É sempre escolhido pelo grau superior e nunca eleito pelo sufragio dos seus pares. Os seus antigos companheiros de loja ignoram muitas vezes a nova dignidade do irmão promovido, que, entretanto, continua a frequentar a loja oficialmente.

Estas três condições explicam um facto aparentemente incompreensível — um poder invisível que transmite invisivelmente uma vontade e que tem chegado a adquirir invisivelmente uma influência política considerável.

Esta separação dos graus transforma a Maçonaria numa sobreposição de sociedades secretas em que cada grau conhece a existência e os segredos do seu grupo e dos grupos inferiores e ignora o que se decide no grupo imediatamente superior.

Compreende-se como a Maçonaria pode transmitir invisivelmente a sua vontade a toda a pirâmide das ofici-

nas maçónicas. Com efeito, se dois ou três irmãos de um grupo superior acordam em determinada orientação, têm facilidade de a fazer adoptar na reunião de um grupo subalterno, que desconhece a identidade de orientação previamente combinada, de dois ou mais companheiros.

É esta a razão porque as vontades se transmitem geralmente por sugestão, e não por ordens, e porque os maçons de grau superior são obrigados a frequentar com assiduidade as lojas inferiores.

Um mação somente é escolhido depois de ter sido secreta e minuciosamente observado.

Escreveu o alto mação italiano Piccolo — Tigre: Ensinando tudo isso ao mação apoderamo-nos da vontade, da inteligência e da liberdade de um homem. Disponho dele. Estudamo-lo. Quando o julgamos amadurecido dirigi-mo-lo para a sociedade secreta de que a Maçonaria é apenas a antecâmara. O prestígio do desconhecido exerce sobre os homens tal ascendente que os candidatos preparam-se com tremor para as fantasmagóricas provas de iniciação e para o banquete fraternal. Achar-se membro de uma loja, sentir-se chamado, com exclusão da mulher e dos filhos, a guardar um segredo que nunca lhe confiam é para certas naturezas uma voluptuosidade e uma ambição. (46).

Não decide da eleição do mação para grau superior o princípio nivelador do sufrágio universal, mas o princípio autocrático do poder absoluto.

A medida que se ascende na hierarquia dos graus o número de graduados diminue. A Maçonaria Portuguesa constitue dêste modo uma pirâmide de diversos andares em que o número de membros diminue conforme se distancia da base.

O regime das sociedades secretas sobrepostas, que se descreveu, permite unidade das decisões do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, na sua actividade nacional e internacional. O preceito da obediência às ordens do poder legitima consequentemente a eficaz e pronta execução das decisões. O sigilo guardado pelo juramento ou compromisso esconde a fiscalização dos agentes do poder a actividade da Maçonaria.

Assim se organiza o poder político invisível da Maçonaria, que por vezes assume notável importância.

A formação e desenvolvimento dêsses poder não deve permanecer indiferente o Estado Novo.

Em Vila Real (Trás-os-Montes) a loja Cruzeiro do Norte com 14 membros.

Em Beja a loja Humanitária com 9 membros.

Em Faro a loja Gil Eanes com 30 membros.

Nas Caldas da Rainha a loja Aljubarrota com 21 membros.

Na Figueira da Foz a loja Fernandes Tomaz com 55 membros.

Em Tôrres Vedras a loja Fénix com 8 membros.

Em Tôrres Novas a loja Regeneração 20 de Abril com 17 membros.

Em Castro Daire a loja 31 de Janeiro com 7 membros

Em Âncora a loja Vedeta do Norte com 12 membros.

Em Alpedrinha a loja Herminio com 9 membros.

Em Gouveia a loja Estrela Beneficente com 28 membros.

No Barreiro a loja Liberdade e União com 26 membros.

Em Buarcos a loja Luz e Harmonia com 9 membros.

Em Lagos a loja Iacobra com 28 membros.

Em Olhao a loja Estrela do Sul com 24 membros.

No Funchal (Madeira) a loja 5 de Outubro com 45 membros.

Em Ponta Delgada (Açores) a loja Companheira da Paz com 37 membros.

Em Afife um triângulo com 6 membros

Em Barcelos um triângulo com 4 membros.

Em Arcos de Valdevez um triângulo com 6 membros.

Na Figueira de Castelo Rodrigo um triângulo com 6 membros, etc., etc.

¿ Que se terá passado desde 1926 a 1935 ? Não o sabe a Câmara Corporativa. Mas o Grão-mestre, na Mensagem dirigida em 1931 à Grande Loja, disse:

Tem merecido aos Conselhos da Ordem o maior cuidado tudo quanto respeita a expansão maçónica e com grande satisfação notamos que nestes dias de perseguição e de intensas campanhas contra a Maçonaria o numero dos nossos adeptos tem aumentado consideravelmente. Nada se tem poupado dentro dos nossos limitados recursos para fazer propaganda maçónica e os resultados são consoladores. (48).

Do reduzido número de documentos secretos da Maçonaria Portuguesa que saíram para fora das colunas pode concluir-se:

1.º Que a Maçonaria Portuguesa, pelo Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, é uma associação essencialmente política e será revolucionaria se as circunstâncias o permitirem.

E' a tradição da Maçonaria em Portugal e em todos os países do Mundo. A demonstração está feita. Limita-se a Câmara Corporativa a citar os trabalhos de Aires Pinto de Sousa (49), Joaquim Martins de Carvalho (50), Argus (51), Léon de Poncins (52), A. G. Michel (53).

Ficaram perdidas no deserto as palavras proferidas em 28 de Julho de 1849 na solene instalação do Grande Oriente de Portugal pelo irmão Scipião Africano (José Maria de Sousa Monteiro), mais tarde, depois de abandonar a Maçonaria, director do jornal *O Bem Publico*:

A Maçonaria não pode nem deve ser politica. «E' possível que nos olhem como irmãos aqueles que nos viram sempre seus adversarios? — ; que aceitem nossos beneficios com reconhecimento os que nos attribuem os males que sofrem?

A Maçonaria não pode nem deve derrubar Ministérios. ; Como havemos nos de aplicar-nos ao estudo das ciências morais e à prática das virtudes, preocupados pelo bulício das intrigas politicas, guerreando uns, amparando e protegendo outros?

A Maçonaria não pode nem deve fazer revoluções. E' crível que possa ser um cidadão pacifico e obediente às leis, e às autoridades por elas constituídas, como deve ser o mação, quem maneja as armas da resistência e as de ataque, tanto contra as leis, como contra as autoridades?». (54).

2.º Que a Maçonaria Portuguesa, pelo Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, declarou guerra implacavel à Revolução Nacional.

3.º Que no exercício da sua actividade contra o Estado Novo publicou decretos e circulares com o fim de organizar as forças maçónicas, infiltrar os principios maçónicos nos serviços públicos, organizar a espionagem dos professores dos diversos graus de ensino.

4.º Que a propaganda da Maçonaria contra o Estado Novo deve ter atingido singular acuidade por força do juramento, segredo maçónico e preceito de obediência, e talvez explique certos acontecimentos da mais variada natureza.

5.º Que somente a certeza da victoria das forças maçónicas sobre os defensores da Revolução Nacional poderia ter aconselhado a organização de um plano de ins-

trução e dos projectos de decretos indispensáveis à sua execução.

¿ Qual seria o destino da Academia das Ciências de Lisboa ou de qualquer outra corporação literária ou científica ou de beneficência se algum dos seus directores tivesse escrito e enviado aos seus associados um documento parecido com a *Mensagem* de 1911 da responsabilidade do Soberano Príncipe Rosa Cruz, do grau 18. e Grao-Mestre da Maçonaria Portuguesa ?

¿ Não será o Grande Oriente Lusitano, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, o último reduto das forças ocultas organizadas contra a Revolução Nacional ?!

VIII

OPORTUNIDADE DA DOUTRINA DO PROJECTO

De tudo quanto fica escrito resulta a indiscutível oportunidade do projecto. Não obstante segredam-se observações de prudência...

Quem sabe ? Talvez este projecto convertido em lei produza efeitos contrários aos que se pretendem. As sociedades secretas podem porventura, sob uma mais illusoria aparência de publicidade, occultar melhor os seus fins e a sua actividade redobrada e tornar-se, por isso, ainda muito mais perigosas do que já são.

¿ Não irão elas aperfeiçoar o sistema dos seus esconderijos subterrâneos, e, seguras nêsse refugio, evitar a acção repressiva da policia ?!

¿ Talvez, diz-se, a aprovação do projecto lhes comunique nova vitalidade. Talvez desperte muitos irmãos dormientes. Talvez pessoas de filiação apenas nominal e platónica se transformem por espirito de reacção em combatentes de facto, e cerrem fileiras estreitas com os companheiros de Cenáculo !

¿ Não começará o desfile dos perseguidos das sociedades secretas e, consequentemente, a campanha do seu proselitismo ?!

¿ Mais grave ainda. Os filiados nas sociedades secretas do mundo inteiro — so os da Franco-Maçonaria

ascendem a perto de cinco milhões — não virão em socorro das sociedades secretas portuguesas criar ao Governo do País dificuldades de toda a ordem, na vida interna e, sobretudo, na vida internacional ?!

E' conhecida a profecia do Supremo Conselho do Grande Oriente Lusitano Unido no relatorio de 1898:

«Se essas perseguições se realizassem a policia poderia fechar os nossos templos, como tem succedido em Espanha; como, porém, não ha poder algum no Mundo capaz de dissolver a Maçonaria, que existe e trabalha em todas as circunstâncias e em todos os países, a Maçonaria portuguesa, devidamente triangulada, continuaria a sua obra não interrompendo sessões, mesmo com os seus templos fechados, e quem sabe se, perseguidos, com mais descrição e energia».

Como veremos, não correspondem inteiramente à verdade, nem os lamentos de prudência, nem os trenos da profecia... Mas, antes de os reduzirmos aos seus naturais limites, convém fazer algumas considerações preliminares.

A luta contra as sociedades secretas tem, é certo, o seu aspecto juridico e politico; é um episodio da Revolução Nacional; mas não pode deixar de considerar-se também uma alta questão moral. E as exigências da moral superam sempre, e em muito, as proprias questões politicas.

De certo, no aspecto juridico e politico, a luta contra as sociedades secretas eliminará ou, pelo menos, reduzirá a proporções ínfimas certas forças de desagregação social. E, se a Revolução Nacional é a reivindicação da autoridade do Estado contra todas as forças desagregadoras da Nação, trairia essencialmente o seu programa se, por qualquer modo, mais ou menos hábil, contemporizasse com a existência dessas sociedades.

A Idade - Média foi a desagregação social e politica dos povos. A Idade - Moderna representou a construção do Estado Nacional que o Estado Novo depura e consolida

Mas o Estado Novo, se é um organismo juridico - politico, é também um organismo moral; e, por isso, cumpre-lhe reprimir a mentira, a hipocrisia elevada a sistema, e aniquilar todas as forças colectivas dirigidas a desagregar e a corromper.

Quantas vezes havemos tido a impressão de que na vida pública lançam raizes forças ocultas que perturbam a realização do direito e pretendem associar à destruição do Estado o engrandecimento cooperativo dos confrades!

E' necessário combater os que fazem politica na som-

bra, os que em vez de lutar abertamente, peito a peito, canonizam a mentira, tornam a hipocrisia em evangelho, e convertem a violação da lei e da ordem constituída em processo e fim do seu instituto.

Não nos iludamos com o adormecimento passageiro das sociedades secretas enquanto passam aclamados os arautos da Revolução Nacional e todos sentem ainda o pulso firme do Chefe. E' necessário, sobretudo, desarraizar essas plantas parasitas a que o País é devedor de tantos e tamanhos malefícios.

Nem são justificados os receios da ineficácia da repressão das sociedades secretas.

As sociedades secretas, que se têm desenvolvido em Portugal, não procuram a realização de grandes ideais, mas somente vantagens immediatas ou mediatas, quer para os associados, quer para os partidos a que pertencem.

Ora é indiscutivelmente mais fácil combater as organizações que procuram vantagens para individuos ou seitas do que aquelas que pretendem realzar verdadeiros e grandes ideais, com o correspondente espirito de sacrificio.

¿ Irão as sociedades secretas actuais associar de ora avante a uma organização exclusivamente pública uma subversiva, exercida actividade em segredo, mais eficazmente do que até hoje?!

Não ha segredo que resista a uma policia bem organizada e ao enérgico sentimento de legitima defesa de um Estado, que tem a consciéncia da sua força, e não pretende durar à custa de transigências com os adversários e da abdicção dos proprios ideais e deveres.

E, quanto ao receio da intervenção das potências occultas movidas pela Maçonaria Internacional na vida interna e externa do País, nestes dias de prudente mas forte nacionalismo, faça-se a experiência e reconhecer-se-a com júbilo que Portugal, reintegrado na Europa pela administração, pelas ideas e pelas realizações politicas, e na vida contemporânea pelos melhoramentos materiais, pela obra de educação e de valorização nacional, deu mais um passo firme no caminho da sua maioridade espiritual e jurídica. (55).

Nem faltam as ideas forças, criadas pelo ressurgimento da Nação, e que tornam absolutamente injustificado o carácter clandestino de associações que só podiam ter achado o seu clima próprio em épocas de dominação estrangeira ou estrangeirada ou de desenfreada anarquia na administração pública.

IX

DOCTRINA DO ARTIGO 1.º DO PROJECTO. CRÍTICA

ADITAMENTOS

O artigo 1.º do projecto dispõe, que «nenhum cidadão português pode fazer parte de associações secretas, sejam quais forem o seu fim e organização, e nomeadamente das previstas no artigo 283.º do Código Penal».

¿Que se entende por associação secreta? A punida no artigo 283.º do Código Penal é definida nesse mesmo artigo — associação cujos membros se impuserem, com juramento ou sem elle, a obrigação de occultar à autoridade pública o objecto de suas reuniões ou a sua organização interna. Mas o artigo 1.º do projecto comprehende, não só as associações definidas pelo artigo 283.º do Código Penal, mas ainda outras de que se não dá definição.

E' carência que convém remediar.

Parece à Câmara Corporativa que o artigo 1.º do projecto deve ser precedido de um artigo com três parágrafos, que permita ao governador civil exercer a fiscalização constante e eficaz de todas e quaisquer associações e institutos. Trata-se de aditamento que não prejudica a economia ou a finalidade do projecto, e muito concorre para realizar o pensamento que lhe presidiu.

Para esse artigo e parágrafos sugere a Câmara Corporativa a seguinte redacção:

Artigo 1.º As associações e institutos que exercem a sua actividade em território português serão obrigados a comunicar aos governadores civis dos distritos em que tenham sede, secções ou delegações, os estatutos e regulamentos, a relação dos sócios com a indicação dos cargos sociais e pessoas que os desempenhem e quaisquer outras informações complementares acérca da respectiva organização e actividade, sempre que, por motivos de ordem ou de segurança pública, sejam requisitadas por aqueles magistrados.

§ 1.º São obrigadas a fazer a comunicação, dentro do prazo de cinco dias a contar da data em que

tenha sido notificada a requisição, as pessoas que exerçam funções de direcção ou de representação nas associações e institutos.

§ 2.º Os infractores do preceito estabelecido no § 1.º serão punidos com a pena de prisão correccional nunca inferior a três meses, multa não inferior a 3.000\$, suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

§ 3.º Se intencionalmente forem prestadas informações falsas ou incompletas, a pena sera de prisão correccional não inferior a um ano, perda de funções publicas se as exercer, de pensão de aposentação se a tiver, multa não inferior a 6.000\$ e incapacidade para exercer funções públicas pelo período de cinco anos.

Este artigo 1.º com seus parágrafos é uma adaptação do regime italiano constante da Lei de 26 de Novembro de 1925, n.º 2.029, artigo 1.º, modificado pelo Real Decreto de 6 de Novembro de 1926, n.º 1.848, artigo 214.º.

As associações e institutos que exercerem a sua actividade em Portugal devem ser obrigados a comunicar aos respectivos governadores civis dos distritos em que tenham sede, secções ou delegações, os seus estatutos e regulamentos, a relação dos seus sócios com a indicação dos respectivos cargos sociais, e quaisquer outras informações complementares acerca da sua organização e actividade, sempre que, por motivos de ordem ou segurança pública, tais esclarecimentos sejam pedidos por aquelas autoridades.

Este preceito deve obrigar as associações e os institutos que exerçam a sua actividade em Portugal. Por considerações de ordem ou segurança pública pode o governador civil ter necessidade de conhecer as manifestações da actividade desses organismos.

Não basta compreender as associações. É necessário abranger também os institutos. Aquelas e estes, regular ou irregularmente constituídos, podem exercer a sua actividade, pelo menos em parte clandestinamente, e à margem dos respectivos estatutos.

O artigo 1.º attribue aos governadores civis uma faculdade discrecionária. Se as associações e institutos estão legalmente constituídos e exercem regularmente a sua actividade não podem recear a intervenção da autoridade.

A isenção das associações e institutos regularmente constituídos convidaria as sociedades secretas a iludir a

lei regularizando-se para evitarem a fiscalização dos governadores civis e poderem assim exercer a sua actividade, pelo menos em parte, clandestinamente.

É indispensável submeter à fiscalização do governador civil as associações e institutos que, embora constituídos em país estrangeiro, exerçam a sua actividade em Portugal. De outra maneira a lei seria completamente illudida, pois tôdas as sociedades secretas passariam a subordinar-se, pelo menos aparentemente, a uma sede instalada fora do País, e tanto bastaria para se assegurarem completa impunidade.

As associações e institutos devem ser obrigados a comunicar ao governador civil, quando para isso especialmente solicitados, não sòmente os seus estatutos e regulamentos, mas ainda a relação dos seus associados com a indicação dos respectivos cargos sociais. Se uma associação ou instituto patenteia, mais ou menos simuladamente, a sua doutrina e os seus métodos, mas conserva, por disposição estatutária, ou sem ella, o sigilo quanto aos seus associados, continua a ser considerada associação ou instituto secreto para todos os efeitos legais. É a doutrina do artigo 10.º da lei espanhola de 30 de Junho de 1887. Em França, o Grande Oriente é uma associação declarada, tem personalidade civil. Mas os nomes dos seus associados continuam secretos.

No § 1.º fixa-se o prazo de cinco dias a contar da notificação do pedido para ser feita a comunicação solicitada e tornam-se responsáveis pelo cumprimento desta obrigação as pessoas que exerçam funções de direcção ou de representação, quer na sede quer em quaisquer secções ou delegações. A lei e decreto italianos fixam o limitadíssimo prazo de dois dias. Embora se justifique tam curto prazo, reputa a Câmara Corporativa aconselhada a substituição suggerida. As pessoas que exercem funções de direcção ou de representação nas secções ou delegações não poderiam, em regra, comunicar no prazo de dois dias as informações pedidas.

São justificadas as sanções definidas no § 2.º A multa no regime italiano pode ir até 6.000 liras. Convem não esquecer que a infracção punida denuncia a existência de sociedade secreta e é necessario tornar impossivel a vida de sociedades desta natureza.

Do mesmo modo se justificam as sanções estabelecidas no § 3.º para os responsaveis pelas informações intencionalmente falsas ou incompletas. A multa, que nos termos do § 3.º não pode exceder 6.000\$, vai no regime italiano de 5:000 a 30:000 liras.

X

DEFINIÇÃO DE SOCIEDADES SECRETAS

Sugere a Câmara Corporativa a substituição dos artigos 1.º e 6.º, n.º 1.º e 2.º do projecto por um artigo assim redigido:

Art. 2.º São consideradas secretas as associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto, ou cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da actividade social, e ainda aqueles cujos directores ou representantes, solicitados nos termos do artigo 1.º, ocultem à autoridade pública os seus estatutos e regulamentos, a relação dos seus sócios, com a indicação dos diferentes cargos, e das pessoas que os exerçam, o objecto das suas reuniões ou a sua organização interna, ou prestem intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais assuntos. As associações e institutos secretos serão dissolvidos pelo Ministro do Interior.

Reputa a Câmara Corporativa esta fórmula preferível à do projecto, à da lei e decreto italianos e, ainda, à do artigo 283.º do nosso Código Penal.

O projecto, além das sociedades secretas previstas no citado artigo do Código e no artigo 6.º e seus números, ainda reconhece outras que, alias não define, nem directa nem indirectamente. Não é aceitável, como se disse, esta orientação.

E quanto ao artigo 6.º, n.º 1.º e 2.º do projecto, reputa a Câmara Corporativa preferível a forma genérica do artigo 2.º, que abrange as associações e institutos regular ou irregularmente constituídos, e, portanto, outras hipóteses não prevenidas no artigo 6.º

No regime italiano são sociedades secretas aquelas cujos directores ou representantes intencionalmente não comunicarem no prazo legal as informações pedidas ou que, embora dentro dêste prazo, comuniquem informações falsas ou incompletas. Assim respondeu o Ministro Rocco aos deputados que na sessão da Câmara de 19 de Maio de 1925 faziam opposição ao projecto do Governo por não dar uma definição de sociedade secreta. (56).

Pelo artigo 2.º, que a Câmara Corporativa sugere, são consideradas sociedades secretas:

a) As associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto;

b) As associações e institutos cujos sócios se impuserem por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da sua actividade;

c) As associações e institutos cujos directores ou representantes ocultem à autoridade publica os seus estatutos e regulamentos, ou a relação dos seus sócios com a indicação dos respectivos cargos, ou o objecto das suas reuniões ou a sua organização interior;

d) As associações e institutos cujos directores ou representantes prestem intencionalmente à autoridade informações falsas ou incompletas.

Embora o artigo 283.º do Código Penal Português, como o artigo 1.º do projecto, permitisse fazer a repressão das sociedades secretas, é certo que o sugerido artigo 2.º permite realizá-la mais eficaz e desassombradamente.

Devem ser claramente abrangidas nas sanções da lei tôdas as modalidades de sociedades secretas. Eis o que, sem duvida nenhuma, se consegue com a formula suggerida.

Como se dispõe no artigo 2.º, as associações e institutos secretos serão dissolvidos pelo Ministro do Interior.

XI

SANÇÕES APLICAVEIS AOS DIRECTORES, ADMINISTRADORES OU CONSULTORES DAS SOCIEDADES SECRETAS E AOS SEUS ASSOCIADOS

A esta matéria refere-se o artigo 2.º, n.º 1.º e 2.º e § único, e o artigo 8.º do projecto.

Ainda a Câmara Corporativa sugere a substituição dos n.º 1.º e 2.º e § unico do artigo 2.º do projecto pelos seguintes §§ 1.º, 2.º e 3.º, redigidos deste modo.

§ 1.º As pessoas que mediante remuneração ou sem ela exerçam funções de direcção, administração

dessem ser plenamente fiscalizados. Semelhante afirmação é direito e dever sagrado da soberania do Estado.

Não se compreende que o serviço público, que as mais importantes instituições do Estado, as que administram justiça, as que educam a mocidade, as que constituem a força armada, que deve estar sempre pronta para a defesa publica, estejam ou possam estar sujeitas a disciplinas contraditórias com a disciplina do próprio Estado.

XIII

DECLARAÇÃO DOS FUNCIONARIOS QUANTO A SUA ANTIGA FILIAÇÃO EM SOCIEDADES SECRETAS

No § 1.º do artigo 3.º do projecto exige-se que os actuais funcionarios, na hipótese de terem sido socios de alguma sociedade secreta, apresentem no prazo de trinta dias declaração escrita, sob sua honra, de que deixaram de pertencer aos respectivos quadros.

Na Italia, por Lei de 26 de Novembro de 1925, os funcionarios, empregados e agentes civis e militares também foram obrigados a declarar se pertenceram ou pertenciam, ainda como simples socios, a associações, entes ou institutos de qualquer espécie constituídos, ou que exerciam a sua actividade no reino ou fora dele, ao Ministro se estavam dependentes do Estado e ao prefeito de provincia em todas as outras hipoteses, sempre que *fôsse* especialmente *solicitados para o fazer* (artigo 2.º, alínea 2).

Pretende justificar-se o disposto na alínea 2) do artigo 2.º da lei de 1925, como no § 1.º do artigo 3.º do projecto, com a defesa do Estado e a propria dignidade do funcionário.

A defesa do Estado, diz-se, justifica o conhecimento integral dos seus funcionarios, a noticia do seu passado e do seu presente. A administração, que tem direito a conhecer integralmente os seus funcionarios, deve poder fazer distincção entre aqueles que por comodidade e utilidade entraram para as sociedades secretas e por esse mesmo sentimento as abandonaram e os que, embora contra os seus interesses materiais, a elas sempre se conservaram estranhos.

Até a defesa do funcionário, argumenta-se, exige a propria declaração sobre o seu passado.

No artigo 1.º da lei italiana de 1925 estabelece-se uma fonte de informação — a declaração das sociedades.

No artigo 2.º admite-se outra — a declaração do funcionário. Assim se aperfeiçoa e depura a investigação e se assegura a defesa e dignidade ao funcionário.

Se existisse apenas a primeira fonte de informação, o funcionário ficaria à mercê de denúncia da sociedade secreta. Não raro, por vingança ou outro motivo, ela denunciaria como associados pessoas que já tivessem deixado de o ser há muitos anos e as que até nunca o houvessem sido.

Esta consideração alcança a máxima importância com respeito a algumas sociedades secretas que têm a pretensão de conferir character indelével aos associados e excluir a eficácia das suas demissões. Com este critério acham-se sempre com o direito de denunciar como associados pessoas que delas de facto se hajam separado ha dez ou vinte anos.

Além de que, argumenta-se, a declaração do funcionário sobre o seu passado não é uma auto-delação e constitue simplesmente um acto de sinceridade, de lealdade, que o Estado tem o direito de exigir dos seus funcionarios.

¿Mas deverá aceitar-se a doutrina do § 1 do artigo 3.º do projecto como a da alinea 2) do artigo 2. da Lei italiana de 1925 sobre a declaração do funcionario quanto ao passado?

Na verdade esse preceito suscita dúvidas graves.

¿Não será superflua a investigação sobre o passado do funcionário? ¿Não será desnecessaria a declaração a tal respeito para a lei realizar o seu fim? ¿Não constituirá a auto-delação do funcionario uma novidade perigosa? A exigência da auto-delação de ha muito deixou de existir em direito penal por influencia da regra de que o imputado não deve, como diziam os antigos, *detegere turpitudinem suam*.

A verdade é que o preceito da alinea 2) do artigo 2.º da lei italiana de 1925 foi eliminado na alinea 2) do artigo 216.º do Real Decreto de 6 de Novembro de 1924, n.º 1:848, que diz assim:

«I funzionari, impiegati, agenti civili e militari sud-detti, sono tenuti a dichiarare se appartengano anche in qualità di semplici soci, ad associazioni, enti ed istituti di qualunque specie costituiti od operanti nel Regno o fuori, al Ministro nel caso di dipendenti dello Stato ed al Prefetto della Provincia in tutti gli altri casi, qualora ne siano specificamente richiesti».

Decerto nem a defesa do Estado nem a dignidade do

funcionário justificam a obrigação de fazer declarações sobre o seu passado. Se o funcionário declara sob sua honra que não pertence nem pertencerá a nenhuma sociedade secreta, fica assegurada a eficácia da lei sem necessidade de investigações quanto a uma época em que a filiação em sociedades secretas se achava autorizada, se não pela letra e espirito da lei, ao menos de certo modo pela inexecução geral e constante dos seus preceitos.

Na hipótese de eventual conflito entre a informação de qualquer sociedade secreta e a declaração do funcionário, assegurada pela sua palavra de honra, sobre a qualidade actual de associado, deve, pelas razões indicadas, aceitar-se como boa a declaração do empregado publico.

Por ultimo, o preceito constante do § 1.º do artigo 1.º do projecto, relativo à declaração dos funcionários sobre a sua anterior qualidade de associados de sociedades secretas, de modo algum se justifica em Portugal.

Quais os preceitos que entre nos regularam, e ainda regulam, a prevenção e a repressão das sociedades secretas desde 1852? O artigo 283.º e §§ 1.º e 2.º do Código Penal de 1852, cuja redacção foi conservada no correspondente artigo do Código de 1886.

Contudo, no dominio desses textos, e por virtude do artigo 1.º da lei da Grande Loja do Grande Oriente Lusitano, de 15 de Julho de 1869, tem-se publicado em Portugal, em fascículos mensais, trimestrais ou semestrais, o órgão da Maçonaria Portuguesa, o *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano* (nudo, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, que tem sido remetido regularmente, por modo clandestino, nos termos do artigo 2.º dessa lei, a todas as lojas da obediência.

No *Boletim Oficial* publicam-se artigos doutrinários em defesa da Maçonaria, leis aprovadas pela Grande Loja, extractos de algumas sessões, nomes de illustres irmãos e poderosos representantes eleitos pelas lojas. No n.º 2 do 1.º ano do *Boletim Oficial* (1869) pode ler-se a mensagem que, por deliberação da Grande Loja do Grande Oriente Lusitano, o grão-mestre, conde de Paraty, 33.º, dirigiu ao Ex.º e dilectissimo conselheiro José da Silva Mendes Leal por ter sido elevado aos Conselhos da Corôa e nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, cujas funções exerceu sob a presidência do duque de Loulé, de 11 de Julho a 12 de Setembro de 1869, e de 28 de Outubro de 1869 a 19 de Maio de 1871.

E ainda vivem muitas pessoas que viram desfraldada pelas ruas da cidade de Lisboa a bandeira da Maçonaria Portuguesa, assistiram, quer ao protesto do Grande Orien-

te Lusitano Unido contra a administração pública levado à antiga Câmara dos Pares, quer à manifestação que a Maçonaria promoveu em homenagem a Campos Sales, quer à exibição dos distintivos maçônicos no préstito cívico do centenário da Índia (cf. relatório de Feio Terenas, de 1905, publicado no *Boletim Maçónico*).

A Maçonaria era, portanto, ainda há poucos anos, uma sociedade secreta proibida e reprimida pelo Código Penal, mas tolerada, se não reconhecida, pelos Poderes Públicos.

Para que, portanto, obrigar os funcionários, que pertencerem a sociedades secretas, a declarar que abandonaram os seus quadros, se, ao tempo em que se filiaram a essas sociedades pertenciam militares de elevada patente, ministros, professores, juizes, médicos, advogados e empregados superiores?

Quantos funcionários públicos ingressaram nessas sociedades secretas porque nelas estava filiado o seu Ministro ou o seu director geral?

Finalmente, o preceito do § 1.º do artigo 2.º do projecto, a-pesar da restrição que a Câmara Corporativa defende, fica muito mais rigoroso do que o correspondente preceito da alínea 2.ª do artigo 216.º do Real decreto italiano de 6 de Novembro de 1926.

Pelo § 2.º sugerido pela Câmara Corporativa todos os funcionarios são obrigados a declarar por escrito e sob compromisso de honra que não pertencem a sociedades secretas.

Pelo Real decreto italiano de 1926 são apenas obrigados a fazer semelhante declaração os funcionarios especialmente solicitados para a fazer.

XIV

SUBSTITUIÇÃO DO ARTIGO 3.º e §§ 1.º a 5.º

Pelas considerações expostas a Câmara Corporativa sugere a substituição do artigo 3.º e §§ 1.º a 5.º pelo seguinte artigo 3.º e §§ 1.º a 4.º:

Artigo 3.º Nenhuma pessoa pode ser provida em lugar público do Estado ou dos corpos e corporações administrativos sem ter apresentado documento autenticado ou termo lavrado perante o chefe do respectivo serviço, com a declaração, sob compromisso de

honra, de que não pertence nem jamais pertencerá a qualquer das associações e institutos previstos no artigo 2.º

§ 1.º Os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativos são obrigados, sob pena de demissão ou de cessação do contrato, a declarar dentro do prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei, sob compromisso de honra e por escrito, que não pertencem, nem jamais pertencerão a qualquer das associações ou institutos previstos no artigo 2.º

§ 2.º A falta de declaração, a que se refere o § 1.º, é considerada e punida como abandono de lugar nos termos do artigo 36.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1913.

§ 3.º As declarações, a que se referem o presente artigo e seu § 1.º, serão encorporadas no processo de admissão do respectivo funcionario; e, no caso de extravio, serão substituídas por outras nos mesmos termos, e datadas, a primeira, de um dos cinco dias anteriores ao diploma ou acto de nomeação e a segunda, de um dos dias do prazo fixado no referido § 1.º

§ 4.º No caso de falsidade das declarações, a que se refere este artigo e seu § 1.º, applicar-se-á ao declarante em processo disciplinar a demissão, e em processo penal a pena cominada no artigo 238.º do Código Penal.

O artigo 3.º é simples modificação formal do artigo 3.º do projecto

O § 1.º, além de eliminar a declaração dos funcionarios sobre o seu passado, constitue simples mudança de redacção do § 1.º do artigo 3.º do projecto.

Modificações de simples forma são as dos §§ 2.º e 3.º do artigo 3.º do projecto.

O § 4.º do artigo 3.º do projecto é eliminado por força da nova redacção do artigo 3.º

Não tem alcance doutrinário a substituição do § 5.º do artigo 3.º do projecto pelo § 4.º agora sugerido.

XV

DECLARAÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS

Não presta a Câmara Corporativa o seu assentimento à doutrina do artigo 4.º do projecto. Não lhe parece ne-

cessária semelhante disposição. Quando, concluídos os cursos, esses alunos pretendam ser providos em cargos públicos, terão então de fazer em relação a esse momento e ao futuro a declaração exigida pelo projecto.

XVI

BENS DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUTOS DISSOLVIDOS

De simples forma é a substituição do artigo 5.º do projecto pelo texto agora sugerido do mesmo artigo:

Artigo 4.º Os bens das associações e institutos dissolvidos, nos termos do artigo 2.º, serão arrolados e vendidos em hasta pública e o seu produto reverterá para a Assistência Pública.

XVII

SOCIEDADES SECRETAS NAS COLÓNIAS

As sociedades secretas, especialmente a Maçonaria Portuguesa, irradiaram largamente pelas colónias. Conta da citada *Memória* que em 1926 existiam nas colónias um consistório, sete capítulos, dezasseis lojas e dois triângulos.

Em Loanda um arcópagio (*Pátria Integral*), dois capítulos (*Pátria Integral* e *Independência Nacional*) e duas lojas: *Pátria Integral* com 63 membros e *Independência Nacional* com 102 membros.

Em Benguela um capítulo (*Lusitânia*) e uma loja (*Lusitânia*) com 40 membros.

No Bié uma loja (*Pátria Nova*) com 37 membros

No Lubango uma loja (*Lusiadas*) com 30 membros

Em Malange uma loja (*Paulo Dias de Novais*) com 27 membros.

Em Mossâmedes uma loja (*Pátria Livre*) com 32 membros.

Em Quimbanda-Luimbale (Angola) um triângulo com 4 membros.

Em Cabo Verde (S. Vicente) uma loja (*Almirante Reis*) com 30 membros.

Na Ilha do Príncipe um triângulo com 5 membros..

Em Lourenço Marques um consistório (Cruzeiro do Sul), dois arcepagos (Cruzeiro do Sul e Primeiro de Janeiro), dois capítulos das mesmas designações e duas lojas. Cruzeiro do Sul com 109 membros, e Primeiro de Janeiro com 124 membros.

Em Moçambique, duas lojas: Oriental, com 23 membros, e Gomes Freire, com 13 membros.

Na Beira (Moçambique) dois capítulos e duas lojas: 1.º com 42 membros, e 19 de Junho com 102 membros.

Em Quelimane uma loja (Orion) com 21 membros.

Em Macau uma loja (Luiz de Camões II) com 102 membros.

A Maçonaria Portuguesa pensou em organizar os seus serviços nas colónias de maneira que o Grande Capítulo das Colónias e os dois únicos Grandes Arcopagos da África Oriental e Ocidental reunissem normalmente, ora em um vale, ora noutro. (57).

Por estas razões, sugere a Câmara Corporativa, pelas secções 18.ª e 20.ª, que S. Ex.ª o Ministro das Colónias, nos termos do artigo 28.º do acto adicional, aprovado por decreto n.º 22 465, de 11 de Abril de 1933, aplique às colónias a doutrina do projecto de lei a que se refere este parecer.

Palácio da Câmara Corporativa, 27 de Março de 1935.

Domingos Fêzas Vital.

Afonso de Melo (perfilho o parecer em tudo quanto habilita o Estado a reprimir as sociedades secretas).

Gustavo Cordeiro Ramos.

José Gabriel Pinto Coelho.

Abel de Andrade (relator). (58).

IV

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO NA ASSEMBLEA NACIONAL

O projecto de lei N. 2, sobre Associações Secretas, foi discutido na sessão N. 10 da Assembleia Nacional, de 8 de Abril.

Intervieram na discussão os deputados, *Dr. José Cabral, Dr. Mário de Figueiredo, Cap. Cortez Lobão e eng.º Cancellia d'Abreu*, este último para apresentar uma *questão preta*.

a) DISCURSO DO DEPUTADO, DR. JOSÉ CABRAL

Sr. Presidente e Srs. Deputados o problema para que hoje procuramos ajuizar a melhor solução é, escusada eu de dizê-lo, um gravíssimo problema racional.

A minha situação de mantenedor do projecto é, como V. Ex.^{ta} certamente já deram conta, uma situação embaraçosa; embaraçosa, entendê-se, no meu ponto de vista pessoal; embaraçosa, porque o parecer da Câmara Corporativa, sobre a doutrina deste projecto é por tal forma notável, por tal termo completo (Apoiadas) e decisivo, que não me será fácil trazer ao conhecimento de V. Ex.^{ta} factos ou aspectos novos.

Eu de qualquer maneira este parecer de notáveis, mas creio que aqui não encontro a palavra que melhor lhe cabe. Esse parecer é na realidade — monumental!

Desde lá muito que eu me interesso, de um modo especial, por este assunto.

Tenho lido alguma coisa, do multíssimo que se tem escrito sobre esta matéria, tanto no estrangeiro como em Portugal, e devo confessar a V. Ex.^{ta} que não li até hoje, um trabalho, de tal orientação, tão perfeito.

É um trabalho notabilíssimo, no aspecto da sistematização dos factos, e um trabalho notabilíssimo, no aspecto da comparação de legislação, e um trabalho notabilíssimo, no aspecto de perspicácia, de crítica e de observação do problema propriamente português.

Em Portugal tem-o já escrito muito sobre a sociedade secretas, mas nunca se tinha escrito tanto e tão bem, isto é, nunca se tinha podido fazer um estudo tão profundo e talvez com tão excelentes resultados, e com o trabalho, como o do illustre relator do parecer da Câmara Corporativa.

V. Ex.^{ta} sabem que as associações secretas, e em especial a Maçonaria, que se foca de uma maneira especial neste documento, são instituições absolutamente fechadas

hermética, como se diz em linguagem
de estado ao sempre, por consequência,
omitidos e perdidos.

Os trabalhos officiaes da Maçonaria são cuidadosamente guardados do conhecimento do publico. Felizmente, quando extrahiam-se alguns, mas ás vezes o espectador e do critico só por acaso podem chegar a conhecer o real interesse para o estudo da vida dessa sociedade secreta. O illustre relator da Câmara Corporativa teve a boa sorte de poder examinar muitos dos trabalhos de importancia e de particular significado.

É preciso de mim referir a elles longamente, porque com o tempo a escriptura se refere o mesmo illustre relator no seu trabalho futuro. Não vou, portanto, fatigar a Assembleia, dizendo o que no parecer está escripto.

Logo de lá ar de lá já qui, como autor do projecto, permitto-me unicamente as conclusões do parecer da Câmara Corporativa, porque não pretendo outra coisa que não a solução do problema nacional, pondo a par, sem sacrificio, qualquer desculpável prurido de amor próprio.

Logo de lá ar de lá já qui, como autor do projecto, permitto-me unicamente as conclusões do parecer da Câmara Corporativa, porque não pretendo outra coisa que não a solução do problema nacional, pondo a par, sem sacrificio, qualquer desculpável prurido de amor próprio.

VOZES: — Muito bem! Muito bem!

O ORADOR: — Oportunamente mandarei para a Mesa da Assembleia no sentido de ser substituido o meu projecto pelo conjunto das sugestões da Câmara Corporativa.

É escripto que, no ponto de vista doutrinal, o parecer do meu projecto; mas tambem não é menos escripto e eu o reconheço, que a tecnica preconizada no parecer é mais perfeita e melhor do que a minha.

Permitto-me, apenas — e disso quero informar desde já a Assembleia —, fazer uma ligeira modificação substituiendo algumas das sugestões da Câmara Corporativa.

Essa modificação é a que diz respeito ao preceito do projecto, que se exige aos funcionários publicos a declaração de que não pertencem, e jamais pertencerão, a qualquer sociedade secreta.

O meu projecto estatua-se que qualquer funcionário publico, civil ou militar, é obrigado a prestar essa declaração.

A sugestão da Câmara Corporativa sugere-se que qualquer funcionário publico é obrigado a prestar tal de-

claração. Quere dizer o parecer eliminou estas duas palavras «civil» e «militar» do meu projecto.

Sei que essa eliminação não foi intencional, sei que essa eliminação foi, por parte do illustre relator do parecer, apenas um lapsus calami.

Procuro pois remediar esse lapso.

Ea bem sei que nesta formula geral — qualquer funcionário público — se comprehendem, manifestamente, os funcionarios civis ou militares; mas, como também sei que amaldi se poderia querer dar-lhe uma interpretação, melhor ou peor, em todo o caso diferente, do pensamento do autor do projecto e da Assembleia, se a aprovasse — quero dizer a V. Ex.^a que julgo prudente repor a expressão «civil ou militar» no lugar onde se encontrava no projecto.

Esta é a única alteração substancial que entendo dever propor as suggestões da Camara Corporativa.

Ainda uma outra alteração propozi, mas essa consiste apenas na transposição de uma expressão que está ao fim de um artigo para o principio da mesma artigo.

Alteração meramente formal. Portanto, para concluir esta primeira parte das minhas considerações, permitto-me, Sr. Presidente, que aqui preste a minha homenagem, muito particular, ao illustre relator do parecer, Sr. Dr. Abel de Andrade, pelo seu galhardo desaninho, pela sua integridade moral, pela sua coragem moça e pela sua eloquência mental, tão larga e generosamente espalhadas pelas paginas do seu trabalho. E que daqui lhe diga que — quem assim serve a Nação, a serve bem.

Sr. Presidente: deo comecar por explicar à Camara que o meu primitivo pensamento, ao apresentar este projecto, visava ao estabelecimento de um regime juridico abrangendo tôdas as associações secretas.

Por essa razão, e so por isso, não apparece no meu projecto de lei, em nenhuma parte, a palavra «Maçonaria».

Não é que eu não soubesse que a Maçonaria é a chave, o centro polarizador, de todas as demais associações secretas. Eu sabia-o, como o sabe toda a gente.

Mas, como se tentava de estabelecer um regime juridico geral, eu entendi que não era necessario referir a Maçonaria, porque, fazendo-o, teria de referir muitas outras associações secretas.

E assim fica estabelecido e esclarecido que, se eu não citei no meu projecto a associação secreta «A Maçonaria», não foi por medo, nem por qualquer razão diferente da que acabo de dizer aqui.

Realmente em Portugal, como por todo o Mundo, não existe apenas a associação secreta — Maçonaria.

Sobem todos os que me ouvem, como eu o sei, embora disso não tenhamos a prova jurídica, que, a par desta, existem, secretas e a'cuam, em Portugal, pelo menos, duas Carbonarias e não sei quantas centenas de celulas comunistas. Tódas são, legalmente, associações secretas. Diferentes da Maçonaria? Decerto! Trabalhando na órbita da Maçonaria? Ia dizer também ad certos, mas direi antes talvez.

Todas estas associações são necessariamente abrangidas pelo projecto de lei que propoz à Assembléa.

Mas não é o projecto apenas a par, não se projecta o seu conteúdo para a imprensa e para a rua (como era) —, não em sequer fôr em qualquer outra associação secreta que não fosse a Maçonaria, como se realmente fosse, se não o fôr.

A pequena Maçonaria não deu alfoim à imprensa fazer a sua desfeza.

E viria a propósito fazer uma pequena referência aos meios de que se serve e para conseguir que, na imprensa portuguesa, não deitasse a aparecer — simplesmente, parece-me a mim, neste momento, opportuno falar de um aspecto da questão.

Mas a própria Maçonaria, quando veio, como disse, à imprensa deitá-la, deixou a critério da generalidade, isto é, que é de projecto a visada de um modo especial.

E assim temos que o problema, que se pretendia por nos seus termos exclusivamente jurídicos, se teve tórmo, não por outra intervenção, mas pela própria vontade da Maçonaria Portuguesa — como direi? — pela consciência de toda a gente que da proposição deste problema teve conhecimento, em problema politico.

Não me peçam V. Ex.^{ta} a responsabilidade deste desvio de posição, que não fu de le culpado...

Temos, assim, de acudir logo aante o problema no pé em que no lo põem, isto é, de problema simplesmente jurídico, como eu quis que fosse, passou a problema, tal como o puseram, com caracter rotundamente politico.

Compreendendo perfeitamente que é esta a situação que as circumstancias criaram, o parecer da Câmara Corporativa occupou-se largamente, e com rara felicidade, deste novo aspecto da questão.

E aí se fez, creio eu, a demonstração irrespondível, definitiva, de que a Maçonaria — e digo a Maçonaria, uma vez que temos de occupar-nos quasi so dessa instituição — é uma associação politica, acima de tudo.

Não vou repetir aqui os argumentos, as observações e as conclusões do parecer da Comissão Corporativa. Não tanto, a Assembleia ha-de permitir-me que não me esclarecer o assunto, que está já sobejamente esclarecido, mas para fixar uma attitude pessoal por honra da firma, isto que, quer queira, quer não queira, por ser o seu autor, tenho de ser o seu mantenedor — também em esse aspecto diga alguma coisa da minha parte.

Antes disso, Srs. Deputados, não é que seja de propositalado fazer uma referência rápida a attitude que a Maçonaria tomou perante mim, antes do nuprio, de de que ele foi apresentado. Talvez que isso permita a V. Ex.^a concluir desde logo, sem mais deliberações, dos meios que eu usa para combater as suas pretensões.

Um dia intervim numa acção judicial como testemunha — e intervim como tal, não cumprimento daquelle dever, que todos têm de cumprir perante a justiça a verdade de facto que convence. Pois neste hum o advogado denuncia a existência de um processo é um alto grau da Maçonaria. Eu poderia mesmo dizer a V. Ex.^a, com processo, qual o grau desconfiado, porque tenho aqui o rol de testes, e na se rol em testamentos, pretensões, mandados, sentenças, etc., dos expositores da Maçonaria — mandado tal a parte, f. a, etc., etc., etc., determinado advogado, que, ao mesmo tempo, é um maeao judicial. Sabem V. Ex.^a o que entendeu a Maçonaria de ser fazer, por intermédio de seu secretariado? Isto, que é bem simples: pedir ante certidão do processo e remete-la a título dos Advogados, acionando-me de tal modo o segredo profissional. E que em saber o fundamento dessa acção?

Uma VOZ: — Isso foi agora?

O ORADOR: — Pense-se ha um mês ou mais a meio.

O fundamento era apenas este: uma das partes no processo — o autor — tinha-me em tempo procurado, porque é meu vizinho e me conhece, para que eu lhe promettesse a cobrança duma credito seu sobre determinada firma comercial de Lisboa. Aconsellava a dirigir-se a um advogado, julgando isso bastante para o caso, mas, como não bastava, offerece-lhe chamar o director para ter se um conspua obter o seu dinheiro. Veio o homem; não pagou, mas reconheceu que devia, offerecendo um regime de pagamento. E quando essa pessoa me convidou para lhe pôr o pleito em juizo, no exercicio da minha profissão de advogado, respondi-lhe que não me continha tratar do assunto e que a ele próprio tambem nao continha que eu

profano, isto é, quando p^ossuam estado no público: nós não temos objecto politico na nossa accção.

Entretanto, nem a ninguém que a grão-mestre da Maçonaria portugueza, general José Mendes Ribeiro Norton de Mota, escreveu em 1811 a grande dita maçônica, isto é, ao p^oso maçônico, diziamos com o qual é interessante que V. Ex.^a conheçam e que na absol^{ção} do risco que eu corria de fatigar a Assembl^{ea}. (Não apontados).

Para demonstrar que a Maçonaria não tem, na sua accção, (nem o politico de nem na espec^{ie} o grão-mestre da ordem e nem a todos os seus membros, entre outras cousas, isto, que em a p. 9 da respectiva mensagem:

«No que acaba de vos dizer está englobada essa exp^ozição. Não por odo calmatoso que a Nação está atravessando e que tem prot^oardamente tem atacado moral e materialmente todas as camadas da nacionalidade, nem um problema p^oso preoccupar mais a Maçonaria portugueza do que o problema politico. A solução desse problema, em ou noutro sentido, representa para nós os a possibilidade de uma aula de força e de exuberância que nos permita o exercicio pleno das nossas faculdades em prol da Humanidade, da Nação e do cidadão ou (não digo a morte, porque a Maçonaria não morre) uma longa época de ma^onsão de força e de alegria, de deaurimo e de tristeza.

Em face de perigos que estão correndo os nossos princip^os e os nossos ide^os, perante o tremendo desastre que representa para a Nação a c^otem^o recedida que se está preparando, é de ar^o mais, a cujo cumprimento não fugireis, emp^o que todos os «meos pacíficos» e de pr^opa^onda de em da Patria os calmatulos que a ameaçam»

E no mesmo lugar proclama o de ar^o de todos os ma^oõs combaterem o Estado Novo por todos os «meos pacíficos».

Deo informar que é a própria mensagem que coloca entre aspas a express^o «meos pacíficos».

Quero crer que se a mensagem pretendesse dar a «meos pacíficos» a significação que correntemente têm essas palavras não haveria necessidade de chamar especulamente a atenção do mando maçônico para ela.

Portanto, estando nessa mensagem assim acentuada esta express^o, eu entendo e toda a gente entenderá: «todos os meos».

Diz ainda essa mensagem que todos os ma^oõs devem combater o regime actual de governo, o Estado Novo; e recomenda a todos a maior propaganda contra ele, prop^o

hondo até, aos filiados na Maçonaria, qualquer espécie de apoio prestado a Ditadura e a União Nacional».

Notem V. Ex.^{ta} que isto se disse em 1931.

Noutra parte acrescenta-se:

«Em face da ameaça que sobre nós impende, o que nos cumpre fazer? Cumpre-nos chamar a atenção de todos os maçons para um grave perigo. Torna-se indispensável a maior das vigilâncias e tem de em cada instante se poder opor à acção dos reaccionistas uma acção mais forte. Hoje, mais do que nunca, é necessária a propaganda constante no mundo profano, quer verbal quer escrita, quer de individual para a colectiva, quer de individual para as massas, propaganda que mostra claramente a todos os cidadãos e a todas as classes sociais o que se está tramando contra a liberdade e contra a dignidade humana».

E depois acrescenta-se:

O que é mal pensado é também é que se não continua a auxiliar a Ditadura e o seu partido unico na marcha para o Estado Corporativo Integralista, mostrando-se satisfeitos com declarações de republicanos que dizem repulir, porque não pode haver Republica sem Liberdade e sem Democracia».

Não vale a pena ler mais. Creio que V. Ex.^{ta} terão dado o justo valor a estas citações que fiz.

Pois assegurar que, se fosse preciso ler mais, eu o faria, e encontraria em todas as suas paginas recto e tanto taloso como o que acaba de proporcionar à Assembleia.

Mas não é só isto.

Em 1913 publicou-se em Lisboa a Guia maçónica, com aprovação oficial. Essa guia é constituída pela descrição de todos os seus graus e sua completa e abstrusa ritologia, contendo instruções e notícias sobre precedentes e formas de acção maçónica. Inclue esse tratado, verdadeiro cartilha do mação, um vocabulário maçónico, isto é, um dicionário da linguagem usada entre maçons.

Pois muito bem. Nesse vocabulário definem-se assim a expressão politica maçónica — modo de designar a forma como a Maçonaria, ou os seus actos, ou actos, entendem como devem ser dirigidos os Estados». (Guia maçónica, Lisboa, 1913, p. 243).

E aqui tem V. Ex.^{ta} definido, por a + b, o pensamento politico da Maçonaria, não obstante as suas declarações de inocência, feitas para um do mundo profano.

É a pequena Maçonaria que formada a divisão.

A Maçonaria por ignora dicha a que não tem objecti-
vo político. O seu grão-mestre, contudo, em dizer, nama
mensagem to modo maçônico, que o problema que mas
preocupa a póla a sociedade é o problema político. A Guia
maçônica — que é um espelho de vademecum de todos os
maçons — afirma que a Maçonaria se preocupa com a for-
ma de dirigir os Estados.

Pregunto isto não é ter objectivo político? (Apoia-
dos).

Sr. PRESIDENTE — em todos os tempos a Maçonaria tem
reclamado — não temos objectivos de ordem religiosa;
mas nos relativos os credos e as cerimônias dos nos so s fi-
liaes, pois em po ter ter a qualquer coisa — não porque a re-
quiro esta for dos nos so s objectivos. Muito bem. Mas a
Guia maçônica...

O Sr. PRESIDENTE — Estão quasi esgotados os
quarenta e cinco minutos que o Regimento concede, sr. V.
Ex.^a que re con ceda, eu posso conceder-lhe mais quinze
minutos.

O ORADOR. — Eu agradeço lo a V. Ex.^a

O Sr. PRESIDENTE. — Estão concedidos.

VOZES: — Muito bem! Muito bem!

O ORADOR — A Guia maçônica, de que acabo de ler
um texto a V. Ex.^a, também diz alguma coisa em re-
ferência a este tema, e assim ainda quando define a ex-
pressão «política maçônica», diz:

«A Maçonaria é restrita em parte protestante; nos
que o Estado é católico, nos países católicos, a Maçonaria
está em conflito com a religião. (Guia cit., p. 244).

A propria mensagem do grão mestre, a p. 8, acusa a
Igreja católica e o Vaticano de fomentarem a conspira-
ção maçônica contra a liberdade dos povos, e proclama a
necessidade de estabelecer a «República laica», isto é, a
República tolerante. (Mensagem, p. 8).

E agora tem V. Ex.^a demonstrando, por a 1.^a ainda,
que a Maçonaria tem objectivos religiosos.

Quando pergunta a Maçonaria quando diz aos profana-
nos que não tem objectivos políticos nem religiosos; ou
quando pergunta se admittidos que o que maçã a preo-

capa é o problema político, e que ele tem de ser sempre
luta nas mãos católicas' (Apoíadas).

Mus há ainda alguma coisa mais, e não de de nós
grate porque é muito grave o que seabo de dizer, e, po-
rem, gratesmo.

(1) *próprio grão-mestre, neste mesquitol manual que é a mensagem de 1971 a Grande Dieta, afirma a p. 42.*

«J'm movimento, porém, se está produzindo em todo o mundo, no sentido de ligar entre si a o-ni-ni, as diversas nações, de abolir fronteiras de diversa natureza, tanto espiritual como economica, e de estabelecer parcerias de raro interesse intelectual e moral. A existência da Sociedade das Nações, o pacto de Brandenburg e a tentativa agora feita pelo Sr. Briand para se conseguir uma União das Nações da Europa sug. adictivas e puras das tendências mutuas contra os exageros do nacionalismo.

Aqui têm V. Ex.^{ta} também a resposta a afirmação da Mocimaria quando nos diz que, no campo actual, o seu objectivo é apenas an objectivo de paz e estabilidade entre os homas. Verifica-se por estas palavras, de grande mestre, clara a meta para o mundo futuro, que a Mocimaria e alguns outros mais do que eu e a maioria da comunidade internacional, comunitária, anti-ocul (Apostados).

É proprio em arda se a Macaronia, o que tenho me tratado a Assembleia, não é o que todos vemos, e é na verdade o que a proclamação para que a igreja possa uma sequência do interior, em franca conexão com o do Estado e em muitos aspectos semelhantes a de te? Para fazer o bem e apostolizar a virtude e a claridade entre os homens será preciso ter o poder legislativo, um poder executivo, um poder judicial? Será preciso ter uma disciplina regular, interna, e ter, necessariamente, uma larga e aparadora diplomacia?

Se a Maçonaria não visa objetivos completos e ocultos e diferentes daqueles que proclama, pergunto, para que esta organização?

A resposta, Sr. Deputados, afirma-se-me fácil. É que, aspirando, secretamente, ao primado sobre o Estado, do comando do próprio Estado, o Sr. Deputado, aspirando, secretamente, a sua subordinação ao Estado, isto é, a sua do Estado fuchado-se, a sua, a sua, a sua no mundo profano, era preciso realçar, ter uma forte organização, porque sem essa organização não era possível a realização de tais objectivos. E a coisa foi-se encadernando, porque tudo fica certo.

A Maçonaria, para realizar os seus fins, tenebrosos e occultos, tem de estabelecer, entre os seus membros, uma larga e completa hierarquia, e vincula-las pelo juramento de obediência, porque só dessa maneira poderá manter entre os seus membros uma sólida e rígida disciplina e obter d'elles uma obediência cega.

E tudo isto, tudo eu não seria necessário para fazer o bem e pregar a solidiedade.

De resto, V. Ex.^a sabem, como eu, o processo de actuar da Maçonaria.

Se eu, então, director geral de um Ministério, filiado na Maçonaria com o grau X, tiver de realizar qualquer acto em tom de qualquer attitudé, como a de quehê Ministro das Finanças de quem ha pouco falei, e se me apparecer em algum momento na Maçonaria, titular de um grau mais elevado do que o que eu occupo, a hierarquia do Estado desaparecerá para ficar apenas a hierarquia da ordem.

É por este modo que eu taltar ao meu dever como funcionario do Estado, taltando naturalmente de forma a que a moralidade e a honra do Estado me seja pedida, mais, se taltar ao meu compromisso, de obediência a ordem, não poderei eximir-me das minhas consciências, nem fugir ás suas sanções.

Depois resta um mais inconveniente do que é possível conceder.

É o primeiro é a corrupção e deshonra dos funcionários por parte da hierarquia da ordem, e tem-se de certo muitas vezes motivo tremendo de colusão ou honrar o seu dever para com o Estado ou obedecer ao seu compromisso com a ordem.

E em qualquer caso, por taltar a um, é inevitável a sua deshonra moral, a sua deshonra perante a propria consciência.

A Maçonaria é, portanto, um elemento da mais perniciosa para os serviços publicos.

Com isso, portanto, se a Maçonaria é tudo isto, e taltando ao meu dever eu posso e posso dizer, perante os poderes do Estado, consciente da sua responsabilidade, e, ao taltar, taltará no seu sero uma instituição com estas características?

Pode sequer ignorá-la?

VOZES — Muito bem! Muito bem!

O ORADOR — Eu sei de Estados que a não toleram, Estados de características idênticas ao nosso: Estados todos orientados, orientados apenas pela noção firme do bem comum, e, assim, sei que a Maçonaria foi ex-

terminada pelo Estado fascista, que a declarou incompatível com a sua própria existência.

E V. Ex.^{ta} sabem que, se não foi totalmente exterminada, foram-no pelo menos os seus meios de acção no Estado nacional-socialista e até no Estado soviético...

Isto sabem-no V. Ex.^{tas} e eu também; e todo o mundo sabe até que não para, que pode dizer-se em franca desorganização, para muito nosso conhecido e muito nosso... amigo, até agora se reconteceu a necessidade, não dizer de estabelecer um regime jurídico perfeito de direito, mas, pelo menos, fazer princípios claros de que o Estado tem mais do que o direito, tem o dever, de se defender da Maçonaria.

A questão põe-se portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em termos muito simples — se a Maçonaria é isto, se é guerra que se declarou ao Estado Novo e de ter em conta — ou aceitamos a declaração de guerra e a combatemos, ou nos resignamos a morrer-lhe as mãos. Porque V. Ex.^{tas} bem o sabem, não é facto que não tenha precedentes e precedentes próximos. Vê-se em todas as linhas desta mensagem, de que li alguns trechos à Assembleia, que a Maçonaria considera a questão posta assim ou ali ou nos. Se a questão é assim posta, com esta brutal franqueza, temos de aceitar a tal como nos-la propõem nos ou ela.

Srs. Deputados, temos de reconhecer que a Maçonaria é realmente uma força poderosa ou não, no sentido de uma doutrina, boa ou má e nós sabemos que é péssima.

Nos temos uma doutrina e temos uma força», disse Salazar, e, agora digo eu, nós somos uma força e temos uma doutrina, incompatíveis, dentro das mesmas fronteiras, com a doutrina e com a força da Maçonaria.

VOZES. — Aporado! Muito bem! Muito bem!

O ORADOR — A nossa doutrina e a nossa força venceram já, definitivamente, a doutrina e a força dos partidos políticos. É preciso que a nossa doutrina e a nossa força tenham de vencer, também, a doutrina e a força da Maçonaria, mais temerária, porventura, e certamente mais perigosa do que a dos partidos.

VOZES: — Muito bem! Muito bem!

O ORADOR — Temos portanto de lutar; temos, portanto, de aceitar a guerra e de travar a batalha. Traremos-la, que não hão de faltar estímulos para a nossa fé!

Pensemos nas suas vítimas, nos seus malefícios, nos seus crimes.

Pensemos nos que, no decurso de séculos pereceram sob o seu punhal traçoireiro ou fulminados pelo seu veneno subtil; nas vítimas dos seus atentados e das suas maquinações; na honra dos que ella tem deshonrado, com as suas intrigas com as suas calúnias e com as suas perseguições, pensemos em quantos, e são já milhões, têm sido imolados à sua ambição de mando universal — nas revoluções que fomenta e nas guerras que desencadeia...

Seria interessante, Sr. Deputados, e eu bem desejaria poder fazê-lo, tendo tempo, que não tenho, e tendo a esperança de não fatigar V. Ex.^{ta}, e também a não tenho, — dizer muito mais.

Não resisto, no entanto, à tentação embora não venha já muito a proposito de uma referência ainda.

Sabem V. Ex.^{ta} que as publicações da Maçonaria vêm sempre autenticadas por aquella trilogia antiga, já velha e velha de se. Nos seus selos e nas manifestações officiaes apparece sempre a trilogia symbolica. Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

O que esta trilogia vale não vou eu dizê-lo a V. Ex.^{ta} que bem o sabem. Conhecem como eu o sangrento significado d'essa pregação mentirosa, nos seus aspectos social e politico, conhecem bem os horrores que, sob essa bandeira maldita, têm flagelado o mundo.

Ela apparece, como disse, em todos os actos ou publicações maçonicas. De todas quantas li sobretudo agora, não encontro nenhuma onde, a cada passo, não tropeçasse com essas palavras, que à força de repetidas, perdem o sentido Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

O Sr. PRESIDENTE. — Como está passada a hora, peço a V. Ex.^{ta} o favor de abreviar as suas considerações.

O ORADOR. — Como a Maçonaria pratica, ella própria esses principios (magrados), pelo menos para com o publico, e facil de ver.

Estabelece um regime de trinta e três graus hierarquizados. Vem ja aqui como essa igualdade se pratica e como ella poderia existir entre um «aprendiz» (grau 1.^o) e um «Soberano Grande Inspector Geral» (grau 33.^o), ou entre um «companheiro» (grau 2.^o) e um «Cavaleiro da Serpente de Bronze» (grau 25.^o) ou um «Príncipe do Tabernáculo» (grau 24.^o)...

A liberdade e a fraternidade que a Maçonaria vive no segredo das suas «câmaras», é bem fácil ujuizar delas

pela severíssima e rígida disciplina a que submete todos os seus membros.

Quando a Maçonaria fala em liberdade, igualdade e fraternidade é preciso entender que tais palavras, que há muito para todos perderam o sentido mais o perderam para ela, são liberdade, igualdade e fraternidade... maçónicas.

Aqui têm V. Ex.^{as} mais um aspecto interessante da acção maçónica.

E como o tempo tem as suas imperatras a que tenho de submeter-me arrou-me de commoção a certeza de que não abansari mais da atenção benévola com que a Assembléa me distinguiu e que agradeço.

Termino, mandando para a Mesa a proposta a que ha pouco me referi. É a seguinte.

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO

Considerando que as sugestões da Câmara Corporativa, constantes do seu parecer sobre o projecto de lei em discussão, são no seu conjunto, concordantes com a doutrina do projecto da minha autoria,

Considerando que com elas se dão uma melhor sistematização da matéria e se preenchem, com felicidade, algumas lacunas do projecto

Considerando que a doutrina do artigo 1.^o, alínea 1.^o, poderá mais azar a ser interpretada em lugar melhor e mais adequado e em melhor oportunidade;

Considerando que a parte final do artigo 2.^o das sugestões da Câmara Corporativa tem mais rigorosamente localizada no principio do mesmo artigo e a seguir à expressão são consideradas secretas, e que contém intercalos no seu artigo 3.^o, entre as palavras publicos e a expressão do Estado extinto acum no militar;

Considerando finalmente, a última parte do parecer, inserta no capitulo XVI II, — proponho a substituição integral do meu projecto de lei, agora em discussão, pelo seguinte:

Artigo 1.^o As associações e instituições que exercem a sua actividade em territorio português são abrangidos a competencia das gerencias da ciudad districta em que tenham seu seccao de delegacoes de estatutos e regulamentos a relação das socios com indica o das com pos seccao e personas por de representantes e qualquer outras informações complementares seccao da respectiva organização e actividade, sempre que, por motivo de ordem ou

de segurança pública, sejam requisitados por aqueles magistrados.

§ 1.º São obrigadas a fazer a comunicação, dentro do prazo de cinco dias, a contar da data em que tenha sido notificada a requisição, as pessoas que exerçam funções de direcção ou de representação nas associações e institutos.

§ 2.º Os infractores do preceito estabelecido no § 1.º serão punidos com a pena de prisão correccional nunca inferior a três meses, multa não inferior a 3.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

§ 3.º Se intencionalmente forem prestadas informações falsas ou incompletas, a pena será de prisão correccional não inferior a um ano, perda de funções publicas, se as exercerem, de pensão de aposentação, se a tiverem, multa não inferior a 1.000\$ e incapacidade para exercer funções publicas pelo periodo de cinco anos.

Art. 2.º São consideradas secretas, devendo ser dissolvidas pelo Ministro do Interior, as associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto, ou cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de occultar a autoridade publica, total ou parcialmente, as manifestações da sua actividade social e ainda aqueles cujos directores ou representantes, solicitados nos termos do artigo 1.º, occultam a autoridade publica os seus estatutos e regulamentos a relação dos seus sócios, com a indicação dos diferentes cargos, e das pessoas que os exerçam, o objecto das suas reuniões ou a sua organização interna, ou prestem intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais assuntos.

§ 1.º As pessoas que mediante remuneração ou sem ella, exerçam funções de direcção, administração ou consultoria nas associações e institutos, a que se refere este artigo, serão punidas com prisão correccional nunca inferior a um ano, perda de funções publicas, se as exercerem, de pensão de aposentação se a tiverem, multa não inferior a 6.000\$ e suspensão dos direitos publicos por cinco anos.

§ 2.º Os simples associados destas associações serão punidos com prisão correccional nunca inferior a cinco meses, perda de funções publicas, se as exercerem, pensão de aposentação, se a tiverem, multa não inferior a 2.000\$ e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, salvo se provarão que desconheciam o caracter secreto da associação ou instituto.

§ 3.º Os reincidentes nas infracções previstas nos §§ 1.º e 2.º incorrerão nas penas previstas nestes parágrafos,

e serão expulsos do território da República, sem limitação ou por tempo determinado, ou entregues ao Governo, conforme ao juiz parecer mais adequado à situação do infractor.

Art. 3.º Nenhuma pessoa pode ser produzida em lugar público, civil ou militar, do Estado ou dos corpos e corporações administrativas sem ter apresentado documento autenticado ou termo lavrado perante o chefe do respectivo serviço, com a declaração, sob compromisso de honra, de que não pertence, nem jamais pertencerá, a qualquer das associações e institutos previstos no artigo 2.º

§ 1.º Os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativas são obrigados, sob pena de demissão ou de cessação do contrato, a declarar dentro do prazo de trinta dias a contar da publicação desta lei sob compromisso de honra, e por escrito, que não pertencem, nem jamais pertencerão a qualquer das associações ou institutos previstos no artigo 2.º

§ 2.º A falta da declaração, a que se refere o § 1.º, é considerada e punida como abandono do lugar, nos termos do artigo 36.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1911.

§ 3.º As declarações a que se refere o presente artigo e seu § 1.º serão incorporadas no processo de admissão do respectivo funcionário, e, no caso de extraneo, serão substituídas por outras nos mesmos termos, e datadas, a primeira de um dos cinco dias anteriores ao diploma ou acto de nomeação e a segunda de um dos dias do prazo fixado no referido § 1.º

§ 4.º No caso de falsidade das declarações, a que se refere este artigo e seu § 1.º, applicar-se-á ao declarante, em processo disciplinar a demissão, e em processo penal, a pena cominada no artigo 2.º do Código Penal.

Art. 4.º Os bens das associações e institutos dissolvidos nos termos do artigo 2.º serão arrecadados e vendidos em leilão publico, e o seu produto revertêrã para a assistência publica.

Art. 5.º O Ministro das Colónias e Ilhas da província ultramarina, nos termos prescritos no artigo 25.º do Ato 1.º com. n.º 1 do reino desta lei.

Assembleia Nacional, 3 de Abril de 1915. — O Deputado José Cabral.

Comissão das Sessões. — Sess. n.º 4.ª de 5 de abril de 1915, pág. 894-900).

b) DISCURSO DO DEPUTADO DR. MÁRIO DE FIGUEIREDO

Sr. Presidente: depois do formidável libelo que acabou de produzir diante dos olhos de V. Ex.^a e da Assembleia o Deputado Sr. Dr. José Cabral, depois do parecer não menos formidável que sobre o projecto do illustre Deputado produziu a muy digna Camara Corporativa, a questao está sufficientemente discutida, creio, e sufficientemente esclarecida. (Apoiados).

Não me atrevo, pois, a pedir a palavra e a usar dela nesta occasião se o facto de poucos Deputados usarem da palavra a proposito de uma questao de tal magnitude não podesse ser interpretado como um antoma de menos estimacao por parte da Assembleia em face da doutrina do projecto.

VOZES — Muito bem! Muito bem!

O ORADOR — Se esse facto não podesse ser, porventura interpretado como significando uma especie de desinteresse por parte da Assembleia que pretende ser de elle, mais notoria a expressao da ideologia que e preciso que distinctamente transita em Portugual, se não podesse apresentar-se, repito, o facto como uma forma de desinteresse da Assembleia por uma questao que e maxima para a vida do Estado Novo, não teria pedido a palavra.

Realmente, Sr. Presidente, depois daquilo parecer, mais do que formulavel, porque e extraordinario depois do libelo que acabou de produzir o illustre Deputado autor do projecto, todos nos temos a demonstração evidente de uma coisa de que ja tinhamos o sentimento profundo e a signifição absoluta.

O que se trouxe ao espirito desta Assembleia, o que se trouxe á consideração do País foi a demonstração documentada de que aquilo que o Estado Novo, a Assembleia e o País pensa em respeito das organizações se-

estas corresponde a uma verdade que não pode diacritar-se. (Apoiados).

Ali é que está o inimigo

Foi isso demonstrado por uma forma clara, insofismável e evidente. Ali é que está o inimigo. Sr. V. Ex.^a, Sr. Presidente, me desculpa o plebeísmo, eu direi: — Dale é que nos chove.

Se assim é, há que combatê-las, as associações secretas. Ainda que se tratasse de organizações feitas para defesa de uma ideologia, havia que combatê-las.

Há que combater as ideologias diferentes da nossa; há que dominá-las como ideologias diversas da nossa, mas há também, como ideologias, que respitam-las.

Mas não se trata de uma ideologia. Não se trata, pelo menos, de uma ideologia publicamente confessável.

As pessoas que querem desenvolver a sua acção dentro dessas organizações são as primeiras a reconhecer que elas não podem desenvolver com publicidade, e isto demonstra que elas mesmo reconhecem que aquilo por que se batem não é na verdade publicamente confessável. (Apoiados).

Quer dizer, não os próprios que pertencem às associações secretas que reconhecem que os princípios que defendem são inconfessáveis. Que não podem ser postos publicamente como elementos de organização social mas só como elementos de desorganização social! E porquê? Porque são princípios de casta, uma casta reduzida, circunscrita.

E' que eles pretendem que o interesse nacional é o interesse dos dois mil, três mil e cem ou lá quantos são hoje, e não o interesse da Nação (Apoiados).

Contra isto é que é indispensável reagir.

Há uma organização que trabalha na sombra, secretamente, hierarquizada disciplinadamente por forma que obriga os seus membros ao dever de obediência jurada. Trabalha contra a organização do bem comum em favor e benefício dos seus filiaes (Apoiados).

A organização desta natureza é evidente que é uma organização contra o espírito que norteia o Estado Novo, e não só o Estado Novo, em Portugal, mas o sentimento europeu que, sendo hoje anti-liberal e anti-democrático põe o bem comum dos povos acima, muito acima do bem de uns poucos de indivíduos.

Essa organização é estritamente individualista.

Há organizações individualistas que trabalham pelo benefício ou procuram trabalhar pelo bem de todos os indivíduos mas esta organização individualista procura trabalhar pelo bem só dos seus filiaes; é, pois, marcada-

mente individualista, é uma organização de defesa de casta contra a defesa da Nação.

E' preciso exterminá-la, e o Estado Novo tem não só o direito mas o dever de o fazer imediatamente.

(Diário das Sessões, — Sess. n. 47, de 6 de abril de 1935, pág. 900 - 901).

e) DISCURSO DO DEPUTADO CAP. CORTEZ LOBÃO

Sr. Presidente: apenas algumas palavras vou proferir. O assunto está suficientemente esclarecido e de tal forma que não exige maiores explicações.

O parecer da Câmara Corporativa está de tal forma elaborado, tão interessante e inteligentemente feito, que só honra o seu relator.

Como tropa, estou absolutamente à vontade, porque cumprindo os regulamentos militares me está absolutamente vedado pertencer a qualquer associação secreta. Como português, e, além de tudo, como pioneiro do Estado Novo, não posso admitir a existência de associações secretas, sejam elas quais forem, venham donde vierem.

Tampouco a minha inteligência aceita a necessidade dessas associações. O Estado Novo é um estado forte, sabe o que quer e sabe para onde vai. Não pode, pois, de forma alguma, admitir a existência de qualquer associação, seja ela de que espécie for, que lhe venha indicar o caminho que lhe tem a seguir.

Passou já o tempo em que o Estado precisava de se apoiar nessas associações para conseguir o que a sua fraqueza não lhe permitia.

Hoje, tudo mudou; e eu só lamento que, a seguir ao 28 de Maio, não tivesse aparecido qualquer medida que marcasse de uma forma definitiva a orientação do Estado sob esse ponto de vista das associações secretas.

Em todo o caso, vale mais tardi do que nunca e, portanto, acho de toda a oportunidade o projecto que aqui estamos apreciando, ao qual dou o meu inteiro aplauso, com o desejo veemente de o ver votado.

De facto torna-se absolutamente preciso arrear estas organizações, que, na summa, procuram entrar na marcha, sempre ascendente, do Estado por hão nas divirgi e torpidear a sua obra formidável, e, está a vista de toda a gente. (Apoiados).

A minha inteligência não me permite compreender como é que organizações destinadas a fins humanitários necessitam de ser secretas. Não posso compreender que haja essa necessidade, quando o Estado trabalha às claras mostrando tudo o que faz, dia a dia, hora a hora.

Para essas associações a minha razão só encontra uma finalidade torpe: criar dificuldades, para conseguir fins que não representam, certamente, o bem de todos nós.

O regime, hoje mais do que nunca, está firme; portanto, nem isso se pode aplicar para defender qualquer organização secreta. O regime, hoje, mais do que nunca, está firme; portanto, acima de associações secretas, acima de todas essas organizações, está o bem da Nação. (Apoiados).

Está ao leme da Nação um Governo que nos dá todas as garantias e assim, defendendo absolutamente a proposta aqui apresentada, possivelmente com algumas alterações de acordo com o parecer da Câmara Corporativa, que eu considero magistral.

(Diário das Sessões, sess. n.º 40, de 6 de Abril de 1935, pg. 901).

d) **DISCURSO DO DEPUTADO, ENG. CAN-
CELA D'ABREU** (questão prévia)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, para pouco sub-
agido, a esta tribuna. Apenas para, de mais alto, fazer a
V. Ex.^a a leitura da questão prévia que redigir de sejo
sujitar à apreciação da Assembleia.

QUESTÃO PRÉVIA

É de especial melindre o assunto em discussão. E a
seu respeito não são possíveis situações que não sejam bem
claras e bem definidas.

Vamos votar uma lei que obriga à dissolução das as-
sociações secretas e proíbe os servidores do Estado de a
elas pertencerem.

Ora nós, Deputados da Nação, desempenhamos fun-
ções em que ainda mais inadmissível seria a situação em
qualquer associação secreta. Temos o dever moral de dar
o exemplo.

Não ficamos, ao que parece, abrangidos directamente,
nesta nossa elevada função, pela alçada da lei que vota-
mos. Mas façamos, voluntariamente, qualquer coisa que
equivalha, pelo menos moralmente, à declaração que, por
sua honra, aos outros exigimos. Firmemos a nossa au-
toridade para tal exigência.

Estamos todos convencidos, por certo, de que desta
Assembleia Nacional não faz parte ninguém que pertença
a qualquer associação secreta. Mas pode ser que a tal res-
peito existam dúvidas ou apreensões na mente de quem
estaja lá fora. Façamos, portanto, da verdade uma afir-
mação expressa.

Como nenhum dos artigos do projecto engloba por
completo toda a doutrina ou toda a atitude que vamos per-
filar, a boa oportunidade dessa afirmação expressa não
aparecerá durante a votação na especialidade. Pretendo
provocá-la de facto, e desde já.

Por isso, e para respeito das disposições regimentais, apresento a Assembléa a seguinte questão prévia.

Independentemente da discussão e das votações na especialidade deste projecto de lei, e das modificações, possivelmente substanciais, que venham a ser-lhe introduzidas, a Assembléa Nacional afirma desde já que essas modificações não atingirão a generalidade do projecto, que considera expressamente aprovada. — O Deputado A. Cancela de Abreu.

A leitura foi sublinhada com muitos apoiados, por várias vezes.

O ORADOR — E para esta questão prévia, tendo em atenção a alínea c) e o § 1.º do artigo 41.º do Regimento, eu requeiro a V. Ex.ª, Sr. Presidente, votação nominal. (Muitos apoiados)

Por esta maneira valorizaremos moralmente a atitude desta Assembléa e a nossa posição individual. (Muitos apoiados).

O Sr. MÁRIO DE FIGUEIREDO (interrompendo): — Eu apelo, absolutamente, que se faça a votação nominal, mas o que eu peço a V. Ex.ª, Sr. engenheiro Cancela de Abreu, é que retirasse ostensivamente perante a Câmara uma afirmação que fez. É uma afirmação neste sentido para que se não possa dizer que nós exigimos a palavra de honra aos outros e que deixamos de a dar nós próprios quando formos votar.

E eu peço a V. Ex.ª para retirar isto, pelo seguinte: e que em primeiro lugar, isso podia constituir uma suspeita para aqueles que não votam, e que podem deixar de votar, não por estarem filizados na Maçonaria ou em qualquer associação secreta, mas sim porque não concordam com a admissão do projecto na generalidade.

De modo que, repito, eu peço a V. Ex.ª que, ostensivamente, retirasse esse fundamento que pôs para justificar o pedido de votação nominal.

O Sr. CANCELA DE ABREU. — De modo que V. Ex.ª deseja que...

O Sr. MÁRIO DE FIGUEIREDO: — Eu desejava que V. Ex.ª retirasse ostensivamente o fundamento que apresentava para a votação nominal, com a qual, aliás, eu concordo, fundamento esse que é: se nós vamos exigir dos

outros que dêem a sua palavra de honra de que não pertencem a qualquer associação secreta, temos também, por nosso turno, de afirmar aqui, muito solenemente, que nenhum de nós pertence também a essas associações.

Orá, nós não podemos pretender de maneira nenhuma, que dessa votação resulte concluir-se que os membros desta Assembleia pertencem ou não a qualquer associação secreta, mas um que sobre a generalidade dêste projecto incida votação nominal.

Eu concordo absolutamente, como já disse, com a votação nominal, mas o que não desejo é que ela tenha o significado de que é uma afirmação, por parte de qualquer dos Srs. Deputados, de que não pertenciam ou pertencem a uma associação secreta.

De resto, repito, estou absolutamente de acôrdo com a votação nominal.

O Sr. CANCELA DE ABREU. — Evidentemente que a votação incide, objectivamente sobre a generalidade do projecto, portanto sobre a doutrina que exprime. Mas satisfago o desejo de V. Ex.^a, desligando expressamente essa votação do sentido a que V. Ex.^a se referiu.

(Diário das Sessões, sess. n.º 40, de 6 de Abril de 1935, pp. 901 - 902).

e) VOTAÇÃO DO PROJECTO. NA GENERA- LIDADE

Aprovaram o projecto, na Generalidade e em
votação nominal, todos os deputados, que foram:

Alberto Eduardo Valado Navarro.
Alberto Pinheiro Tórres.
Alfredo Delesque dos Santos Sinton.
Alvaro Freitas Morna.
Alvaro Henriques Perestrelo de Faria Vieira.
*António Alberto Bressane Leite Perry de Sousa
Gomes.*
António de Almeida Pinto da Mota
António Augusto Aires.
Antonio Augusto Correia de Aguiar.
António Cortês Lobão,
Antonio Faria Carneiro Pacheco.
António Hintze Ribeiro.
António Pedro Pinto Mesquita Carvalho Magalhães.
António Rodrigues dos Santos Pedrosa.
Artur Aguedo de Oliveira.
Artur Leal Lobo da Costa.

Artur Proença Duarte.
Artur Rodrigues Marques de Carvalho.
Augusto Canceia de Abreu.
Augusto Faustino dos Santos Créspe.
Carlos Nascimento Ferreira Santos.
Domingos Garcia Pulido.
D. Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho.
Eduardo Aguiar Bragança.
Fernando Augusto Borges Júnior
Francisco Cardoso de Melo Machado
Francisco Correia Pinto.
Francisco José Nobre Guedes.
Francisco Jose Vieira Machado.

Francisco Manuel Henriques Pereira Carne de Castro,
 Francisco Xavier de Almeida Garrett,
 Henrique Carlos Mota Galvão,
 Henrique Mesquita de Castro Cabrita,
 João Antunes Guimarães,
 João Augusto das Neves,
 João Garcia Pereira,
 João Mendes da Costa Amaral,
 João Xavier Camarante de Campos,
 Joaquim Diniz da Fonseca,
 Joaquim Rodrigues de Almeida,
 Jorge Viterbo Ferreira,
 José Antonio Marques,
 José Dias de Araújo Correia,
 José Luiz Supico,
 José Maria Braga da Cruz,
 José Maria de Queiroz e Lencastre,
 José Nascim'nto Pinto (Senhor Silva Leão),
 José Penalva Franco Frazão,
 José Pereira dos Santos Cabral,
 José Saudade e Silva,
 Julio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo,
 Juvenal Henriques de Araújo,
 Leonizildo Queimado Franco de Sousa,
 Luiz Augusto de Campos Metrass Moreira de Almeida,
 Luiz da Cunha Gonçalves,
 Luiz Maria Lopes da Fonseca,
 Manuel Fratel,
 Manuel José Ribeiro Ferreira,
 Manuel Orsini de Bettencourt,
 Manuel Pestana dos Reis,
 Manuel Rebelo de Andrade,
 Teófilo Maria Baptista dos Santos Guardiola,
 Mário de Figueiredo,
 Miguel Costa Braga,
 Pedro Antonio Pereira Montês,
 Pedro Augusto Pinto da Fonseca Botelho Neves,
 Querubim da Vale Guimarães,
 Thânes Cruz de Aguiar Cortês,
 Vasco Borges.

Não assistiram à sessão os deputados:

Alberto Cruz,
 Albino Soares Pinto dos Reis Júnior,
 Alexandre Correia Teles de Araújo e Albuquerque.

Anzelo Cesar Machado
Antonio Carlos Gomes
Antonio de Sousa Monteiro Pinto.
Antonio Pedro da Silva Duarte
Eugênio de Aguiar de Almeida.
Francisco Teófilo de Abreu
Joachim Maria Romão
Joachim dos Prazeres Langa
Jo Maria Camargo Pereira
Mário Pinó de Sousa

Foram aprovados, sem discussão, os cinco artigos da proposta de constituição do deputado Dr. José Cabral, ficando assim concluída a discussão e a votação.

6) DECLARAÇÕES DE VOTO

Na sessão N.º 41 da Assembleia Nacional de 7 de Abril de 1944, deputados, Drs. Alexandre de Albuquerque, António Madeira Pinto e Maria Cândida Pereira, na N.º 42, de Abril de 1944, Alberto Costa e Carlos Breyer, na N.º 44, de 10 de Abril de 1944, Maria Fátima Sousa, na N.º 45, de 11 de Abril, e Dr. Moreira Ribas, fizeram as seguintes declarações de voto:

DR. ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE

O Sr. *Alexandre de Albuquerque* — Na minha opinião de palavras, aporá:

Foi desejo declarar a V. Ex.ª à Assembleia, que, não tendo estado, entretanto, presente no momento em que se fez a votação nominal do projecto do Sr. deputado José Cabral, não pude, evidentemente, dar-lhe o meu voto, mas que, se aqui, estivesse, não a aprovaria, em plena harmonia com a Assembleia, mas em conformidade com os meus sentimentos, como a minha consciência particular.

(Clarão das Sessões, Sessão N.º 41, de 7 de Abril de 1944, pag. 1)

DR. ANTÓNIO MADEIRA PINTO

O Sr. *Madreira Pinto* — Sr. Presidente, concordo com a opinião de V. Ex.ª de que para ser declaração de voto tem a mais cabimento na ocasião em que se aprovasse o texto.

No entanto, visto que o meu illustre colega Sr. Deputado Alexandre de Albuquerque acaba de fazer a sua declaração, eu, que tenho de preferir outra maneira, peço a V. Ex.ª que me autorize a eu, nessa data, fazer a

Circunstâncias não haviam sido me permitiram assistir a toda a sessão de ontem, e eu não esperava que surgisse

a questão previa do Sr. Deputado Cancell de Abreu, que determinou a votação nominal do projecto do Sr. José Cabral.

Desejo declarar que a aprovaria plenamente, se aqui me encontrasse, nessa altura.

(Id. Id. Id.)

DR. MARIA CÂNDIDA PARREIRA:

A Sr. D. Cândida Parreira: — Sr. Presidente: não pude assistir à sessão de ontem, e só hoje soube que se tinha feito uma votação nominal para a aprovação do projecto do Sr. Deputado José Cabral.

Quero dizer a V. Ex.^a e à Câmara que sinto o maior pesar de não ter estado, ontem, aqui; e declaro que, se nul votos tivesse, mil votos daria, porque concordo plenamente com a votação realizada.

(Id. Id. Id.)

DR. ALBERTO CRUZ:

O Sr. Alberto Cruz: — Sr. Presidente: na sexta-feira passada foi discutido e votado o projecto do illustre Deputado Sr. José Cabral, respeitante a associações secretas. Motivos poderosos obrigaram-me a faltar a essa sessão.

Embora enfileire no numero dos que não acreditam na efficacia das medidas suggeridas, dou todo o meu aplauso a esse projecto de lei, que ficara como uma desassombrosa afirmação de principios, e marco a minha attitude ao lado da dos illustres Deputados presentes a essa sessão, pedindo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que o Diário das Sessões registre esta minha declaração.

(No Diário das Sessões, Sessão N.º 43, de 9 de Abril de 1935, pag.

DR. CARLOS BORGES:

O Sr. Carlos Borges: — Sr. Presidente: por circumstancias superiores à minha vontade faltei à sessão do dia 6, e nestas condições pedi a palavra para declarar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e à Assembleia que, se nela estivesse presente, teria votado o projecto da autorna do Sr. Deputado José Cabral sobre associações secretas, e não preciso de justificar nem de fundamentar o meu voto.

(Id. Id. Id.)

DR. MARIO PAIS DE SOUSA

Sr. Mario Pais de Sousa: — Pedi a palavra, Sr. Presidente, simplesmente para declarar que a minha saúde não me tem permitido comparecer, desde o dia 4 do corrente, às sessões desta Assembleia.

Discutiram-se aqui, durante esse período de tempo, projectos importantísimos, que eu acompanhei pela leitura do Diário das Sessões, que fiz na minha terra. Mas, discutiu-se sobretudo um projecto — o relativo às associações secretas — que, pela elevação com que foi tratado, deixou no meu espírito a mulher das impressões.

Isso, porém, não interessa. O que interessa é a minha afirmação de que, se estivesse presente na sessão em que o aludido projecto foi aprovado por esta Assembleia, o teria votado com o mesmo entusiasmo com que V. Ex.^{ta} o aprovaram.

Fico, pois, a V. Ex.^{ta}, Sr. Presidente, o favor de mandar inserir esta minha declaração, no Diário das Sessões de hoje.

VOZES: — Muito bem! Muito bem!

(No Diário das Sessões, Sessão N.º 44, de 10 de Abril pag.)

DR. MOURA RELVAS:

O Sr. Moura Relvas: — Sr. Presidente, peço a palavra a fim de declarar que se estive presente na sessão da passada sexta-feira, fui a votar e dei voto alternativamente favorável ao projecto de extermínio das doenças secretas, que repete a preocupação social e da dignidade humana.

Tenho dito.

(No Diário das Sessões, Sessão N.º 43, de 10 de Abril de 1935, pag.)

NOTAS REFERENTES AO PARECER
DA CAMARA CORPORATIVA

NOTAS

(1) Atribue-se à designação *societas secreta* o significado genérico a que se refere a Carta de Lei de 20 de Junho de 1823.

(2) Pascoal José de Melo Freire, Código Criminal intentado pela Rainha D. Maria I, com as *Leis* 1.ª ed., 1844, Coimbra, Código, pp. 17 e 18. Provas, pp. 22 e 23.

(3) Paschalis Josephi Melli Freyre, *Historia do Direito Criminal*, Lisboa, 1815, juxta lam. an. 1794, t. IV, § VI, p. 42.

(4) *Colecção de Legislação Antiga*, Mello, no Reino de Portugal, parte II, Da Legislação Moderna e da Legislação dos Antigos do Reino de Portugal, t. I, Códex, 1817, Imprensa da Universidade, p. 11.

(5) Dr. Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Leis do Direito Criminal*, Coimbra, 1842, p. 200 e 201.

(6) Levy Maria Jordão, *Código Penal Português*, 1854, Lisboa, t. III, p. 125 e 126.

(7) Silva Ferrão, *Teoria do Direito Penal*, parte I do Código Penal Português, vol. VI, p. 2 e 3.

(8) *Código Penal Português*, t. I, Relatorio da Comissão, Lisboa, 1861, pp. 152 e 153.

(9) *Gazeta dos Tribunaes* XVII ano, n.º 2709, p. 7, e sgs.

(10) Consistório de Principes do Real Segrêdo Loja particular só com irmãos do grau 32.

Arcepigos terceira câmara ritual (azul) do grau 10 Conselho de Kadosch

Capitulo, câmara ritual do grau 18, conferindo o e ao grau 17.

Loja lugar onde se reúnem os maçons agrupamento de 7 ou mais irmãos maçons para ser perfecida, justa e regular. Existe ainda a Loja de Adopção lugar onde se reúnem as irmãs. Reunião de senhoras que trabalham na Maçonaria de Adopção.

Triângulo: nucleo maçónico de 3 a 6 obreiros inclusivos (Cf. Dr. A. de S. Lavoisier, *Maçonaria*, 2.ª ed., Lisboa, 1913, pp. 204, 208, 212, 213 e 214).

- (11) *Suprême Conseil du 18^e Degré du rite écossais ancien et accepté pour le Portugal, ses domaines et juridiction* Memoire, Juillet, 1926, p. 15 e sgs.
- (12) Dr A de S Lavoisier, 33^a, *Guia Maçonica*, 2.^a ed., Lisboa, 1913, p. 255.
- (13) *Atti del Parlamento Italiano, Camera dei Deputati* Sessione 1924-1925, vol. IV, pp 3695, 3698; *Senato del Regno*, 3676 e sgs.
- (14) *Atti cit.*, p. 3684.
- (15) Leon de Poncins, *La Dictature des Puissances Occidentales*, Paris, 1934, p. 145 e sgs.
- (16) *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, 1933, 15 de Dezembro apud Leon de Poncins, *La Dictature cit.*
- (17) *Extracto oficial de la sesion celebrada el miércoles 27 de Febrero de 1935*, p. 25.
- (18) Silva Ferrao, *Teoria do Direito Penal cit.*, vol. VI, p. 56.
- (19) Emprega-se a expressão *Maçonaria Portuguesa* no sentido que lhe atribui o «Decreto» n.^o 101, de 26 de Abril de 1926 que aprovou o Tratado celebrado entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Supremo Conselho do Grão-Oriente Lusitano, em 4 de Dezembro de 1925, ratificado em 8 de Maio de 1926 — frente unica de todos os maçons portugueses dos diferentes ritos. Vide nota n.^o 47.
- (20) A. Preus, *Etudes sur la Franc-Maçonnerie Américaine*, Paris, p. 25, Leon de Poncins, *Les Forces Secrètes de la Révolution*, Paris, 1929, p. 112 e sgs.
- (21) *Regulamento do Grau de Aprendiz*, aprovado pelo Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do grau Aprendiz, em sessão de 21 de Janeiro de 1919, pp. 13 e 14.
- (22) Leon de Poncins, *La Dictature cit.*, p. 161 e sgs.
- (23) Dr A de S Lavoisier, 32. *Guia Maçonica*, 2.^a ed., Lisboa, 1913, p. 225.
- (24) Relatório apresentado à Grande Loja Simbólica na legislatura de 1906, por um venerável da loja Justiça.
- (25) A G Michel, *La France sous l'étreinte maçonnique*, Paris, pp. 153 e 159.
- (26) Vide A G Michel, *La France sous l'étreinte maçonnique cit.*, p. 266 e sgs.
- (27) Cf *Latonia de Leipzig*, n.^o 2 e 3, de 1 de Março de 1922 p. 31, apud Leon de Poncins, *Les Forces Secrètes de la Révolution cit.*, pp 90 e 91.
- (28) Leon de Poncins, *Les Forces Secrètes de la Révolution cit.*, pp 92 e sgs.
- (29) *Mensagem da Grande Dieta do Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa*, Março, 1911, p. 12.

(30) Dr. Oliveira Salazar, *Discursos*, 1928-1934, Coimbra, 1935. Discurso pronunciado em 30 de Julho de 1930, p. 78.

(31) Dr. Oliveira Salazar, *Discursos cit.*, p. 81.

(32) *Mensagem cit.*, p. 3.

(33) *Mensagem cit.*, p. 3.

(34) *Mensagem cit.*, p. 5.

(35) *Mensagem cit.*, p. 8.

(36) *Mensagem cit.*, pp. 8 e 9.

(37) *Mensagem cit.*, p. 6.

(38) *Mensagem cit.*, p. 8.

(39) *Mensagem cit.*, p. 9.

(40) *Mensagem cit.*, p. 13.

(41) Cf. Dr. A. de S. Lavoisier, 33.º, *Guia Maçónica*, 2.ª ed., Lisboa, 1913, pp. 21 e sgs.

(42) *Mensagem cit.*, p. 11.

(43) *Ritual do Grau de Aprendiz* aprovado pelo Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do grau 33, em sessão de 21 de Janeiro de 1910, p. 60.

(44) Cf. *Ritual do Grau de Aprendiz cit.*, p. 88.

(45) Ragon, *Cours philosophique et interprétatif cit.* por Deschamps, *Les Sociétés Secrètes et la Société*, Paris, 1880, t. II, e Fernando de Sousa, *A Maçonaria*, p. 70, 1.ª. A. de S. Lavoisier 33.º, *Guia Maçónica cit.* pp. 109 e sgs.

(46) *Carta de Piccolo Tigre a Vinda Piemontesa*.

(47) O Tratado celebrado em 4 de Dezembro de 1925 entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês, ratificado em 8 de Maio de 1926, representa a união da família maçónica portuguesa, a frente única de todos os maçons portugueses das diferentes ritos autorizados sob as respectivas obediências que tinha sido interrompida em 1914.

O Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês, a pesar de conservar a sua independência e autonomia conforme o artigo 1.º do Tratado de Lausanne, de 22 de Setembro de 1874, e Congressos Internacionais dos Supremos Conselhos Confederados, integra-se na Maçonaria Portuguesa ao lado do Grande Oriente Lusitano Unido. A Maçonaria Portuguesa representa, sob forma genérica e indeterminada, um princípio puramente doutrinário e cívico.

O Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês transfere a sua sede para o palácio maçónico da Rua do Grémio Lusitano, 2.º, e toma posse das suas antigas instalações.

São estas as cláusulas do acordo.

a) O Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês delega no Grande Oriente a administração financeira de todas as lojas da sua obediência e jurisdição existentes em Por-

tugal e seus domínios até ao 3.º grau (capitações, contribuições dos três graus, taxas relativas a filiações, passagens, regularizações, etc.).

b) O Supremo Conselho reserva-se a administração financeira das câmaras superiores e dos graus correspondentes (contribuições do 4.º ao 33.º grau, despesas com os interstícios, etc.), cuja arrecadação delega no Grande Oriente. Para êste efeito o Grande Oriente Lusitano Unido organiza uma conta corrente com o Supremo Conselho do Grémio Luso-Escocês de cujo saldo o Supremo Conselho pode dispor livremente.

c) As despesas com a representação dos delegados do Grande Conselho nos congressos internacionais confederados são de conta do Grande Tesouro Geral da Ordem.

d) As contribuições e emolumentos inerentes aos três primeiros graus e aos graus 4.º a 33.º são, respectivamente, fixados pelo Grande Oriente Lusitano Unido e pelo Supremo Conselho, mas os que tocam aos graus 4.º a 18.º, que devem ser os mesmos para cada grau, serão fixados pelo Supremo Conselho de acôrdo com o chefe do rito francês ou moderno.

(48) *Mensagem cit.*, p. 12.

(49) Aires Pinto de Sousa, *Influência das Sociedades Secretas nas Revoluções da Europa, desde os anos de 1830 até 1849*, Lisboa, 1850.

(50) Joaquim Martins de Carvalho, *Apointamentos para a história contemporânea*, Coimbra, 1868.

(51) Argus, *A Maçonaria em Portugal, Cartas da Bélgica*, 1.ª série, Paris.

(52) Léon de Poncins, *Les Forces Secrètes de la Révolution*, F. M. Judaïsme cit.; *La Dictature des Puissances Occultes d'après ses documents secrets cit.*

(53) A. G. Michel, *La France sous l'étreinte maçonnique cit.*

(54) Oração que na solene instalação do Grande Oriente de Portugal recitou o irmão Scipião Africano, seu grande orador, no dia 8 do A B (28 de Julho) do AN. da venerável loja 5:849, 1849, na tipografia do Grande Oriente Português, p. 11.

(55) Dr. Oliveira Salazar, *Discursos*, Coimbra, 1935, *Para servir de Prefácio*, p. XVIII.

(56) *Atti del Parlamento Italiano, Camera dei Deputati*, Sessione 1924-1925, vol. IV, p. 3686.

(57) Dr. A. de S. Lavoisier, 33º, *Guia Maçónica cit.*, p. 26.

(58) No *Diário das Sessões* suplemento ao n.º 39, de 2 de Abril de 1935, pág. 1 a 25.

